

The background of the entire page is a high-angle, aerial photograph of three Embraer aircraft flying over a vast, mountainous landscape. In the foreground, a large Embraer E175 is seen from a low angle, flying towards the viewer. Its fuselage is decorated with a blue and white circuit board pattern, and its cockpit windows are illuminated with a blue and yellow light. To the left and slightly behind it, a smaller Embraer E175 is flying away from the viewer. In the upper center, a third Embraer aircraft, possibly an E175, is flying away from the viewer. The sky is a deep blue with scattered white clouds. The overall composition is dynamic and emphasizes the company's aviation focus.

MANUAL E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

PARA A ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA DA EMBRAER S.A.



29 DE ABRIL DE 2026

Índice

1. Mensagem da Administração	03
2. Informações sobre a Assembleia e a Companhia	05
2.1 Informações sobre a Assembleia	06
2.2 Regras Estatutárias da Companhia sobre Exercício de Direito de Voto	07
3. Participação dos Acionistas	09
3.1 Orientações para participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital	10
3.2 Orientações para participação por meio do Boletim de Voto a Distância	12
4. Edital de Convocação	14
5. Proposta da Administração	18

Anexos

Anexo I – Comentários dos Administradores	23
Anexo II – Destinação do Lucro Líquido	58
Anexo III – Informações sobre Candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal	66
Anexo IV – Remuneração dos Administradores	76

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

São José dos Campos, 27 de março de 2026

Prezado Acionista,

Temos o prazer de convidá-lo a ler nosso Manual da Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”) (“Manual”) da Embraer S.A. (“Embraer” ou “Companhia”), a qual foi convocada para o dia 29 de abril de 2026, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams.

Constituída originalmente em 1969 pelo governo brasileiro, a Embraer passou a ser uma companhia aberta em 1989, com ações negociadas na bolsa de valores no Brasil. No processo de privatização, que ocorreu em 1994, foi criada uma classe especial de uma ação (*golden share*), detida pela União, com as características previstas no Estatuto Social da Companhia.

Em 2000, a Embraer obteve seu registro na *Securities and Exchange Commission* – SEC e passou a negociar *American Depositary Receipts* na New York Stock Exchange – NYSE.

Em 2006, a Embraer aderiu ao segmento especial do mercado de ações da B3, denominado Novo Mercado, aprimorando seus padrões de governança corporativa. Desde então, as ações da Companhia estão pulverizadas e não existe um grupo controlador.

O ano de 2025 foi de expansão, contínua melhora da performance financeira e resultados cada vez mais expressivos, em clara demonstração da força da nossa estratégia de crescimento baseada em eficiência e inovação. Foi também um ano em que celebramos diversos recordes.

Nossa carteira de encomendas atingiu o valor recorde de US\$ 31,6 bilhões ao final de 2025 com receita de US\$ 7,6 bilhões, também a maior da história da Companhia. Nossa margem EBIT ajustada no ano atingiu 8,7%, e o fluxo de caixa livre (sem Eve) superou os US\$ 490 milhões, acima das previsões anunciadas. O fortalecimento da nossa saúde financeira foi acompanhado ainda pela redução do endividamento e alavancagem. Com isso, aliado ao rigor operacional, as ações da Companhia apresentaram relevante valorização no período nas bolsas de São Paulo (B3) e de Nova York (NYSE). Além disso, anunciamos novos códigos de negociação (EMBJ3 e EMBJ), enfatizando assim o novo momento da empresa e como parte das celebrações dos 25 anos de listagem na bolsa de Nova York.

Também foi um ano de intensa atividade comercial em todas as unidades de negócios, com crescimento das vendas, destacando a alta competitividade do nosso moderno portfólio de produtos e serviços no mercado global, em um momento de importantes redefinições geopolíticas.

Na Aviação Comercial, destaque para as vendas globais da família E2. No total, as vendas somaram 221 E-Jets, com mais 208 opções e direitos de compras, o que alavancou significativamente a carteira de pedidos da unidade de negócios. Entre os destaques estiveram as vendas de E2 para a Avelo, primeiro cliente do modelo nos Estados Unidos, além de LATAM, Scandinavian Airlines (SAS), All Nippon Airways (ANA), e as primeiras entregas para a Luxair, Airlink, Hunnu Air e Virgin Australia, demonstrando o interesse pelo E2 em todos os continentes. O E175 também manteve o ritmo de vendas, principalmente nos Estados Unidos.

O mercado de Aviação Executiva continuou aquecido em 2025, com forte impulso nas vendas e alta demanda em todos os segmentos. O reconhecimento do Phenom 300 como o jato executivo mais vendido da categoria pelo 14º ano consecutivo e a significativa expansão de participação de mercado dos jatos Praetor 500 e Praetor 600 potencializaram ainda mais os negócios da Embraer. Com isso, a Companhia acelerou a execução do plano de expansão das operações em Gavião Peixoto e Melbourne para aumento da cadência de produção.

O negócio de Defesa & Segurança obteve igualmente êxito na conclusão de novas vendas em mercados importantes, atingindo, entre venda e seleção, uma carteira de pedidos firmes superior a 30 KC-390 Millennium e mais 19 opções. Em 2025, a unidade de negócios também realizou importantes avanços em campanhas estratégicas nos Estados Unidos, Índia e Polônia. Além disso, há um interesse renovado no mercado internacional pelo A-29 Super Tucano, aeronave de ataque leve, treinamento avançado e missões especiais que já acumula mais de 300 pedidos firmes, tendo sido selecionado por 22 forças aéreas.

No segmento de Serviços & Suporte, os excelentes resultados financeiros vieram acompanhados de novos contratos, aumento de capacidade e expansão das operações, como as novas instalações em Fort Worth, no Texas, Estados Unidos.

Apesar da complexidade de custos em razão das tarifas dos Estados Unidos e desafios com a cadeia de suprimentos, nosso foco em eficiência e inovação continuou a balizar nossa trajetória de crescimento e disciplina financeira. A Embraer tem superado os desafios da cadeia de fornecedores com o aprimoramento da colaboração, digitalização dos processos e investimentos em ferramentas de inteligência artificial que apoiam a gestão em tempo real.

As iniciativas de nivelamento da produção e a implementação do conceito de “estação perfeita” levaram a um aumento de 18% nas entregas de aeronaves, chegando a 244 unidades somando aviação comercial, executiva e defesa. Isso permitiu que atingíssemos nossa meta produtiva para o ano, com foco contínuo em segurança e qualidade, e significativa redução do ciclo de produção. A partir de 2026, esperamos uma estabilidade ainda maior de produção de todos os modelos de aeronaves.

Do ponto de vista de novas tecnologias, ficamos muito entusiasmados com o primeiro voo do protótipo do eVTOL da Eve no final de 2025. O desenvolvimento do veículo 100% elétrico de pouso e decolagem vertical seguirá com a campanha de ensaio em voo rumo à certificação em 2027. Dessa forma, estamos realizando investimentos estratégicos em novas tecnologias, ao mesmo tempo em que avaliamos a próxima geração de produtos da Embraer para garantir um crescimento sustentável nas próximas décadas.

Por fim, celebramos mais uma vez a conquista das certificações globais da Great Place To Work, reconhecendo a Embraer como Melhor Lugar para se Trabalhar. Não temos dúvida de que a força das nossas pessoas é o que fortalece os pilares de nossa cultura, e continuará sendo essencial para todas as novas conquistas que estão por vir.

Estamos bem-posicionados e preparados para capturar todo o potencial da Embraer. Olhando para o futuro, esperamos um crescimento substancial a médio prazo, enquanto preparamos a empresa para um crescimento mais ambicioso a longo prazo, baseado em uma nova geração de produtos. A Embraer está mais forte do que nunca e é pronta para alçar voos cada vez mais altos.

À luz das melhores práticas de governança corporativa e visando o maior engajamento dos nossos acionistas, o presente Manual concentra todas as informações e orientações exigidas pela legislação aplicável, bem como outras informações que poderão ser úteis para a avaliação das matérias que serão objeto de deliberação na Assembleia, reforçando o compromisso da Embraer com

os seus acionistas de transparência, clareza e respeito aos princípios legais e éticos, o que permite a consolidação e manutenção da imagem de liderança e inovação que a Embraer possui junto ao mercado de capitais.

Adicionalmente a este Manual, disponibilizamos o e-mail investor.relations@embraer.com.br para esclarecimento de dúvidas relacionadas à Assembleia ou a outras matérias. A área de Relações com Investidores está à disposição para prestar todo o suporte necessário.

Os principais assuntos a serem deliberados pela Assembleia estão descritos no Edital de Convocação divulgado pela Companhia, conforme item 4 abaixo. A Administração da Embraer apresentou propostas com relação às matérias sob votação, as quais estão incluídas neste Manual.

A Companhia realizará a Assembleia de modo exclusivamente digital reforçando o compromisso da Companhia em facilitar a participação de seus acionistas, em conformidade com o disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários CVM nº 81/22 (“Resolução CVM nº 81”). Dessa forma, os acionistas poderão participar e votar na Assembleia por meio da Plataforma Digital, e, alternativamente, por meio de boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia, nos termos da legislação vigente.

Contamos com a sua participação na Assembleia, no melhor interesse da Embraer. Lembre-se, seu voto é muito importante para nós.



Boa leitura e boa assembleia a todos,

Raul Calfat
Presidente do Conselho de Administração

2

INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLEIA E A COMPANHIA



2.1. Informações sobre a Assembleia

Introdução

A administração da Companhia (“Administração”) apresenta aos acionistas da Companhia as seguintes informações acerca das matérias a serem deliberadas, por proposta da administração, na Assembleia Geral Ordinária da Companhia (“Assembleia”) a ser realizada no dia 29 de abril de 2026, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, nos termos do art. 5º, §2º, inciso I e art. 28, §§2º e 3º da Resolução CVM nº 81, por meio da plataforma digital Microsoft Teams (“Plataforma Digital”), em link a ser oportunamente divulgado aos acionistas cadastrados, conforme regras abaixo descritas.

Nos termos do art. 5º, §4º da Resolução CVM nº 81, a Companhia esclarece que a escolha do formato exclusivamente digital para a realização da Assembleia considerou diversos fatores relevantes, incluindo o nível histórico de presença e engajamento nos últimos anos em que foi realizada no formato exclusivamente digital, bem como para viabilizar a participação de acionistas estrangeiros. Além disso, buscou-se um equilíbrio entre os custos de realização da Assembleia e os custos que os acionistas eventualmente teriam para participar. Por fim, a decisão está alinhada com as práticas predominantes no mercado, reforçando o compromisso da Companhia com a eficiência e boas práticas.

A Administração preparou a presente Proposta da Administração em atendimento às boas práticas de governança corporativa e transparência, dando materialidade aos princípios da transparência e clareza da Companhia para com a sua base acionária, buscando dar informações e esclarecimentos acerca das matérias que serão deliberadas e sobre as regras de participação dos Acionistas na Assembleia.

Em cumprimento ao art. 28, §1º, II, da Resolução CVM nº 81, a Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas que acessem a Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia.

Os eventuais documentos ou propostas, declarações de voto, protestos ou dissidências sobre as matérias a serem deliberadas deverão ser apresentadas no dia da Assembleia, por escrito à Mesa da Assembleia, que, para esse fim, será representada pela Secretária da Assembleia.

Matérias a serem deliberadas

Serão deliberadas as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

- (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração, do Parecer do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes da Companhia;
- (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e a distribuição de dividendos;
- (iii) Definir o número de membros a compor o Conselho Fiscal no próximo mandato;
- (iv) Eleger os membros do Conselho Fiscal para o próximo mandato;
- (v) Eleger 1 (um) membro efetivo do Conselho de Administração e respectivo suplente por indicação da União, na qualidade de titular da ação de classe especial, nos termos do art. 27, §1º, do Estatuto Social da Companhia;
- (vi) Fixar o limite do montante global da remuneração dos administradores da Companhia para o período de maio de 2026 a abril de 2027; e
- (vii) Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o próximo mandato.

Edital de Convocação

O Edital de Convocação, parte integrante deste manual nos termos do item 4, será publicado nos dias 27, 28 e 31 de março de 2026 nos jornais “Valor Econômico” e “O Vale”, bem como disponibilizado nos sites de Relações com Investidores da Companhia (ri.embraer.com.br), da B3 (<http://www.b3.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>).

Disponibilização de Documentos

Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, obrigatórios por ocasião da assembleia geral ordinária, encontram-se relacionados abaixo:

- I. Relatório da Administração sobre os negócios

e os principais fatos administrativos do exercício findo;

- II. Demonstrações Contábeis;
- III. Relatório dos Auditores Independentes;
- IV. Parecer do Conselho Fiscal;
- V. Parecer do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética.

Os referidos documentos também foram disponibilizados aos acionistas da Companhia, na sua sede, no seu site de Relações com Investidores (ri.embraer.com.br), bem como nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (<http://www.b3.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (<http://www.gov.br/cvm>). Tais documentos foram ou, conforme o caso, serão publicados oportunamente no jornal “Valor Econômico” e “O Vale”.

Quórum de Instalação

Todas as matérias constantes da ordem do dia poderão ser deliberadas, em primeira convocação, se presentes acionistas representando, no mínimo, um quarto do capital social votante da Companhia, nos termos do art. 125, caput, da Lei das Sociedades por Ações.

Esclarecemos que, caso o quórum de instalação acima não seja atingido em primeira convocação, ocorrerá nova convocação, por meio de edital a ser publicado com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, nos termos do artigo 124, §1º, II, da Lei das Sociedades por Ações. Em segunda convocação, a Assembleia instalar-se-á com a presença de qualquer número de acionistas.

Quórum de Deliberação

Nos termos do artigo 129 da Lei das Sociedades por Ações, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

2.2. Regras Estatutárias da Companhia sobre Exercício de Direito de Voto

Regras sobre Exercício do Direito de Voto

Nos termos do art. 14 do Estatuto Social da Companhia cada ação ordinária conferirá direito a um voto nas deliberações da Assembleia. Não obstante, o Estatuto Social da Companhia estabelece determinados limites ao exercício de direito de voto, conforme descrito abaixo:

- (a) Nenhum acionista, ou Grupo de Acionistas (conforme definido abaixo), brasileiro ou estrangeiro, poderá exercer votos em número superior a 5% (cinco por cento) da quantidade de ações em que se divide o capital social da Companhia; e
- (b) O conjunto dos Acionistas Estrangeiros (conforme definido abaixo) e Grupos de Acionistas Estrangeiros (conforme definido abaixo) não poderá exercer votos em número superior a 2/3 (dois terços) do total de votos conferidos ao conjunto de Acionistas Brasileiros (conforme definido abaixo) presentes.

As limitações acima se aplicam aos Acionistas Estrangeiros e Grupos de Acionistas Estrangeiros, conjunta e sucessivamente.

No curso da Assembleia, serão apurados separadamente os votos de Acionistas Brasileiros e Acionistas Estrangeiros para cada matéria da ordem do dia.

Para tal finalidade, o Presidente da Mesa apurará e divulgará, após a sua instalação, o número total de votos que podem ser exercidos pelos Acionistas Brasileiros e pelos Acionistas Estrangeiros considerando os limites acima descritos.

Se o total dos votos dos Acionistas Estrangeiros exceder 2/3 (dois terços) dos votos que podem ser exercidos pelos Acionistas Brasileiros, o número de votos de cada Acionista Estrangeiro, incluindo aqueles recebidos por meio de boletim de voto a distância enviados diretamente à Companhia ou por terceiros, será reduzido proporcionalmente da porcentagem do excesso, de modo que o total de votos de Acionistas Estrangeiros não supere o limite de 40% (quarenta por cento) do total de votos que podem ser exercidos na Assembleia.

A Administração da Companhia não computará votos em desacordo com as normas estatutárias descritas acima.

Para fins de aplicação das regras acima descritas em relação ao exercício de direito de voto pelos acionistas da Companhia, os termos iniciados em letras maiúsculas deverão ter os significados que lhes forem atribuídos pelo Estatuto Social, conforme transcrito abaixo para referência:

“Grupo de Acionistas” – São considerados como Grupos de Acionistas dois ou mais acionistas: **(i)** que sejam partes de acordo de voto, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum;

(ii) se um for, direta ou indiretamente, acionista controlador ou sociedade controladora do outro, ou dos demais; (iii) que sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou conjunto de pessoas, acionistas ou não; ou (iv) que sejam sociedades, associações, fundações, cooperativas e *trusts*, fundos ou carteiras de investimentos, universalidades de direitos ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento com os mesmos administradores ou gestores, ou, ainda, cujos administradores ou gestores sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou conjunto de pessoas, acionistas ou não.

Quanto aos fundos de investimento, somente são considerados como integrantes de Grupo de Acionistas aqueles com administrador comum cuja política de investimentos e de exercício de votos em assembleia geral, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário.

Não são considerados como um Grupo de Acionistas os detentores de títulos emitidos no âmbito do programa de *Depositary Receipts* da Companhia, a menos que se enquadrem em qualquer das hipóteses previstas nos itens (i) a (iv) descritos acima.

Considerar-se-ão partes de um mesmo Grupo de Acionistas na Assembleia quaisquer acionistas ou Grupos de Acionistas representados por um mesmo mandatário, administrador ou representante a qualquer título, exceto no caso de detentores de títulos emitidos no âmbito do programa de *Depositary Receipts* da Companhia, quando representados pelo respectivo Banco Depositário.

No caso de acordos de acionistas que tratem do exercício do direito de voto, todos os seus signatários serão considerados como integrantes do mesmo Grupo de Acionistas para fins da limitação ao número de votos descrita acima, observada a restrição do art. 17 do Estatuto Social da Companhia.

“Grupo de Acionistas Estrangeiro” – Um Grupo de Acionistas será considerado estrangeiro sempre que um ou mais de seus integrantes for um Acionista Estrangeiro.

“Acionistas Brasileiros” – São considerados Acionistas Brasileiros: (i) as pessoas naturais brasileiras, natas ou naturalizadas, residentes no Brasil ou no exterior; (ii) as pessoas jurídicas de direito privado organizadas em conformidade com a lei brasileira que tenham no País a sede de sua administração e: a) que não tenham acionista controlador nem sociedade controladora estrangeira, salvo se esta última estiver compreendida na alínea “b” desta definição; b) sejam controladas, direta ou indiretamente, por uma ou mais pessoas naturais de que trata o item (i) desta definição; e (iii) os fundos ou clubes de investimento organizados em conformidade com a lei brasileira que tenham no País a sede da sua administração e cujos administradores e/ou condôminos detentores da maioria de suas quotas sejam pessoas de que tratam os itens (i) e (ii) desta definição.

“Acionistas Estrangeiros” – São considerados como Acionistas Estrangeiros as pessoas, naturais ou jurídicas, os fundos ou clubes de investimento e quaisquer outras entidades não compreendidas na definição de Acionistas Brasileiros, e as que não provarem que satisfazem os requisitos para serem registrados como Acionistas Brasileiros.

Nos termos do art. 20 do Estatuto Social da Companhia, caberá às pessoas presentes à Assembleia provar a sua qualidade como Acionista Brasileiro ou Acionista Estrangeiro por meio de documento hábil de identidade enviado à Companhia em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia.

Golden Share

Nos termos do art. 6º, §2º do Estatuto Social da Companhia, a *Golden Share* é uma ação de classe especial detida pela União e possuidora de direito de veto sobre questões específicas às operações da Embraer, bem como de outros direitos políticos indicados expressamente no Estatuto Social.

A União, na qualidade de detentora da *Golden Share*, possui direito de veto sobre as matérias listadas no art. 9º do Estatuto Social da Companhia. Adicionalmente, a União tem o direito de eleger 1 (um) membro efetivo do Conselho de Administração e respectivo suplente, nos termos do art. 27, §1º, do Estatuto Social da Companhia.

PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS



A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital reforçando o compromisso da Companhia em facilitar a participação de seus acionistas e, para tanto, a Companhia disponibilizará aos acionistas uma Plataforma Digital, consistente em um sistema eletrônico de participação remota (Microsoft Teams), permitindo que os acionistas participem, se manifestem e votem na Assembleia sem que se façam presentes fisicamente.

Esse sistema para participação remota está em linha com a Resolução CVM nº 81 e possibilita, inclusive: **(i)** a manifestação e o acesso simultâneo a documentos apresentados durante a Assembleia que eventualmente não tenham sido disponibilizados anteriormente; **(ii)** a gravação integral da Assembleia pela própria Companhia; e **(iii)** a comunicação entre os participantes.

Por meio dessa plataforma, o acionista terá acesso em tempo real ao áudio e vídeo da Mesa e dos demais acionistas, podendo manifestar-se e exercer todos os direitos que lhe são inerentes nos termos da regulamentação aplicável.

Dessa forma, os acionistas poderão participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital ou por meio de boletim de voto a distância, nos termos da Resolução CVM nº 81.

A Companhia dispensará a exigência de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, notariação, consularização e tradução juramentada (bastando tradução livre) de documentos, bem como a entrega de vias físicas de referidos documentos. Contudo, a Companhia solicita aos acionistas que os documentos contenham, conforme o caso, autenticação digital da assinatura do acionista ou do seu representante legal. Em todo caso, os acionistas são responsáveis pela veracidade dos documentos enviados à Companhia.

A Administração da Companhia reitera aos acionistas que não haverá possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia.

Os itens a seguir descrevem o passo a passo para participação em cada um dos meios disponíveis.

3.1. Orientações para participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital

Os acionistas que desejarem participar da Assembleia, diretamente ou representados por procuradores, por meio da Plataforma Digital, deverão manifestar o seu interesse à Companhia, pelo e-mail investor.relations@embraer.com.br, com antecedência mínima de 2 (dois) dias à realização da Assembleia, isto é, 27/04/2026. O e-mail deverá conter, obrigatoriamente, **(i)** a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; **(ii)** o e-mail pelo qual desejará receber as instruções para participação na Assembleia; **(iii)** informação se pertence a Grupo de Acionistas, conforme definido no Estatuto Social da Companhia; e **(iv)** cópia dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme abaixo indicado.

Para pessoas físicas:

- (a)** documento de identidade com foto do acionista ou, se for o caso, documento de identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração, sem necessidade de reconhecimento de firma.

Para pessoas jurídicas:

- (a)** Estatuto social ou contrato social, conforme o caso, consolidado e atualmente vigente;
- (b)** Documentos societários que comprovem a representação legal do acionista e, se for o caso, procuração para que terceiro represente o acionista pessoa jurídica, sem necessidade de reconhecimento de firma; e
- (c)** Documento de identidade com foto do representante legal e do procurador, conforme aplicável.

Para fundos de investimento:

- (a)** Regulamento consolidado e vigente do fundo de investimento;
- (b)** Estatuto ou contrato social, conforme o caso,

consolidado e atualmente vigente, do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo;

- (c) Documentos societários que comprovem os poderes de representação e, se for o caso, procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica, sem necessidade de reconhecimento de firma; e
- (d) Documento de identidade com foto do representante legal e do procurador, conforme aplicável.

Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

Vale mencionar que **(i)** as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representados por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e **(ii)** as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte ou carteiras de identidades expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública.

A Companhia enviará as instruções de acesso à Plataforma Digital somente aos acionistas que tenham se manifestado no prazo e condições acima, e cuja documentação tenha sido validada pela Companhia. Importante notar que, nos termos artigo 6º, §3º da Resolução CVM nº 81, os acionistas que não se manifestarem e não enviarem a documentação necessária para participação digital dentro do prazo supramencionado não estarão aptos a participar da Assembleia.

Caso o acionista que tenha manifestado devidamente o seu interesse em participar da Assembleia não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação na Assembleia até às 10 horas do dia 27/04/2026, deverá entrar em contato com a Diretoria de Relações com Investidores da Companhia, pelo endereço de e-mail acima indicado, até às 18 horas do dia 27/04/2026.

O acionista ou seu representante legal credenciado:

- (i)** poderá utilizar o link e as instruções a serem enviados pela Companhia única e exclusivamente para o acompanhamento digital da Assembleia;
- (ii)** não está autorizado a transferir ou divulgar, no todo ou em parte, o link a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o mesmo intransferível; e
- (iii)** não está autorizado a gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, tampouco transferir a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio digital durante a realização da Assembleia. O acionista assume integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia.

Os requisitos técnicos para participação na Assembleia são: **(i)** para participação por computador: (i.a) ter instalado navegador da web compatível com o Microsoft Teams; (i.b) conexão de banda larga com a Internet; (i.c) webcam integrada ou câmera USB externa, microfone e alto-falantes compatíveis com o Microsoft Teams; e (i.d) processador mínimo e outros requisitos recomendados pelo fornecedor da plataforma (microsoft.teams.com); e **(ii)** para participação por dispositivo móvel celular: (ii.a) ter o aplicativo Microsoft Teams instalado; (ii.b) ter conexão de banda larga; e (ii.c) ter câmera, microfone e alto-falantes compatíveis com o Microsoft Teams. A Companhia esclarece que não é e não será responsável por quaisquer problemas operacionais ou de conexão do acionista, bem como por quaisquer outros problemas externos à Companhia que possam dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na Assembleia por meio da Plataforma Digital.

A Companhia recomenda que, no dia da Assembleia, os acionistas credenciados acessem a Plataforma Digital com, no mínimo, 30 minutos de antecedência ao horário previsto para início dos trabalhos da Assembleia, ou seja, às 09:30 do dia 29/04/2026,

com o objetivo de permitir, de forma organizada, eficiente e tempestiva, a validação de acesso e a devida identificação e credenciamento do acionista ou seu representante por meio da apresentação de seu documento de identidade com foto via webcam aos hosts da Companhia.

Ressaltamos que, ao acessar o link para a participação na Assembleia, os presentes deverão manter as suas câmeras em funcionamento durante todo o curso da Assembleia, salvo se requeridos por um representante da Companhia, por qualquer motivo, a desligar sua funcionalidade de vídeo. Os presentes deverão, ainda, em benefício da qualidade do som, manter os seus microfones desligados, acionando-os somente quando precisarem se manifestar oralmente.

Notamos que, para fins de otimização do tempo, o procedimento de votação adotado pela Companhia somente exigirá a manifestação oral dos acionistas para eventuais votos contrários ou abstenções, sendo que, caso haja dificuldades na comunicação do acionista por áudio, será aceita a manifestação de voto contrário ou de abstenção por meio do chat da Plataforma Digital. Os documentos acima citados deverão ser entregues unicamente através do e-mail investor.relations@embraer.com.br, observados os prazos aqui descritos.

3.2. Orientações para participação por meio do Boletim de Voto a Distância

Nos termos da Resolução CVM nº 81, a Companhia adotará, também, o sistema de votação a distância mediante a entrega dos respectivos boletins de voto a distância:

- (a) Diretamente à Companhia, exclusivamente por e-mail, conforme abaixo,
- (b) Por instruções de preenchimento transmitidas para os agentes de custódia que prestem este serviço, no caso de acionistas titulares de ações depositadas em depositário central;
- (c) Por instruções de preenchimento transmitidas

para o escriturador das ações de emissão da Companhia, Banco BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM (“Agente Escriturador”), no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; e

- (d) Por instruções de preenchimento transmitidas para o depositário central no qual as ações da Companhia estejam depositadas.

A Companhia esclarece que caso haja divergências entre (i) o boletim de voto a distância recebido diretamente pela Companhia ou recebido pela depositário central e a instrução de voto contida no mapa analítico do Agente Escriturador para um mesmo acionista, a instrução de voto proveniente do Agente Escriturador prevalecerá; e (ii) o boletim de voto a distância recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa analítico do depositário central para um mesmo acionista, a instrução de voto proveniente do depositário central prevalecerá.

Caso o acionista já tenha enviado o boletim de voto a distância, mas deseje votar na Assembleia por meio da Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio do boletim para aquele acionista serão desconsideradas, conforme artigo 28, §2º, II, da Resolução CVM nº 81.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada. Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas.

Envio do boletim de voto a distância pelo acionista diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por meio de boletim de voto a distância entregue diretamente à Companhia, deverá fazê-lo encaminhando as vias virtuais dos seguintes documentos para o e-mail indicado acima:

- (i) digitalização da via original do boletim de voto a distância, disponível nos websites da Companhia (ri.embraer.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>) na rede mundial de computadores, devidamente preenchido, rubricado em todas as páginas e assinado ao final;
- (ii) para fins de sua qualidade como Acionista

Brasileiro ou Acionista Estrangeiro, (a) digitalização da via original do documento hábil de sua identidade, ou (b) o comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia nos termos do artigo 40 da Lei das Sociedades por Ações (a Companhia dispensará a apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais constante da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária); e

(iii) digitalização da via original dos seguintes documentos descritos no item 3.1. acima.

Os boletins de voto a distância e documentos referidos acima devem ser recebidos até 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia (isto é, 25 de abril de 2026). Boletins de voto a distância eventualmente recebidos após esta data serão desconsiderados.

Nos termos da regulamentação vigente, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias, **(i)** o recebimento do boletim de voto a distância, bem como se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido; ou **(ii)** a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância.

A Companhia solicita que os documentos acima sejam enviados exclusivamente ao Departamento de Relações com Investidores, bem como eventuais dúvidas relativas ao procedimento e aos prazos do item 3 sejam encaminhadas, igualmente, para o endereço eletrônico investor.relations@embraer.com.br.

Envio do boletim de voto a distância pelo acionista aos prestadores de serviço

Conforme facultado pelo art. 27 da Resolução CVM nº 81, além do envio dos boletins de voto a distância diretamente para a Companhia, os acionistas poderão enviar instruções de preenchimento dos boletins de voto a distância para prestadores de serviço aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento dos boletins de voto a distância descritos acima, desde que referidas instruções sejam enviadas à Companhia até 25/04/2026, inclusive, ainda que outra data específica, seja indicada pelos respectivos prestadores de serviço.

Dessa forma, as instruções de voto poderão ser enviadas por intermédio do agente de custódia, caso prestem esse tipo de serviço, ou da central depositária, pelos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositário central ou, caso as ações estejam em ambiente escritural, por intermédio do Agente Escriurador.

O agente de custódia, a central depositária ou o Agente Escriurador verificarão as instruções de voto fornecidas pelos acionistas, mas não são responsáveis por verificar a elegibilidade do acionista para exercício do direito de voto, função que caberá à Companhia, no momento da realização da Assembleia, depois do recebimento das informações dos prestadores de serviços de custódia e escrituração.

Os acionistas deverão entrar em contato com os seus respectivos agentes de custódia, com a central depositária e com o Agente Escriurador, caso necessitem de informações adicionais, para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto. Referidos prestadores de serviço comunicarão aos acionistas o recebimento das instruções de voto ou a necessidade de retificação ou reenvio, devendo prever os procedimentos e prazos aplicáveis.

4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO



EMBRAER S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 07.689.002/0001-89
NIRE 35.300.325.761

Edital de Convocação

Convidamos os senhores acionistas da EMBRAER S.A. (“Companhia”) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”) a ser realizada no dia 29 de abril de 2026, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Microsoft Teams, em link a ser oportunamente divulgado aos acionistas cadastrados, conforme regras abaixo descritas (“Plataforma Digital”), a serem consideradas como realizadas na sede da Companhia, para os fins da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM nº 81”) para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do Relatório da Administração, do Parecer do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes da Companhia;
2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e a distribuição de dividendos;
3. Definir o número de membros a compor o Conselho Fiscal no próximo mandato;
4. Eleger os membros do Conselho Fiscal para o próximo mandato;
5. Eleger 1 (um) membro efetivo do Conselho de Administração e respectivo suplente por indicação da União, na qualidade de titular da ação de classe especial, nos termos do art. 27, §1º, do Estatuto Social da Companhia;
6. Fixar o limite do montante global da remuneração dos administradores da Companhia para o período de maio de 2026 a abril de 2027; e
7. Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o próximo mandato.

A Companhia ressalta que o item 5 da ordem do dia será deliberado exclusivamente pela União, na qualidade de titular da ação de classe especial, nos termos do art. 27, §1º, do Estatuto Social da Companhia. Dessa forma, os demais acionistas da Companhia não terão direito de voto na referida presente deliberação.

Em conformidade com o parágrafo 6º do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, os documentos objeto das deliberações da Assembleia ora convocada, inclusive os referidos nos artigos 10, 11 e 13 da Resolução CVM nº 81, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e nos websites da Companhia (ri.embraer.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>) na rede mundial de computadores.

Instruções Gerais:

Nos termos do art. 5º, §4º da Resolução CVM nº 81, a Companhia esclarece que a escolha do formato exclusivamente digital para a realização da Assembleia considerou diversos fatores relevantes, incluindo o nível histórico de presença e engajamento nos últimos anos em que foi realizada no formato exclusivamente digital, bem como para viabilizar a participação de acionistas estrangeiros. Além disso, buscou-se um equilíbrio entre os custos de realização da Assembleia e os custos que os acionistas eventualmente teriam para participar. Por fim, a decisão está alinhada com às práticas predominantes no mercado, reforçando o compromisso da Companhia com a eficiência e boas práticas.

Neste sentido, os acionistas que desejarem participar da Assembleia, diretamente ou representados por procuradores, deverão manifestar o seu interesse mediante envio à Companhia, pelo e-mail investor.relations@embraer.com.br, com antecedência mínima de 2 (dois) dias à realização da Assembleia (isto é, 27/04/2026). O cadastro deverá conter, obrigatoriamente, **(i)** a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; **(ii)**

o e-mail pelo qual desejará receber as instruções para participação na Assembleia; **(iii)** informação se pertence a Grupo de Acionistas, conforme definido no Estatuto Social da Companhia e **(iv)** cópia dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme indicado na Proposta da Administração.

Para pessoas físicas:

- (a)** Documento de identidade com foto do acionista ou, se for o caso, documento de identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração, sem necessidade de reconhecimento de firma.

Para pessoas jurídicas:

- (a)** Estatuto social ou contrato social, conforme o caso, consolidado e atualmente vigente;
- (b)** Documentos societários que comprovem a representação legal do acionista e, se for o caso, procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica, sem necessidade de reconhecimento de firma;
- (c)** Documento de identidade com foto do representante legal e do procurador, conforme aplicável.

Para fundos de investimento:

- (a)** Regulamento consolidado e vigente do fundo de investimento;
- (b)** Estatuto ou contrato social, conforme o caso, consolidado e atualmente vigente, do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo;
- (c)** Documentos societários que comprovem os poderes de representação e, se for o caso, procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica, sem necessidade de reconhecimento de firma; e
- (d)** Documento de identidade com foto do representante legal e do procurador, conforme aplicável.

Os documentos mencionados no item “b” acima deverão ser enviados aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, para o endereço investor.relations@embraer.com.br.

O acionista ou seu representante legal credenciado: **(i)** poderá utilizar o link e as instruções a serem enviados pela Companhia única e exclusivamente para o acompanhamento digital da Assembleia, **(ii)** não está autorizado a transferir ou divulgar, no todo ou em parte, o link a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o mesmo intransferível, e **(iii)** não está autorizado a gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, tampouco transferir a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio digital durante a realização da Assembleia. O acionista assume integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia.

Os requisitos técnicos para participação na Assembleia são: **(i)** para participação por computador: *(i.a)* ter instalado navegador da web compatível com o Microsoft Teams; *(i.b)* conexão de banda larga com a Internet; *(i.c)* webcam integrada ou câmera USB externa, microfone e alto-falantes compatíveis com o Microsoft Teams; e *(i.d)* processador mínimo e outros requisitos recomendados pelo fornecedor da plataforma (microsoft.teams.com); e **(ii)** para participação por dispositivo móvel celular: *(ii.a)* ter o aplicativo Microsoft Teams instalado; *(ii.b)* ter conexão de banda larga; e *(ii.c)* ter câmera, microfone e alto-falantes compatíveis com o Microsoft Teams. A Companhia esclarece que não é e não será responsável por quaisquer problemas operacionais ou de conexão do acionista, bem como por quaisquer outros problemas externos à Companhia que possam dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na Assembleia por meio da Plataforma Digital.

Informações adicionais sobre a participação na Assembleia:

Plataforma Digital: os acionistas que optarem por participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital deverão fazê-lo por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, sendo que as orientações e os dados para conexão no ambiente eletrônico serão enviados aos Acionistas (ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores) que manifestarem o seu interesse em participar da Assembleia por meio do e-mail investor.relations@embraer.com.br, até o dia 27 de abril de 2026, inclusive, enviando também

neste e-mail os documentos necessários para sua participação na Assembleia conforme detalhados na Proposta da Administração.

A Plataforma Digital permitirá que os Acionistas cadastrados no prazo supramencionado participem, se manifestem e votem na Assembleia sem que se façam presentes fisicamente, nos termos estabelecidos pela Resolução CVM nº 81.

As regras e orientações detalhadas, bem como os procedimentos e informações adicionais para a participação do Acionista na Assembleia por meio do sistema eletrônico de participação constam no item 3 da Proposta da Administração disponível nos sites de Relações com Investidores da Companhia (ri.embraer.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>) na rede mundial de computadores.

Boletim de Voto a Distância: para participar da Assembleia por meio de boletim de voto a distância, os acionistas deverão enviá-los por meio dos agentes de custódia dos acionistas, do escriturador das ações de emissão da Companhia ou do depositário central onde as ações estejam depositadas ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes do Manual para a Assembleia divulgado nesta mesma data e disponível nos websites acima indicados.

Os eventuais documentos ou propostas, declarações de voto, protestos ou dissidências sobre as matérias a serem deliberadas deverão ser apresentadas no dia da Assembleia, por escrito à Mesa da Assembleia, que, para esse fim, será representada pela Secretária da Assembleia.

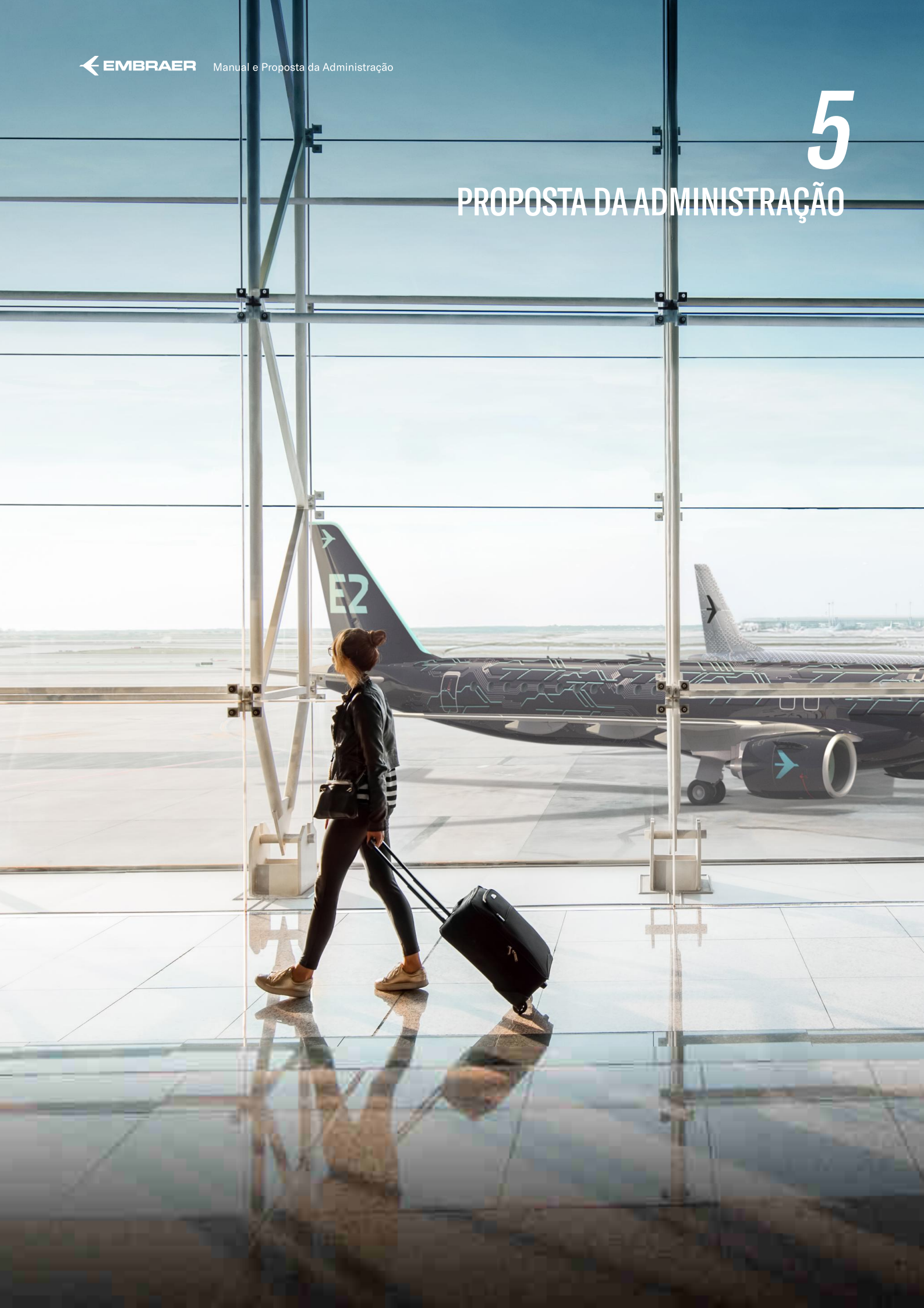
São José dos Campos, 27 de março de 2026.

Raul Calfat

Presidente do Conselho de Administração

5

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO



A Administração da Companhia apresenta à Assembleia suas propostas abaixo sobre as matérias constantes da ordem do dia:

(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do Relatório da Administração, do Parecer do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes da Companhia;

A Administração propõe que sejam aprovadas as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em conformidade com a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, acompanhadas do Relatório da Administração, do Parecer do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, a KPMG Auditores Independentes Ltda.

As demonstrações financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram publicadas nos jornais Valor Econômico e O Vale, em 18 de março de 2026, e também foram disponibilizadas nos sites de Relações com Investidores da Companhia (ri.embraer.com.br), da B3 (<http://www.b3.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>).

O Conselho de Administração da Embraer recomenda aos seus acionistas que examinem detidamente os documentos colocados à disposição pela Administração, a fim de deliberarem acerca das demonstrações financeiras da Companhia e, caso concordem, aprovem as referidas contas e demonstrações financeiras.

Nos termos do artigo 10º, inciso III, da Resolução CVM nº 81/22, as informações dispostas no **Anexo I** a este Manual refletem os comentários da administração sobre a situação financeira da Companhia.

(ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e a distribuição de dividendos;

A destinação do lucro líquido consiste em determinar as parcelas do lucro líquido que serão apropriadas às reservas de lucros, legais e estatutárias, ou que serão distribuídas como dividendos.

Conforme indicado nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 1.952.951.226,17 (um bilhão, novecentos e cinquenta e dois milhões, novecentos e cinquenta e um mil, duzentos e vinte e seis reais e dezessete centavos). O Conselho de Administração deliberou apresentar à Assembleia a seguinte proposta de destinação do lucro líquido:

- 1. Reserva Legal:** o montante de R\$ 97.647.561,31 (noventa e sete milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, quinhentos e sessenta e um reais e trinta e um centavos), correspondentes a 5% do lucro líquido apurado em 2025, sejam destinados para a reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e do art. 51, inciso I, alínea “a” do Estatuto Social da Companhia;
- 2. Proventos:** após a destinação dos valores à Reserva Legal, na forma do item “1” acima, o montante de R\$ 524.886.268,51 (quinhentos e vinte e quatro milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta e um centavos) sejam distribuídos aos acionistas na forma de dividendos e juros sobre capital próprio (considerando o valor bruto), equivalentes a R\$ 463.825.916,22 (quatrocentos e sessenta e três milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, novecentos e dezesseis reais e vinte e dois centavos) quando considerados o valor líquido dos juros sobre capital próprio, incluindo, neste montante, os valores já distribuídos ao longo do exercício social de 2025; e
- 3. Reserva para Investimento e Capital de Giro:** o valor remanescente, equivalente a R\$ 1.330.417.396,35 (um bilhão, trezentos e trinta milhões, quatrocentos e dezessete mil, trezentos e noventa e seis reais e trinta e cinco centavos), será integralmente destinado à Reserva para Investimento e Capital de Giro, nos termos do art. 194 da Lei das Sociedades por Ações e do art. 52 do Estatuto Social da Companhia.

A Administração ressalta que o montante de R\$463.825.916,22 (quatrocentos e sessenta e três milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, novecentos e dezesseis reais e vinte e dois centavos) ora distribuídos aos acionistas a título de proventos equivale a 25% do lucro líquido ajustado na forma dos artigos 195-A e 202 da Lei das Sociedades por Ações e do Artigo 51 do Estatuto Social, servindo, portanto, como dividendo obrigatório. Propõe-se, ainda, que o referido montante seja dividido da seguinte forma:

1. Juros sobre Capital Próprio:

- O montante bruto de R\$ 142.767.683,00 (cento e quarenta e dois milhões, setecentos e sessenta e sete mil, seiscentos e oitenta e três reais) declarados, a título de juros sobre capital próprio, em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2025, e integralmente pagos até 20/05/2026.
- O montante bruto de R\$ 66.897.483,25 (sessenta e seis milhões, oitocentos e noventa e sete mil, quatrocentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos) equivalente ao montante líquido de R\$ 57.555.286,07 (cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e oitenta e seis reais e sete centavos) declarados, a título de juros sobre capital próprio, em reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de agosto de 2025, e integralmente pagos até 20/05/2026.
- O montante bruto de R\$ 147.898.208,75 (cento e quarenta e sete milhões, oitocentos e noventa e oito mil, duzentos e oito reais e setenta e cinco centavos) equivalente ao montante líquido de R\$ 127.244.307,72 (cento e vinte e sete milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, trezentos e sete mil e setenta e dois centavos), foram declarados, a título de juros sobre capital próprio, em reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de novembro de 2025 e foram integralmente pagos até 20/05/2026.
- O montante bruto de R\$ 79.676.796,00 (setenta e nove milhões, seiscentos e setenta e seis mil, setecentos e noventa e seis reais), equivalente ao montante líquido de R\$ 68.549.971,28 (sessenta e oito milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, novecentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos), declarados,

a título de juros sobre capital próprio, em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de dezembro de 2025, e integralmente pagos até 14/01/2026.

Totalizando, assim, o montante líquido de R\$ 376.179.818,71 (trezentos e setenta e seis milhões, cento e setenta e nove mil, oitocentos e dezoito reais e setenta e um centavos) (após a dedução dos tributos aplicáveis) distribuídos a título de juros sobre capital próprio no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e que, conforme disposto no art. 9 da lei 9.249/1995 e no art. 75, §3º da IN RFB nº 1.700/2017, serão imputados ao dividendo obrigatório. A Companhia, informa, ainda, que o montante total bruto equivale a R\$ 437.240.171,00 (quatrocentos e trinta e sete milhões, duzentos e quarenta mil, cento e setenta e um reais).

2. Dividendos

- R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões) declarados, a título de dividendos intercalares, em reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de dezembro de 2025, integralmente pagos em 22/12/2025; e
- R\$ 7.646.097,51 (sete milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, noventa e sete reais e cinquenta e um centavos) a serem declarados pela Assembleia, caso aprovada a presente proposta de destinação do resultado.

Em relação especificamente aos dividendos indicados acima, no montante de R\$ 7.646.097,51 (sete milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, noventa e sete reais e cinquenta e um centavos), terão direito ao recebimento todas as ações em circulação na data base de 11/05/2026, passando as ações da Companhia a serem negociadas na B3, ex-direito aos dividendos, a partir do dia 12/05/2026, inclusive. Os dividendos ora propostos serão pagos em 20/05/2026. A Companhia divulgará aviso aos acionistas com maiores detalhes sobre o pagamento, em caso de aprovação pela Assembleia.

Com relação aos titulares de *American Depositary Receipts* – ADR referenciados em ações de emissão da Companhia, e negociados na New York Stock Exchange – NYSE, o pagamento dos dividendos e dos juros sobre capital próprio será efetuado conforme procedimentos aplicáveis pelo banco depositário JPMorgan Chase N.A.

Em razão das novas regras da Lei nº 15.270/25, em caso de aprovação dos dividendos ora propostos, os valores atribuídos a acionistas podem estar sujeitos à tributação, inclusive à retenção de imposto de renda na fonte.

Considerando o acima, em atenção ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 10 da Resolução CVM nº 81/22, apresentamos no **Anexo II** do presente Manual as informações indicadas no Anexo A da referida resolução.

(iii) Definir o número de membros a compor o Conselho Fiscal no próximo mandato;

Nos termos do art. 43 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal da Embraer é um órgão de funcionamento permanente e deve ser composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes.

Dessa forma, a Administração propõe a fixação do número de membros do Conselho Fiscal em 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes para o próximo mandato, que se iniciará na data da Assembleia e se estenderá até a data da próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

(iv) Eleger os membros do Conselho Fiscal;

Nos termos do art. 43, §1º e do art. 31, §1º do Estatuto Social da Companhia, a eleição dos membros do Conselho Fiscal deverá ser realizada pelo sistema de chapas, vedada a votação individual em candidatos. Dessa forma, a Administração propõe a eleição da seguinte chapa para o próximo mandato, que se iniciará na data da Assembleia e se estenderá até a data da próxima assembleia geral ordinária da Companhia.

Membro Efetivo	Membro Suplente
Carla Alessandra Trematore	Patrícia Leisnock
Raphael Manhães Martins	Magali Rogéria de Moura Leite
Alexandre Navarro Garcia	Leonardo José da Silva Neves Gonzaga

Ainda, nos termos do art. 43, §2º do Estatuto Social da Companhia, a Administração propõe que a Sra. Carla Alessandra Trematore seja indicada para Presidente do Conselho Fiscal e o Sr. Raphael Manhães Martins seja indicado para o cargo de Vice-Presidente do Conselho Fiscal.

As informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência em relação aos candidatos da chapa proposta pelo Conselho Fiscal estão disponíveis no **Anexo III** a este Manual, atendendo ao disposto no artigo 11 da Resolução CVM nº 81/22.

(v) Eleger 1 (um) membro efetivo do Conselho de Administração e respectivo suplente por indicação da União, na qualidade de titular da ação de classe especial, nos termos do art. 27, §1º, do Estatuto Social da Companhia;

Nos termos do art. 27, §1º, do Estatuto Social da Companhia, a União, na qualidade de titular da ação de classe especial, tem direito de eleger 1 (um) membro efetivo do Conselho de Administração e respectivo suplente.

Em 1º de setembro de 2025, o membro efetivo do conselho de administração indicado pela União na assembleia geral ordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2025, o Sr. Pedro Luís Farcic, apresentou sua carta de renúncia ao cargo. Em razão disso, a partir de 1º de setembro de 2025, o membro suplente Maurício Augusto Silveira de Medeiros tomou posse no cargo de membro efetivo. O cargo de membro suplente está vago desde então.

De acordo com o art. 29, V, do Estatuto Social da Companhia, o mandato do membro Sr. Maurício Augusto Silveira de Medeiros, na qualidade de membro efetivo substituto, deverá se estender até a realização da primeira assembleia geral ordinária que seja realizada após a sua investidura, ou seja, até a presente Assembleia, que, por sua vez, deverá eleger novos membros. Dessa forma, caberá à União eleger, na presente Assembleia, 1 (um) membro efetivo e respectivo suplente.

A Administração informa que recebeu a indicação dos seguintes indivíduos por parte da União: (i) Maurício Augusto Silveira de Medeiros, como membro efetivo; e (ii) Walcyr Josué de Castilho Araujo, como membro suplente.

A Administração ressalta que os demais acionistas da Companhia não terão direito de voto na presente deliberação, por se tratar de indicação exclusiva da União, na qualidade de titular da ação de classe especial, nos termos do art. 27, §1º, do Estatuto Social da Companhia.

As informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência em relação aos candidatos da chapa proposta pelo Conselho Fiscal estão disponíveis no Anexo III a este Manual, atendendo ao disposto no artigo 11 da Resolução CVM nº 81/22.

(vi) Fixar o limite do montante global da remuneração dos administradores da Companhia para o período de maio de 2026 a abril de 2027;

O Conselho de Administração propõe que o limite do montante global anual de remuneração dos administradores da Companhia para o período de maio de 2026 a abril de 2027 seja fixado em R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), englobando todos os componentes da remuneração (fixos, variáveis de curto prazo, variáveis de longo prazo e benefícios) conforme detalhamento do Anexo IV. Ressalta-se que não estão incluídos no referido montante os valores relativos aos encargos sociais de responsabilidade da Companhia, conforme determinado no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.

Para o cálculo do limite do montante global proposto, a Administração utilizou como premissa o atingimento de metas em sua porcentagem máxima por todos os Executivos e pela Companhia, ou seja, utilizando como hipótese um cenário de pagamento máximo e a contínua valorização das ações.

Para fins de esclarecimento, o aumento do limite do montante global anual em comparação àquele aprovado na assembleia geral ordinária da Companhia realizada em 2025 justifica-se principalmente pela valorização das ações de emissão da Companhia no último ano. Assim, considerando que parte da remuneração variável dos administradores da Companhia é composta por planos de remuneração baseado em ações, tal valorização terá impacto relevante no montante efetivo da remuneração a ser paga aos administradores.

Cumprе ressaltar que o limite ora proposto também está sujeito a variações e ajustes conforme as outorgas sejam efetivamente realizadas pelo Conselho de Administração, cujo impacto financeiro no montante a ser efetivamente pago também dependerá, por sua vez, da cotação das ações de emissão da Companhia, a qual, conforme mencionado anteriormente, está sempre sujeita a variações durante o período. Dessa forma, para todos os fins, esclarece-se que o limite ora proposto é estimado com base no maior valor de mercado que a Companhia estima que as suas ações podem atingir no período.

Por fim, cabe notar que o montante objeto da presente aprovação refere-se ao período de maio

de 2026 a abril de 2027, enquanto o item 8.2 do Formulário de Referência reflete o período de janeiro a dezembro de 2026.

Nos termos do artigo 13, inciso II, da Resolução CVM nº 81/22, a Companhia disponibiliza as informações indicadas no item 8 do Formulário de Referência no **Anexo IV** a este Manual.

(vi) Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

Nos termos do art. 43, §4º do Estatuto Social da Companhia, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal deverá ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger, com observância dos requisitos e limites legais e levando em conta sua experiência, formação e reputação.

Consoante com o disposto no art. 162, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Assim, o Conselho de Administração da Companhia propõe, como remuneração mensal para o próximo mandato que se (i) o montante de R\$ 24.222,78 (vinte e quatro mil, duzentos e vinte e dois reais e setenta e oito centavos) ao Presidente do Conselho Fiscal, e (ii) o montante de R\$ 19.807,31 (dezenove mil, oitocentos e sete reais e trinta e um centavos), para cada um dos demais membros titulares do Conselho Fiscal.

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES (NA FORMA DO ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA RESOLUÇÃO CVM 80/22)

ANEXO I



2. Comentários dos Administradores

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção da diretoria e sobre as atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes neste item 2.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

As informações descritas nesta seção podem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Embraer, que estão disponíveis no website da Companhia (<https://ri.embraer.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

A discussão a seguir contém declarações sobre estimativas futuras que refletem as expectativas atuais da Companhia e que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações devido a uma série de fatores, incluindo, sem limitações, outros assuntos estabelecidos neste Formulário de Referência.

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 podem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e suas respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“Normas contábeis IFRS”).

Moeda Funcional:

A Diretoria, após análise das operações e negócios da Embraer, concluiu que o dólar norte-americano (“US\$” ou “dólar”) é a sua moeda funcional. Essa conclusão foi baseada em uma análise dos seguintes fatores, conforme estabelecido na IAS 21: (i) a moeda que mais influencia os preços de

venda de bens e serviços; (ii) a moeda do país cujas forças competitivas e regulamentos mais determinam os preços de venda de nossos bens e serviços; (iii) a moeda que mais influencia os custos de fornecimento de bens e serviços; e (iv) a moeda em que os fundos para operações financeiras são amplamente obtidos.

Comentários sobre o desempenho das unidades de negócios:

No segmento de Aviação Comercial, o cenário segue marcado por transformações econômicas, incertezas geopolíticas e novas prioridades ambientais. Muitas das mudanças iniciadas na pandemia mostraram-se permanentes, redefinindo as dinâmicas do setor. Para alcançar sucesso nesse ambiente, o transporte aéreo deverá oferecer maior conectividade e serviços de qualidade superior, contexto no qual aeronaves de menor porte passam a desempenhar um papel cada vez mais relevante.

O ano de 2025 marcou um período de colheita de resultados expressivos e de fortalecimento da presença global da Aviação Comercial da Embraer. A Companhia manteve um ritmo sólido, com a entrega de 78 aeronaves e uma carteira de pedidos de 221 novas unidades no segmento Comercial, refletindo a confiança do mercado em seus produtos. Novos contratos foram firmados com operadores em diferentes continentes, ampliando parcerias estratégicas e assegurando estabilidade e crescimento sustentável. Esses resultados reforçam o compromisso contínuo da Embraer com qualidade, confiabilidade e excelência operacional, pilares que sustentam sua trajetória.

No mercado de Aviação Executiva, as entregas cresceram cerca de 12,5%, impulsionadas pela expansão da capacidade produtiva e pela gradual normalização entre oferta e demanda. As entregas globais superaram 850 unidades, finalmente acima dos níveis pré-pandemia, após anos de restrições na cadeia de suprimentos. A demanda permaneceu robusta, mesmo com

longos *lead times*, e a atividade de voo atingiu níveis recordes, especialmente no segmento de propriedade fracionada. Esse movimento foi impulsionado pelo forte interesse por alternativas de viagem mais flexíveis e personalizadas. Esse segmento, que continuou a gerar novas ordens de compra, também apresentou sinais de expansão para além de sua tradicional base norte-americana.

Nesse contexto, a Embraer manteve crescimento expressivo no mercado de Aviação Executiva, atingindo seu maior número de entregas em um único ano. Foram entregues 155 jatos, sendo 86 leves e 69 médios, o que representa um crescimento anual de 19%. Esse desempenho corresponde a uma participação de mercado de aproximadamente 18% e 33%, respectivamente, nas classes em que a Companhia atua, segundo dados da *General Aviation Manufacturers Association* (GAMA). Ainda em 2025, a Embraer registrou uma taxa de vendas por entregas de 1,1:1, reforçando a solidez da demanda e sustentando um ritmo de crescimento consistente e sustentável.

No segmento de Defesa & Segurança, o mercado global continuou em expansão, sustentado por fatores estruturais como o aumento das tensões geopolíticas, a crescente pressão por modernização de capacidades e a maior demanda por soluções voltadas a ameaças emergentes, incluindo sistemas não tripulados. Trata-se de um ambiente altamente competitivo, que exige, de forma crescente, interoperabilidade, eficiência operacional e redução de custos.

Nesse cenário, a Embraer Defesa & Segurança manteve um ritmo acelerado de crescimento, com um backlog robusto, que evoluiu de forma consistente e sustenta receitas equivalentes a quatro a cinco anos de entregas. Em 2025, foram vendidas cinco aeronaves KC-390 Millennium para dois países: a Suécia, que adquiriu quatro unidades, e Portugal, que adicionou uma aeronave ao contrato originalmente assinado em 2019, atualizando seu pedido firme para seis unidades. O programa de aquisição conjunta entre Holanda, Áustria e Suécia incluiu a opção de nove aeronaves adicionais, enquanto o contrato com Portugal contemplou a opção de até dez aeronaves adicionais para nações parceiras. Ainda em 2025, foram vendidas dez

aeronaves A-29 Super Tucano para três clientes: Uruguai, Panamá e Sierra Nevada Corporation. O A-29 Super Tucano permanece como líder absoluto em sua categoria no mercado global, com mais de 300 aeronaves encomendadas por 22 forças aéreas.

Em 2025, o mercado global de Serviços & Suporte apresentou expansão consistente, impulsionada pelo aumento das frotas comerciais e executivas em operação, pela retomada de missões governamentais e militares em diversos países e pela crescente demanda por soluções integradas ao longo do ciclo de vida das aeronaves. O segmento manteve-se altamente competitivo, com destaque para novos contratos de longo prazo, programas *pay-by-the-hour*, serviços digitais avançados e ampliações da capacidade de manutenção, fatores que se consolidaram como diferenciais estratégicos da Embraer.

A área de Serviços & Suporte apresentou desempenho expressivo, com crescimento relevante da carteira firme de pedidos, que atingiu US\$4,9 bilhões, representando um aumento de 7% em relação ao ano anterior. Esse desempenho reforça o papel da unidade como um dos principais vetores de geração de receitas recorrentes e de sustentabilidade financeira da Embraer. A performance alcançada reflete a combinação de excelência operacional, foco na experiência do cliente e inovação contínua, pilares centrais da estratégia de crescimento da Companhia.

Para mais informações sobre os Segmentos Operacionais da Companhia, vide o item 1.3 do Formulário de Referência.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais Indicadores patrimoniais

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cobrir suas necessidades de capital de giro, bem como garantir as obrigações dos passivos de curto prazo, relacionadas às necessidades de recursos para atender ao financiamento de suas atividades nos próximos doze meses. Tais necessidades são suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional e através de recursos de terceiros.

A seguir os principais indicadores patrimoniais da Embraer, dos últimos dois exercícios sociais:

Destaques consolidados	Em 31 de dezembro de	
Valores em R\$ milhões	2025	2024
Disponível ⁽¹⁾	16.037,8	15.796,9
Contas a receber de clientes	1.601,9	1.998,7
Financiamentos a clientes	44,2	200,5
Estoques	17.976,7	18.181,1
Ativo permanente ⁽²⁾	27.449,9	28.438,7
Fornecedores	6.145,2	5.983,5
Fornecedores - Acordos de financiamento	346,2	268,0
Endividamento – Curto Prazo ⁽³⁾	579,7	704,4
Endividamento – Longo Prazo ⁽³⁾	13.692,8	14.721,0
Patrimônio líquido	20.974,8	20.710,9

(1) Inclui Caixa e equivalentes de caixa e Instrumentos financeiros ativos de curto prazo e longo prazo.

(2) Inclui Imobilizado, Direito de Uso em Arrendamento, Intangível e Investimentos.

(3) Se refere à linha “Empréstimos e financiamentos” do Balanço Patrimonial da Companhia.

A seguir apresentamos índices que indicam o nível de endividamento, bem como a eficiência na gestão de recursos e a rentabilidade em relação aos ativos e ao patrimônio líquido, proporcionando uma visão abrangente da performance financeira da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Destaques consolidados	Em 31 de dezembro de	
Valores em R\$ milhões, exceto %	2025	2024
Dívida / Patrimônio líquido	0,7	0,7
ROA ^{(1) (3)}	2,7%	2,6%
ROE ^{(2) (3)}	9,3%	9,2%

(1) ROA – significa o retorno sobre os ativos (*Return on Assets*), calculado a partir do Lucro líquido / Ativo total.

(2) ROE – significa o retorno sobre o capital próprio da Companhia (*Return on Equity*), calculado a partir do Lucro líquido / Patrimônio líquido.

(3) ROA e ROE são calculados a partir do Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas da Embraer.

(b) Estrutura de capital

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a posição de caixa líquido era de R\$1.765,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2024, a posição de caixa líquido foi de R\$371,5 milhões.

Apresentamos abaixo a relação entre nosso capital de terceiros, em relação ao patrimônio líquido (capital próprio), para os dois últimos exercícios sociais.

Consolidado	Em 31 de dezembro de	
(Em R\$ milhões, exceto percentuais)	2025	2024
Patrimônio líquido (capital próprio)	20.974,8	20.710,9
Empréstimos e financiamentos (capital de terceiros) ⁽¹⁾	14.272,5	15.425,4
Capital de terceiros + capital próprio	35.247,3	36.136,3
Capital de terceiros / capital próprio	0,7	0,7

(1) Corresponde à soma do Passivo Circulante e Não Circulante ao final de cada exercício social.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia está sempre em busca de novas oportunidades e mantém um controle em relação ao nível de endividamento e gestão de capital.

A Embraer mantém capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros, apresentando uma sólida posição de caixa. Em 31 de dezembro de 2025, o caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros total consolidado atingiu o valor de R\$16.037,8 milhões, comparado a R\$15.796,9 milhões em 2024.

No conceito líquido (caixa e equivalentes de caixa mais investimentos financeiros de curto e longo prazo menos endividamento financeiro) nesse mesmo período a Companhia apresentou uma posição positiva (caixa líquido) de R\$1.765,3 milhões, em comparação com 2024 quando a posição era de R\$371,5 milhões. A geração operacional medida pelo EBITDA apresentou,

em 2025, um resultado positivo de R\$4.637,3 milhões, resultando em uma relação de endividamento financeiro bruto/EBITDA de 3,1. Em 2024 o resultado do EBITDA foi de R\$4.935,8 e o endividamento financeiro/EBITDA foi de 3,1. O EBITDA ajustado em 2025 apresentou um resultado de R\$4.911,1 milhões, com relação de endividamento financeiro bruto/EBITDA ajustado de 2,9, já em 2024, o resultado do EBITDA ajustado correspondeu a R\$5.153,7 e o endividamento financeiro/EBITDA ajustado foi de 3,0.

A seguir, são apresentados os índices relevantes que fornecem uma visão abrangente do desempenho financeiro e operacional da Companhia. Esses índices são fundamentais para entender a saúde financeira da organização e incluem métricas essenciais que refletem a eficiência, rentabilidade e estrutura de capital, permitindo uma análise detalhada das operações e estratégias adotadas.

Consolidado	Em 31 de dezembro de	
Valores em R\$ milhões, exceto %	2025	2024
Caixa líquido ⁽¹⁾	1.765,3	371,5
Caixa (endividamento) líquido sem Eve	601,0	(684,6)
EBITDA	4.637,3	4.935,8
EBITDA ajustado ⁽²⁾	4.911,1	5.153,7
Endividamento financeiro bruto	14.272,5	15.425,4
Patrimônio líquido	20.974,8	20.710,9
Receitas (despesas) financeiras	(1.662,7)	(631,3)
Endividamento financeiro bruto / EBITDA ajustado	2,9	3,0
EBITDA ajustado / receitas (despesas) financeiras	(3,0)	(8,2)
Endividamento financeiro bruto / patrimônio líquido	0,7	0,7

(1) Caixa líquido = Caixa e equivalentes de caixa + Investimentos financeiros de curto e longo prazo - Financiamento de curto e longo prazo.

(2) EBITDA ajustado: corresponde ao resultado operacional excluindo itens não recorrentes.

A seguir, apresentamos as condições patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Consolidado	Em 31 de dezembro de	
Valores em R\$ milhões	2025	2024
Ativo circulante	39.343,0	40.326,9
Realizável a longo prazo	4.299,2	4.454,1
Investimentos	166,6	270,6
Imobilizado	11.725,3	12.021,1
Intangível	14.973,9	15.498,6
Direito de uso	584,1	648,4
Total do ativo	71.092,1	73.219,7
Passivo circulante	26.200,7	27.347,0
Passivo não circulante	23.916,6	25.161,8
Patrimônio líquido	18.953,7	19.045,2
Participação dos não controladores	2.021,1	1.665,7
Total do passivo	71.092,1	73.219,7

Considerando o nível de endividamento da Companhia, seus ativos de maior liquidez frente a suas obrigações, os Diretores acreditam haver liquidez suficiente para o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela Companhia. Caso entenda necessário, a Companhia possui capacidade de contrair novos empréstimos para financiar os investimentos e a sua operação, sendo que a Companhia possui a disponibilidade de acessar de forma imediata a Linha de Crédito Rotativo com limite até US\$1 bilhão (R\$5,5 bilhões), e até o momento não foi desembolsada.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os investimentos consistem principalmente em recursos associados ao aprimoramento de aeronaves para os mercados de Aviação Comercial e Aviação Executiva, de investimentos no aumento da capacidade industrial no Brasil e no exterior e investimentos para manutenção da estrutura produtiva. Geralmente tais investimentos proveem de operações de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras e órgãos de financiamento, como o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ou são caracterizados como contribuições de parceiros de risco e adiantamentos de clientes. Para maiores detalhes, vide item 2.1 (f) sobre níveis de endividamento da Companhia e as principais características das referidas dívidas.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui uma Política de Gestão Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, que tem por objetivo estabelecer as diretrizes aplicáveis a todas as áreas de negócios, com foco na gestão das finanças corporativas, incluindo a gestão de fluxo de caixa e estrutura de capital, visando delimitar

os riscos associados às operações financeiras e eventuais deficiências de liquidez.

A Companhia encontra-se em uma situação de liquidez suficiente para atender às necessidades atuais de capital, para manutenção dos investimentos e capital de giro, incluindo (i) aprimoramento da família dos jatos executivos Phenom 100EX e 300E e Praetor 500E e 600E, (ii) desenvolvimento, certificação e aprimoramento da família de jatos E-2 e (iii) outros gastos de capital previstos.

Em uma situação de deficiência de liquidez, a Companhia poderá acessar a estrutura de linha de crédito rotativo no valor de US\$1 bilhão conforme descrito no item (i) e também acredita que poderá recorrer a estruturas de financiamento adicionais, tais como: emissão de *corporate bonds*, emissão de debêntures, financiamentos à importação e exportação, linhas de crédito fornecidas por agências de fomento no Brasil e linhas de crédito de bancos nacionais e internacionais, cujas disponibilidades estarão sujeitas às condições de mercado, como custo e crédito, vigentes no momento da contratação.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Ao final de 2025, o endividamento financeiro bruto total consolidado da Companhia que considera endividamento de curto e longo prazo somava R\$14.272,5 milhões (frente a R\$15.425,4 milhões em 2024), dos quais 95,9% eram dívidas de longo prazo (95,4% em 2024). As dívidas denominadas em Dólar representavam 91,7% do total do endividamento e seu custo médio ponderado reduziu de 6,2% a.a. em 2024 para 5,6% a.a. em 2025. As dívidas denominadas em Reais representavam 3,0% do total do endividamento e seu custo médio ponderado reduziu de 5,3% em 2024, para 5,2% em 2025. As dívidas denominadas em Euro representavam 5,3% do endividamento total e seu custo médio ponderado era 3,9% a.a. em 2025. O custo médio ponderado do endividamento total em 2025 era de 5,5%.

Perfil de vencimento do endividamento consolidado (longo prazo)		
Ano	Valor em R\$ (milhões)	Análise Vertical (%)
2027	282,1	2,1%
2028	364,1	2,7%
2029	207,0	1,5%
Após 2029	12.839,6	93,8%
Total	13.692,8	100,0%

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Capital de Giro UK Export Finance

Em outubro de 2022, a Embraer Netherlands Finance B.V., empresa da Embraer, celebrou um novo contrato de financiamento ao capital de giro para exportações no valor total de US\$100 milhões junto ao *Export Credits Guarantee Department of the Government of the United Kingdom (ECGD)* (“UK Export Finance”). A primeira tranche do financiamento foi desembolsada no mesmo mês no valor de US\$61,4 milhões com taxa de juros SOFR+0,75% a.a. e vencimento em junho de 2029. Em abril de 2023, houve a liberação da segunda tranche do financiamento no valor de US\$16,8 milhões com as mesmas condições contratuais da tranche anterior e vencimento em 2030. Em março de 2024, houve a liberação da terceira e última tranche do financiamento no valor de US\$21,7 milhões com as mesmas condições contratuais das tranches anteriores e vencimento em 2031. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo em aberto era de US\$52,2 (R\$287,2) milhões.

Guaranteed Notes 2023

Em julho de 2023, a Embraer Netherlands Finance B.V., empresa do grupo Embraer, emitiu US\$750 milhões em notas garantidas (*guaranteed notes*) com taxa de juros nominal de 7,00% ao ano com vencimento em 28 de julho de 2030. Esta operação é garantida integralmente e incondicionalmente pela Companhia. A Companhia recomprou parte dos títulos em

circulação em 2025, através da emissão de oferta pública para recompra das notas em circulação. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto era de US\$274,5 (R\$1.510,6) milhões.

BNDES

Em fevereiro de 2024, celebramos um contrato de financiamento na linha de Inovação junto ao BNDES no valor total de R\$500,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2025, havíamos desembolsado US\$20,4 (R\$112,3) milhões, sendo este o saldo em aberto.

BNDES-Exim

Em 05 de dezembro de 2025, a Embraer firmou um novo contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES (“BNDES”) no total de R\$1,05 bilhão (US\$200,0 milhões) sob o programa BNDES-Exim com vencimento em julho de 2033. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto era de US\$200,6 (R\$1.104,0) milhões.

Guaranteed Notes 2025

Em fevereiro de 2025, a Embraer Netherlands Finance B.V., empresa do grupo Embraer, emitiu US\$650 milhões em notas garantidas (*guaranteed notes*) com taxa de juros nominal de 5,98% ao ano com vencimento em 11 de fevereiro de 2035. Esta operação é garantida integralmente e incondicionalmente pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto era de

US\$657,6 (R\$3.618,3) milhões.

Em outubro de 2025, a Embraer Netherlands Finance B.V., empresa do grupo Embraer, emitiu US\$1,0 bilhão em notas garantidas (*guaranteed notes*) com taxa de juros nominal de 5,40% ao ano com vencimento em 09 de janeiro de 2038. Esta operação é garantida integralmente e incondicionalmente pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto era de US\$912,1 (R\$5.019,1) milhões.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relação de longo prazo com instituições financeiras em relação a instrumentos financeiros derivativos, garantias financeiras, risco sacado, leasing, convênios para execução dos pagamentos e recebimentos para garantir a atividade operacional da Companhia, folha de pagamento dos colaboradores, dentre outros.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Em garantia de parte dos financiamentos da Companhia, foram oferecidos imóveis, benfeitorias, máquinas, equipamentos e garantias bancárias no montante total de R\$2.458,3 milhões (R\$4.366,1 milhões em 31 de dezembro de 2024). Para os financiamentos das controladas, foram constituídas garantias nas modalidades de fiança e aval da Companhia, que totalizavam em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$12.074,0 milhões (R\$12.022,2 milhões em 31 de dezembro de 2024). O endividamento bruto consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 totalizava R\$14.272,5 milhões, comparado a R\$15.425,4 milhões em 2024.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Descrevemos a seguir as restrições impostas à Companhia e suas controladas nos contratos financeiros de longo prazo e de maior relevância para a Companhia e suas controladas, em vigor em 31 de dezembro de 2025.

Nas notas emitidas pela Companhia e suas

controladas nos anos de 2024 e 2025 descritas no item 2.1 (f) “i” acima, foram impostas limitações relativas a:

(A) Gravames/garantias

Não poderão ser dados em garantia os bens da Companhia ou do garantidor (Embraer) a não ser que:

- (i) relacionados à compra de novos bens;
- (ii) dentro do curso normal de negócios em relação ao financiamento de aeronaves pelo garantidora outra pessoa ou transações de importação/exportação;
- (iii) em face de dívidas do garantidor frente a BNDES, FINEP e outros órgãos internacionais;
- (iv) detidos por empresas adquiridas;
- (v) já existentes, ou decorrentes de imposição legal ou decisão judicial;
- (vi) em razão de desenvolvimento relacionados a autoridades governamentais;
- (vii) já existentes sobre bens a serem adquiridos;
- (viii) sobre fundos para pagamento do principal, juros e quantias adicionais;
- (ix) decorrentes de *Capitalized Lease Obligations*; ou
- (x) em montante menor que 10% do capital próprio da Companhia.

(B) Operações societárias

A Companhia e o garantidor somente poderão participar de operação de fusão/incorporação e transferência de ativos, sem o aval dos detentores das notas, caso:

- (i) a sucessora assuma expressamente a obrigação de repagar do principal e juros e as demais obrigações;
- (ii) não ocorra qualquer Incumprimento;
- (iii) sejam entregues certificados de opiniões demonstrando que tal operação cumpre as condições precedentes impostas;
- (iv) a sucessora concorde em assumir quaisquer custos decorrentes, garantindo que os recebimentos dos detentores das notas não serão afetados.

É exigido em contratos assinados com o BNDES que a Companhia mantenha medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, mantendo em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, assim como observar, durante o período de vigência do contrato, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência.

Os contratos de financiamento classificados como não circulante estão sujeitos a cláusulas restritivas (“covenants”) alinhados com as práticas usuais de mercado, e incluem também restrições sobre a criação de novos gravames sobre bens do ativo, mudanças significativas no controle acionário da Companhia, venda significativa de bens do ativo e pagamento de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório por lei em casos de inadimplência nos financiamentos e nas transações com empresas controladas.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2025, existiam as seguintes linhas de financiamento contratadas, mas não desembolsadas.

A Companhia dispõe de linha de crédito rotativo no valor de US\$1,0 bilhão com vencimento em agosto de 2029. Essa linha de crédito rotativo, negociada com 17 instituições financeiras internacionais, quando utilizada, será remunerada a SOFR + variável de 0,95% a.a. a 1,70% a.a., a depender do rating corporativo da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, nem a Embraer Aircraft Holding, Inc nem a Embraer Netherlands Finance B.V. incorreram em qualquer empréstimo sob a Linha de Crédito Rotativo.

Em janeiro de 2026, a Companhia, por meio da sua subsidiária EVE UAM, LLC., celebrou um contrato de crédito sindicalizado com o Banco do Brasil S.A., New York Branch, Citibank N.A., Itaú Unibanco S.A., Miami Branch e MUFG Bank Ltd., tendo o Banco Itaú Chile como agente administrativo. O acordo resultou na liberação de um financiamento no valor de US\$150 milhões, remunerado a SOFR + 3,10% a.a. e vencimento final previsto para 2031. O contrato está sujeito a cláusula restritiva, que exige o cumprimento de um índice mínimo de cobertura do serviço de dívida.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e dos fluxos de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31/12/2025	AV (%) ¹	Exercício social encerrado em 31/12/2024	AV (%) ¹	AH ² 2025 x 2024 (%)
Receitas Líquidas	41.883,2	100,0%	35.424,2	100,0%	18,2%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(34.524,9)	(82,4)%	(29.041,9)	(82,0)%	18,9%
Lucro Bruto	7.358,3	17,6%	6.382,2	18,0%	15,3%
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas Administrativas	(1.191,0)	(2,8)%	(1.074,8)	(3,0)%	10,8%
Despesas Comerciais	(1.886,2)	(4,5)%	(1.671,4)	(4,7)%	12,9%
Perda de crédito esperada	(20,9)	(0,0)%	(121,6)	(0,3)%	(82,8)%
Despesas com Pesquisas	(412,6)	(1,0)%	(298,1)	(0,8)%	38,4%
Outras receitas (despesas), líquidas	(460,8)	(1,1)%	579,5	1,6%	(179,5)%
Equivalência patrimonial	(38,7)	(0,1)%	(23,6)	(0,1)%	64,0%
Resultado Operacional	3.348,1	8,0%	3.772,1	10,6%	(11,2)%
Receitas financeiras	1.754,3	4,2%	1.648,9	4,7%	6,4%
Despesas financeiras	(3.417,0)	(8,2)%	(2.280,2)	(6,4)%	49,9%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(229,8)	(0,5)%	(31,9)	(0,1)%	620,3%
Lucro antes do imposto	1.455,6	3,5%	3.108,9	8,8%	(53,2)%
Imposto de renda e contribuição social	536,4	1,3%	(1.185,1)	(3,3)%	(145,3)%
Lucro líquido do exercício	1.992,0	4,8%	1.923,8	5,4%	3,5%
Lucro atribuído aos:					
Acionistas da Embraer	1.953,0	4,7%	1.918,8	5,4%	1,8%
Acionistas não controladores	39,0	0,1%	5,0	0,0%	681,7%

¹ AV: Análise Vertical.

² AH: Análise Horizontal.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Receita Líquida

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Embraer entregou 244 aeronaves, sendo 78 aeronaves comerciais (34 E1s e 44 E2s), 155 aeronaves executivas (86 jatos leves e 69 jatos médios) e, no segmento de Defesa & Segurança, 3 aeronaves KC-390 Millennium e 8 A-29 Super Tucano. Esse volume representa um aumento de 18,4% em relação às 206 aeronaves entregues em 2024 e resultou em receita líquida de R\$41.883,2 milhões, crescimento de 18,2%

frente aos R\$35.424,2 milhões registrados no exercício anterior. Todas as unidades de negócios apresentaram desempenho positivo ao longo do ano, com destaque para Defesa & Segurança, Aviação Executiva e Serviços & Suporte, cujas receitas cresceram 36%, 24% e 21%, respectivamente, na comparação anual. A Aviação Comercial também registrou crescimento consistente, com avanço de 5% em relação a 2024.

Receita líquida por segmento (em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31/12/2025	AV ¹ (%)	Exercício social encerrado em 31/12/2024	AV ¹ (%)	AH ² (%)
Aviação Comercial	13.025,6	31,1	12.383,5	35,0	5,2%
Aviação Executiva	12.171,7	29,1	9.828,1	27,7	23,8%
Defesa & Segurança	5.443,9	13,0	3.989,7	11,3	36,4%
Serviços & Suporte	10.728,5	25,6	8.854,2	25,0	21,2%
Outros	513,5	1,2	368,8	1,0	39,2%
Total	41.883,2	100,0	35.424,2	100,0	18,2%

¹ AV: Análise Vertical.

² AH: Análise Horizontal

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados totalizou R\$34.524,9 milhões, representando um aumento de 18,9% em relação aos R\$29.041,9 milhões registrados em 2024. Esse crescimento decorreu principalmente do maior volume de entregas e de um mix de produtos com maior valor agregado, quando comparado ao exercício anterior.

Lucro Bruto e Margem Bruta

Em função do maior volume de entregas e de uma melhora no mix de clientes e preço dos produtos, o lucro bruto da Companhia atingiu R\$7.358,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, representando um crescimento de 15,3% em relação aos R\$6.382,2 milhões apurados em 2024. A margem bruta do período foi de 17,6%, ligeiramente inferior aos 18,0% registrados no exercício anterior, refletindo principalmente os impactos das tarifas de importação impostas pelos Estados Unidos nos segmentos de Aviação Executiva e Serviços & Suporte, bem como o aumento dos custos de produção na Aviação Comercial. Nesse último segmento, destacaram-se maiores despesas com custos logísticos, que pressionaram a rentabilidade.

Despesas administrativas e comerciais

As despesas administrativas cresceram 10,8% e totalizaram R\$1.191,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em comparação aos R\$1.074,8 milhões registrados no exercício anterior. As despesas comerciais, por sua vez, aumentaram 12,9% em relação a 2024, alcançando R\$1.886,2 milhões, frente a R\$1.671,4 milhões no ano anterior. Apesar do aumento nominal, o crescimento dessas despesas foi inferior ao da receita líquida, representando, respectivamente, 2,8% e 4,5% da receita de 2025, ante 3,0% e 4,7% da receita no exercício social de 2024.

Perda de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas totalizaram R\$20,9 milhões em 2025, inferior à perda de R\$121,6 milhões registrada no exercício social

de 2024. Essa redução na perda decorreu, principalmente, da diminuição das provisões constituídas para perdas de crédito esperadas ao longo do período.

Despesas de pesquisas

As despesas com pesquisas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 apresentaram crescimento de 38,4% quando comparadas à 2024, totalizando R\$412,6 milhões contra R\$298,1 milhões registrados no exercício social anterior. Esta variação está principalmente atrelada à Eve, dado ao aumento de engajamento de engenheiros e investimentos em iniciativas digitais.

Outras receitas (despesas), líquidas

A rubrica de outras receitas (despesas) operacionais líquidas registrou uma despesa de R\$460,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em comparação a uma receita de R\$579,3 milhões apurada no exercício anterior. Essa variação decorreu, principalmente, do reconhecimento do acordo de arbitragem com a Boeing e de créditos fiscais registrados em 2024, bem como dos custos de infraestrutura e instalações incorridos ao longo de 2025.

Equivalência Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025, o resultado de equivalência patrimonial apresentou um saldo negativo de R\$38,7 milhões, superior ao saldo negativo de R\$23,6 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Esse desempenho reflete, principalmente, os resultados das empresas nas quais a Companhia detém participações.

Resultado Operacional

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o lucro operacional (EBIT) da Companhia totalizou R\$ 3.348,1 milhões, com margem operacional de 8,0%, em comparação ao lucro operacional de R\$3.772,1 milhões e à margem de 10,6% registrados em 2024. A variação nos resultados operacionais ao longo do exercício reflete, principalmente, os fatores já mencionados anteriormente.

Receitas (despesas) financeiras, líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Embraer registrou despesa financeira líquida de R\$1.662,7 milhões, superior aos R\$631,3 milhões registrados em 2024. Esse aumento se deu principalmente em função do efeito de marcação a mercado da valorização das ações no escopo dos planos de incentivo de longo prazo.

As variações monetárias e cambiais líquidas foram negativas em R\$229,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado ao valor negativo de R\$31,9 milhões em 2024.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido da Embraer no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$1.992,0 milhões, em comparação ao lucro líquido de R\$1.923,8 milhões registrado em 2024. Esse aumento de 3,5% decorreu, principalmente, em função do impacto do imposto de renda diferido, parcialmente compensado pelo maior nível de despesas financeiras no período.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

O fluxo de caixa representado abaixo contempla o total das contas de balanço patrimonial e demonstrativo de resultado:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31/12/2025	Exercício social encerrado em 31/12/2024	AH¹ 2025 x 2024 (%)
Atividades Operacionais			
Lucro do exercício	1.992,0	1.923,8	3,5%
Itens que não afetam o caixa			
Despesas com depreciação e amortização	1.441,2	1.331,7	8,2%
Realização contribuição de parceiros	(152,0)	(168,0)	(9,5)%
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável dos estoques	22,8	36,4	(37,5)%
Ajuste valor justo - ativos financeiros	66,2	101,2	(34,6)%
Perda de crédito esperada	64,4	121,6	(47,0)%
Perda (ganho) na alienação de ativo permanente	47,2	35,3	33,7%
Imposto de renda e contribuição social	(536,4)	1.185,1	(-145,3)%
Juros sobre empréstimos	629,0	938,2	(33,0)%
Juros sobre títulos e valores mobiliários	(102,1)	(98,5)	3,7%
Equivalência patrimonial	38,7	23,6	64,0%
Variação monetária e cambial	204,3	47,5	330,1%
Provisões diversas	125,9	314,3	(59,9)%
Outros	37,3	27,0	38,1%
(Aumento) Diminuição Nos Ativos Operacionais			
Investimentos financeiros	516,9	(649,3)	(179,6)%
Instrumentos financeiros derivativos	(118,2)	(142,7)	(17,2)%
Contas a receber	198,4	(913,1)	(121,7)%

Ativos de contrato Financiamento a clientes	268,3	(535,0)	(150,1)%
Financiamento a clientes	118,6	134,4	(11,8)%
Estoques	(2.433,7)	(1.357,8)	79,2%
Outros ativos	(382,6)	(246,0)	55,7%
Aumento (Diminuição) Nos Passivos Operacionais			
Fornecedores e Fornecedores - Acordos de financiamento	994,6	985,6	0,9%
Contas a pagar	2.241,0	92,7	2.317,5%
Passivos de contrato	831,0	4.139,6	(79,9)%
Impostos a recolher	(357,0)	(314,9)	13,4%
Receitas diferidas	39,2	20,5	91,2%
Caixa gerado nas atividades operacionais	5.795,0	7.033,2	(17,6)%
Impostos pagos sobre o lucro	(411,2)	(569,3)	(27,8)%
Juros pagos	(899,9)	(931,5)	(3,4)%
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	4.483,9	5.532,4	(19,0)%
Atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	(1.044,7)	(1.068,6)	(2,2)%
Baixa de imobilizado	94,0	68,9	36,4%
Adições ao intangível	(1.651,6)	(1.445,2)	14,3%
Adições investimentos em subsidiárias e coligadas, líquido do caixa adquirido	(66,9)	(95,4)	(29,9)%
Aquisição de Investimentos Financeiros	(1.514,9)	(1.450,9)	4,4%
Alienação de Investimento Financeiros	2.108,1	476,8	342,1%
Recebimento de Empréstimos concedidos	(506,4)	297,5	(270,2)%
Dividendos recebidos	-	2,9	-
Caixa usado nas atividades de investimento	(2.582,4)	(3.214,0)	(19,7)%
Atividades de financiamento			
Novos financiamentos obtidos	16.374,0	4.216,5	288,3%
Financiamentos pagos	(15.616,8)	(6.375,6)	144,9%
Recebimento na oferta de ações de controlada	1.143,9	363,6	214,6%
Recursos provenientes de venda de recebível	218,2	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	(130,8)	-	-
Custos na oferta de ações de controlada	(68,6)	(13,1)	423,7%
Recompra de ações próprias	(1.000,1)	-	-
Pagamentos de arrendamentos	(132,3)	(102,7)	28,8%
Caixa gerado (usado) nas atividades de financiamento	787,5	(1.911,3)	(141,2)%
Aumento (redução) líquida do caixa e equivalentes de caixa	2.688,8	407,0	560,6%
Efeito das variações cambiais no caixa e equivalentes de caixa	(1.638,8)	1.398,2	(217,2)%
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.728,8	9.678,7	10,8%

Caixa líquido das atividades operacionais

O fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$4.483,9 milhões, comparado a um fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais de R\$5.532,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. A Companhia apurou uma redução de 19,0% em relação aos números apresentados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, principalmente pelo maior consumo de capital de giro, em especial pelo aumento de estoques parcialmente compensados pelo aumento de contas a pagar.

Caixa líquido das atividades de investimento

O fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$2.582,4 milhões, comparado ao caixa utilizado nas atividades de investimento líquido de R\$3.214,0, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. A Companhia apurou uma redução de 19,7% em relação aos números apresentados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa variação reflete, principalmente, mudanças no perfil de investimentos financeiros, parcialmente compensadas pelo aumento dos investimentos em ativos intangíveis e pela manutenção de um nível elevado de investimentos em ativos operacionais.

Caixa líquido das atividades de financiamento

O fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi positivo em R\$787,5 milhões, em contraste com o caixa utilizado de R\$1.911,4 milhões registrado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa variação reflete, principalmente, o maior volume de captações financeiras ao longo do exercício, parcialmente compensado pelo aumento nos pagamentos de financiamentos e por desembolsos relacionados à estrutura de capital.

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou um aumento líquido de R\$2.688,8 milhões em caixa e equivalentes de caixa, em comparação ao aumento de R\$407,0 milhões em 2024, refletindo a melhora na dinâmica de geração e movimentação de caixa ao longo do período. O efeito das variações cambiais sobre o caixa e equivalentes foi negativo em R\$1.638,8 milhões em 2025, em contraste com efeito positivo de R\$1.398,2 milhões em 2024, o que influenciou o comportamento da posição final de caixa no exercício.

Como resultado, o caixa e equivalentes de caixa ao final de 2025 totalizou R\$10.728,8 milhões, representando um aumento de 10,8% em relação aos R\$9.678,7 milhões ao final de 2024.

2.2 - Resultado Operacional e Financeiro

(a) Resultados das operações do emissor, incluindo (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita e (ii) fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os principais componentes que afetam a receita da Companhia são (1) volume de entregas de aeronaves comerciais e executivas; (2) mix de entregas entre os modelos E1 e E2 da Aviação Comercial e entre jatos leves e médios da Aviação

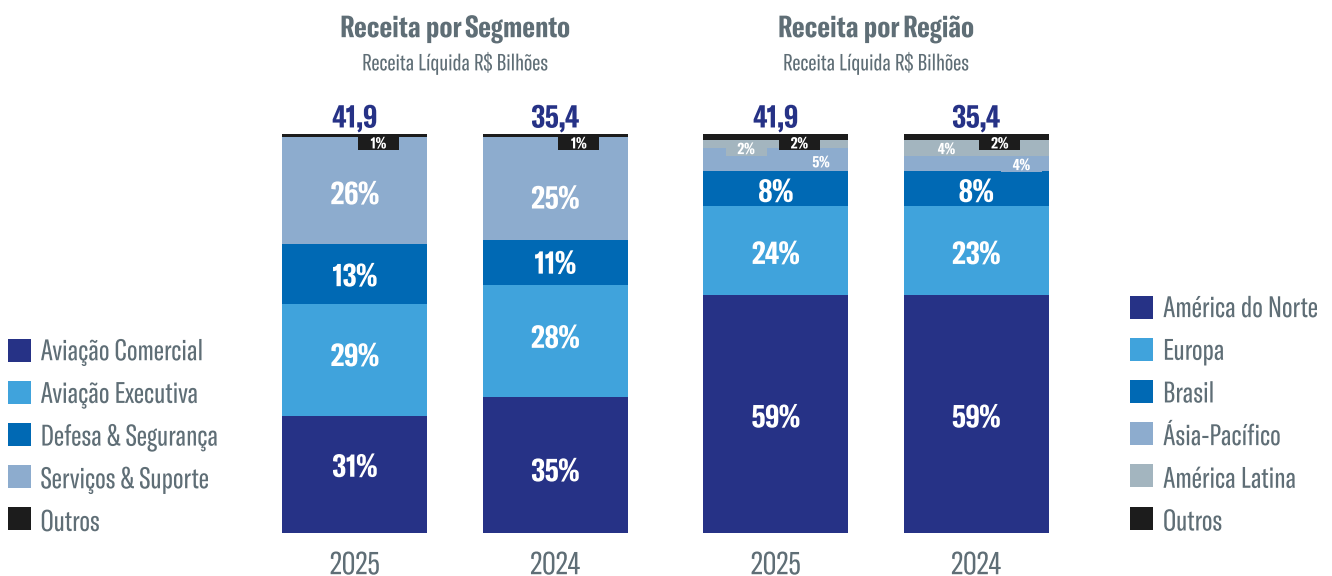
Executiva; (3) receitas de serviços, referentes a serviços de manutenção de aeronaves, fornecimento de peças e materiais, treinamento, modificações, operação de voo, suporte a campo e suporte técnico, etc.; (4) receitas do segmento de Defesa & Segurança; (5) variação cambial, tendo o dólar norte-americano como a moeda funcional da Companhia; e (6) a entrada em serviço de novos produtos.

Receita líquida por segmento (em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31/12/2025	AV ¹ (%)	Exercício social encerrado em 31/12/2024	AV ¹ (%)	AH 2025 x 2024 (%) ²
Aviação Comercial	13.025,6	31,1	12.383,5	35,0	5,2%
Aviação Executiva	12.171,7	29,1	9.828,1	27,7	23,8%
Defesa & Segurança	5.443,9	13,0	3.989,7	11,3	36,4%
Serviços & Suporte	10.728,5	25,6	8.854,2	25,0	21,2%
Outros	513,5	1,2	368,8	1,0	39,2%
Total	41.883,2	100,0	35.424,2	100,0	18,2%

1 AV: Análise Vertical.

2 AH: Análise Horizontal.

A participação de cada negócio na receita total da Companhia assim como sua distribuição geográfica, foi:



A Embraer superou o limite superior de sua projeção, com geração de receita líquida de R\$41.883,2 milhões e crescimento de 18,2% em relação aos R\$35.424,2 milhões registrados em 2024. Todas as unidades de negócios apresentaram desempenho positivo ao longo do ano, com destaque para Defesa & Segurança, Aviação Executiva e Serviços & Suporte, cujas receitas cresceram 36,4%, 23,8% e 21,2%, respectivamente, na comparação anual. O segmento de Aviação Comercial também registrou crescimento consistente de 5,2% em relação a 2024.

Como resultado, a participação das unidades de Aviação Executiva e Serviços & Suporte na receita total da Companhia aumentou em 1 ponto percentual, enquanto a da Defesa & Segurança registrou incremento de 2 pontos percentuais. Em contrapartida, a da Aviação Comercial apresentou redução de 4 pontos percentuais em sua participação na receita consolidada.

A América do Norte manteve-se como o principal mercado gerador de receitas da Embraer em 2025, respondendo por 59% do total. Esse desempenho reflete o sucesso das campanhas de vendas na Aviação Comercial, segmento no qual aproximadamente 80% das receitas tiveram origem no mercado norte-americano, com destaque para a plataforma E1 nos Estados Unidos e a plataforma E2 no Canadá.

No segmento de Aviação Executiva, a América do Norte representou aproximadamente 70% das receitas, evidenciando a forte aceitação e competitividade das aeronaves da Companhia nesse mercado.

O segmento de Serviços & Suporte apresentou dinâmica semelhante à observada nos segmentos de Aviação Comercial e Executiva, mantendo a América do Norte como sua principal região geradora de receitas, com participação superior a 50% do total.

A receita do segmento de Defesa & Segurança esteve majoritariamente concentrada na Europa, que respondeu por pouco mais de 60% do total da divisão em 2025. Esse desempenho decorreu, principalmente, do sucesso do KC-390 Millennium no continente, impulsionado pelas aquisições realizadas por países membros

da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Destaca-se também o crescimento das receitas na região da Ásia-Pacífico, que representaram pouco mais de 20% do total da unidade de negócios, em função da montagem da primeira aeronave destinada à Coreia do Sul.

No consolidado das receitas da Embraer, a participação do Brasil e da Europa não apresentou variação relevante entre 2024 e 2025, mantendo-se em 8% no Brasil e avançando de 23% para 24% na Europa. As demais regiões (América Latina, Ásia-Pacífico e outras) mantiveram participação estável, representando, em conjunto, aproximadamente 10% do total das receitas da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o EBIT ajustado foi de R\$3.621,8 milhões e com margem de 8,6%, e exclui itens extraordinários relacionados à Eve que representam um impacto total negativo de R\$273,8 milhões.

As despesas administrativas cresceram 10,8% e totalizaram R\$1.191,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em comparação aos R\$1.074,8 milhões registrados no exercício anterior. As despesas comerciais, por sua vez, aumentaram 12,9% em relação a 2024, alcançando R\$1.886,2 milhões, frente a R\$1.671,4 milhões no ano anterior. Apesar do aumento nominal, o crescimento dessas despesas foi inferior ao da receita líquida, representando, respectivamente, 2,8% e 4,5% da receita de 2025, ante 3,0% e 4,7% da receita no exercício social de 2024.

As perdas de crédito esperadas totalizaram R\$20,9 milhões em 2025, inferior à perda de R\$121,6 milhões registrada no exercício social de 2024. Essa redução na perda decorreu, principalmente, da diminuição das provisões constituídas para perdas de crédito esperadas ao longo do período.

A rubrica de outras receitas (despesas) operacionais líquidas registrou uma despesa de R\$460,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em comparação a uma receita de R\$579,5 milhões apurada no exercício anterior. Essa variação decorreu, principalmente, do reconhecimento do acordo de arbitragem com a Boeing e de créditos fiscais

registrados em 2024, bem como dos custos de infraestrutura e instalações incorridos ao longo de 2025.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Avariação do desempenho financeiro e operacional no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 é explicado, majoritariamente, pelo aumento no volume de entregas, uma vez que a Embraer entregou 244 aeronaves em 2025, frente a 206 aeronaves em 2024, além da melhora no *mix* de clientes e de preços dos produtos.

No segmento de Aviação Comercial, a receita líquida atingiu R\$13.025,6 milhões em 2025, um crescimento de 5,2% comparado a 2024, impulsionado pela entrega de 78 aeronaves (34 E1s e 44 E2s), frente a 73 no ano anterior (26 E1s e 47 E2s).

Já a Aviação Executiva alcançou R\$12.171,7 milhões em receita, com a entrega de 155 jatos (86 leves e 69 médios), representando um crescimento de 23,8% em relação aos 130 jatos entregues em 2024 (75 leves e 55 médios).

O segmento de Defesa & Segurança gerou receita de R\$5.443,9 milhões, representando um crescimento de 36,4% em relação a 2024. Esse desempenho refletiu, principalmente, o maior volume de aeronaves em linha de produção e a entrega de 3 aeronaves KC-390 Millennium, equivalente ao do exercício anterior, além de 8 aeronaves A-29 Super Tucano, ante a ausência de entregas desse modelo em 2024.

No setor de Serviços & Suporte, as receitas chegaram a R\$10.728,5 milhões, 21,2% superior a 2024, refletindo um aumento na atividade em todas as unidades de negócios da Companhia.

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Considerando que a moeda funcional definida pela Companhia é o dólar norte-americano, o resultado financeiro decorrente da variação cambial apresentado nas demonstrações

financeiras refere-se, essencialmente, aos efeitos sobre itens monetários denominados em moedas distintas do dólar norte-americano. Como estratégia de mitigação de riscos, a alocação do caixa em ativos denominados em reais ou em dólares norte-americanos constitui uma das principais ferramentas utilizadas pela Embraer para proteção contra as oscilações da taxa de câmbio.

Tendo em vista que a Companhia possui quase a totalidade de suas receitas emitidas ou captadas em dólares norte-americanos, conforme descrito no item 2.1(i) deste Formulário de Referência, e mantém seu caixa majoritariamente nessa mesma moeda, as variações cambiais impactam diretamente o resultado financeiro, sem, contudo, representar risco relevante ao planejamento financeiro da Companhia, uma vez que sua moeda funcional é o dólar norte-americano.

A volatilidade das taxas de juros também afeta o resultado financeiro da Embraer. Movimentos de alta ou de queda nas taxas de juros locais influenciam esse resultado, sendo que, como a Companhia mantém um volume maior de aplicações financeiras locais em relação ao endividamento atrelado a essas taxas, elevações nas taxas de juros tendem a resultar em aumento da receita financeira.

As aplicações financeiras no exterior, denominadas em dólares norte-americanos e em outras moedas, possuem taxas pré-fixadas; entretanto, no momento da renovação desses investimentos, a Embraer está sujeita às condições de mercado. Assim, aumentos nas taxas de juros implicam maior remuneração dessas aplicações.

2.3 - Mudanças nas práticas contábeis/Opiões modificadas e ênfases

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

A Companhia aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

As alterações ao CPC 02/IAS 21, CPC 37(R1) / IFRS 1, CPC 18(R3), ICPC 09(R3), OCPC 10 e alterações aos exemplos ilustrativos da IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025, não impactaram materialmente as divulgações ou os valores apresentados nas demonstrações financeiras.

Novas normas e interpretações contábeis foram publicadas ou estão em processo de alteração e entrarão em vigor nos próximos exercícios, todavia não foram citadas, pois, conforme avaliação da Companhia não é esperado impacto material decorrente de sua aplicação.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 não continham qualquer ressalva, opinião modificada ou parágrafo de ênfase.

2.4 - Efeitos relevantes nas DFs

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não efetuou alteração, criação ou alienação de segmento operacional durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia efetuou as seguintes transações societárias. Para mais informações, vide item 1.12 deste Formulário de Referência:

ELEB Equipamentos Ltda., Airholding S.A. e Coqueiro Par Participações Ltda.

Em janeiro/2025, a Embraer incorporou a entidade ELEB Equipamentos Ltda. Neste mesmo mês, a Airholding S.A. foi incorporada pela Embraer Portugal S.A. e a Coqueiro Par Participações Ltda. foi incorporada pela Embraer Defesa e Segurança Participações S.A.

Embraer Overseas Ltd.

Em novembro/2025, a Embraer Overseas Ltd. encerrou formalmente as suas atividades operacionais.

Embraer CAE Training Services BR Ltda.

Em abril/2025, foi constituída no Brasil a subsidiária Embraer CAE Training Services BR Ltda. que está 100% sob a Embraer CAE Training Services (NL) B.V.

Embraer Índia Private Ltd.

Em março/2025, foi constituída na Índia a subsidiária Embraer Índia Private Ltd. que está 99,9% sob a Embraer Netherlands B.V. e 0,01% sob a Embraer Asia Pacific PTE. Ltd. A entidade ainda não está operacional.

Eve Holding, Inc.

A redução para 72,7% foi motivada, principalmente, pela emissão de 47.422.680 novas ações pela Eve Holding mediante aporte de capital de US\$230,0 milhões. A Embraer Aircraft Holding, Inc. contribuiu com US\$20,0 milhões, em setembro/2025, equivalentes a R\$107,3 milhões, e recebeu 4.123.711 ações. Os demais acionistas aportaram US\$210,0 milhões, em agosto/2025, equivalentes a R\$1.143,9 milhões, e receberam 43.298.969 ações. A participação da Companhia na Eve Soluções de Mobilidade Aérea Urbana Ltda. e na Eve UAM, LLC., ambas subsidiárias da Eve Holding, foi reduzida na mesma proporção. Do total de R\$816.682 ajustado na participação dos acionistas não controladores, R\$722.104 decorre dessa transação e dos respectivos custos de transação.

EZ Air Interior Limited.

Em dezembro/2025, a Companhia assinou um acordo com a Safran Cabin para a aquisição de participação adicional de 50% na EZ Air Interior Limited e das operações de pós-venda, engenharia e manufatura no Brasil. Dado que a efetivação da transação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais, em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados quaisquer efeitos financeiros a serem reconhecidos.

(c) Eventos ou operações não usuais

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não passou por eventos ou transações não usuais.

2.5 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

Em milhões de Reais, exceto %	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
EBIT ¹	3.348,0	3.772,1
EBIT ajustado ²	3.621,8	3.990,0
Margem EBIT % ³	8,0%	10,6%
Margem EBIT ajustada % ⁴	8,6%	11,3%
EBITDA ⁵	4.637,3	4.935,8
EBITDA ajustado ⁶	4.911,1	5.153,7
Margem EBITDA % ⁷	11,1%	13,9%
Margem EBITDA ajustada ⁸	11,7%	14,5%
Lucro líquido ajustado ⁹	1.367,9	2.622,3
Caixa líquido - Dívida líquida ¹⁰	1.765,3	371,5
Caixa líquido - Dívida líquida sem Eve ¹¹	601,0	(684,6)
ROA ¹²	2,7%	2,6%
ROE ¹³	9,3%	9,2%

1 EBIT: corresponde ao resultado operacional, calculado na forma da Resolução CVM 156.

2 EBIT ajustado: corresponde ao resultado operacional excluindo itens não recorrentes.

3 Margem EBIT: corresponde ao resultado operacional, calculado na forma Resolução CVM 156 dividido pela receita líquida registrado no período.

4 Margem EBIT ajustada: corresponde ao resultado operacional excluindo itens não recorrentes, dividido pela receita líquida registrada no período.

5 EBITDA: corresponde ao resultado operacional acrescido da depreciação e amortização.

6 EBITDA ajustado: corresponde ao resultado operacional acrescido da depreciação e amortização excluindo itens não recorrentes.

7 Margem EBITDA: corresponde ao resultado operacional acrescido da depreciação e amortização, dividido pela receita líquida registrada no período.

8 Margem EBITDA ajustada: corresponde ao resultado operacional acrescido da depreciação e amortização, excluindo itens não recorrentes, dividido pela receita líquida registrada no período.

9 Lucro líquido ajustado não é um parâmetro contábil e exclui o Imposto de renda e contribuição social diferidos no período. No IFRS, o Imposto de renda e contribuição social inclui uma parcela de impostos diferidos que resultam principalmente de ganhos não realizados provenientes dos impactos da variação cambial sobre os ativos não monetários (em especial Estoques, Imobilizado e Intangível). É importante ressaltar que impostos resultantes de ganhos ou perdas em ativos não monetários são considerados impostos diferidos e contabilizados no Fluxo de Caixa consolidado da Companhia sob a conta Imposto de renda e contribuição social diferidos. O Lucro líquido ajustado também exclui o impacto pós-imposto da provisão relacionada aos itens não recorrentes.

10 Caixa líquido = Caixa e equivalentes de caixa + Investimentos financeiros de curto e longo prazo - Financiamento de curto e longo prazo.

11 Caixa (dívida) líquida Eve = Caixa e Equivalentes de Caixa, (+) investimentos financeiros de curto e longo prazo - Financiamento de curto e longo prazo.

12 ROA: retorno sobre ativos.

13 ROE retorno sobre patrimônio.

(b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBIT, Margem EBIT, EBIT Ajustado e Margem EBIT Ajustado

EBIT e EBIT AJUSTADO	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
em milhões de Reais, exceto %	2025	2024
EBIT	3.348,0	3.772,1
EBIT ajustado	3.621,8	3.990,0
Margem EBIT %	8,0%	10,6%
Margem EBIT ajustada %	8,6%	11,3%

O EBIT é calculado utilizando-se o lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras consolidadas, calculado na forma da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”). O EBIT ajustado é calculado utilizando o EBIT

excluindo os itens não recorrentes*, os resultados anuais reportados incluem vários itens não especiais que impactaram os resultados operacionais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme tabela a seguir:

*Itens não recorrentes, são efeitos positivos e ou negativos não previstos nas projeções de resultados da Companhia. São assim denominados pois representam valores que não tem relação direta com os lucros ou perdas resultantes das operações da Companhia e por este motivo tendem a não se repetir no futuro.

RECONCILIAÇÃO EBIT	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
em milhões de Reais, exceto %	2025	2024
Lucro atribuído aos acionistas da Embraer e não controladores	1.992,0	1.923,8
Imposto de renda e contribuição social	(536,4)	1.185,1
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	1.662,7	631,3
Variações monetárias e cambiais, líquidas	229,8	31,9
EBIT	3.348,0	3.772,1
Margem EBIT	8,0%	10,6%

RECONCILIAÇÃO EBIT AJUSTADO	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
em milhões de Reais, exceto %	2025	2024
EBIT	3.348,0	3.772,1
Resultados relacionados à Eve	273,8	217,9
EBIT Ajustado	3.621,8	3.990,0
Margem EBIT Ajustado	8,6%	11,3%

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

EBIT e EBITDA AJUSTADO	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
em milhões de Reais, exceto %	2025	2024
EBITDA	4.637,3	4.935,8
EBITDA ajustado	4.911,1	5.153,6
Margem EBITDA %	11,1%	13,9%
Margem EBITDA ajustada %	11,7%	14,5%

Já o EBITDA é calculado a partir do EBIT, desconsiderando o efeito da depreciação e amortização e o EBITDA ajustado é calculado a partir do EBITDA incluindo vários itens especiais conforme tabela descrita acima. O Lucro líquido ajustado exclui os itens especiais mencionados e também o impacto da provisão do imposto de renda diferido no período.

O EBIT, EBIT ajustado, EBITDA, EBITDA ajustado e Lucro Líquido ajustado não são indicadores de medida de desempenho de acordo com as práticas adotadas no Brasil ou IFRS e tampouco devem ser considerados isoladamente como alternativa ao lucro líquido, medida de desempenho operacional alternativa aos fluxos de caixa operacionais ou como medida de liquidez.

RECONCILIAÇÃO EBITDA	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
em milhões de Reais, exceto %	2025	2024
Lucro atribuído aos acionistas da Embraer e não controladores	1.992,0	1.923,8
Imposto de renda e contribuição social	(536,4)	1.185,1
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	1.662,7	631,3
Variações monetárias e cambiais, líquidas	229,8	31,9
Depreciação e amortização*	1.289,2	1.163,7
EBITDA	4.637,3	4.935,8
Margem EBITDA	11,1%	13,9%

*Inclui realização e contribuição de parceiros

RECONCILIAÇÃO EBITDA AJUSTADO	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
em milhões de Reais, exceto %	2025	2024
EBITDA	4.637,3	4.935,8
Resultados relacionados à Eve	273,8	217,9
EBITDA Ajustado	4.911,1	5.153,7
Margem EBITDA ajustado	11,7%	14,5%

RECONCILIAÇÃO EBIT e EBIT AJUSTADO	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
em milhões de Reais, exceto %	2025	2024
Resultado operacional antes de receitas financeiras (EBIT)	3.348,0	3.772,1
Gastos relacionados com o negócio da Eve	273,8	217,9
EBIT Ajustado	3.621,8	3.990,0
Margem % com EBIT ajustado	8,6%	11,3%

Lucro líquido ajustado, caixa líquido, ROA e ROE

LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO, CAIXA LÍQUIDO, ROA E ROE	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
em milhões de Reais, exceto %		
Lucro Líquido ajustado	1.367,9	2.819,9
Caixa líquido - Dívida líquida	1.765,3	371,5
Caixa líquido - Dívida líquida sem Eve	601,0	(684,6)
ROA	2,7%	2,6%
ROE	9,3%	9,2%

O Caixa Líquido ou Dívida Líquida são calculados a partir da soma do Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos financeiros de curto e longo prazo subtraindo os Financiamentos de

Curto e Longo Prazo. O retorno sobre ativos (ROA) é calculado a partir do Lucro Líquido e Ativos Totais e o retorno sobre patrimônio (ROE) a partir do Lucro Líquido e Patrimônio Líquido.

RECONCILIAÇÃO LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
em milhões de Reais, exceto %		
Lucro Líquido	1.992,0	1.923,8
(Atribuído a Sócios da Empresa Controladora)	1.953,0	1.918,9
Atribuído a Sócios Não Controladores	39,0	5,0
Impostos diferidos	(795,0)	678,1
Itens especiais com efeito sobre o Lucro Líquido Ajustado	209,9	25,3
Gastos relacionados com o negócio da Eve	209,9	25,3
Lucro Líquido ajustado	1.367,9	2.622,3

RECONCILIAÇÃO CAIXA LÍQUIDO, ROE E ROA	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
em milhões de Reais	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	10.728,8	9.678,7
Investimentos financeiros	5.309,0	6.118,2
Caixa total	16.037,8	15.796,9
Financiamentos de curto prazo	579,7	704,4
Financiamento de longo prazo	13.692,8	14.721,0
Total Financiamentos	14.272,5	15.425,4
Total Financiamentos Eve	995,1	822,5
Total Financiamentos sem Eve	13.277,4	14.602,9
Caixa líquido / Dívida líquida*	1.765,3	371,5
Dívida líquida Eve	1.164,3	1.056,1
Caixa líquido - Dívida líquida sem Eve**	601,0	(684,6)
ROA	2,7%	2,6%
ROE	9,3%	9,2%

* Caixa (dívida) líquida = Caixa e equivalentes de caixa mais Investimentos financeiros de curto e longo prazo menos Financiamento de curto e longo prazo

** Caixa (dívida) líquida Eve = Caixa e equivalentes de caixa mais Investimentos financeiros de curto e longo prazo menos Financiamento de curto e longo prazo

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBIT, Margem EBIT, EBIT Ajustado, Margem EBIT ajustado, EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

O EBIT, a Margem EBIT, o EBIT Ajustado, a Margem EBIT ajustado, o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devem ser considerados como substitutos

para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia, nem como base para distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias apesar das informações serem conciliadas com observância das disposições da Resolução CVM 156.

No entendimento da Companhia, o EBIT e EBITDA mostram o lucro real a partir das atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social sendo usados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se úteis para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Por esta razão, são apresentados pela Embraer como medições não contábeis mais apropriadas para a correta

compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

Para as medidas EBIT ajustado e EBITDA ajustado excluimos itens não recorrentes, facilitando a comparação às estimativas anuais divulgadas pela empresa e Lucro Líquido, não há linha para 2025 além de Eve.

Lucro líquido ajustado, caixa líquido, ROA e ROE

No caso da medida Lucro Líquido ajustado, ao excluir efeito do imposto diferido e itens não recorrentes, a Embraer entende que facilita a compreensão do lucro líquido realmente gerado pela empresa.

O Caixa Líquido, por sua vez, é utilizado como indicador de liquidez da Embraer e é amplamente utilizado pelo mercado.

Adicionalmente, acreditamos que a utilização das medições não contábeis descritas acima possibilita aos investidores acompanhar variações nos indicadores divulgados pela Embraer.

As informações incluídas neste item 2.5 foram preparadas com base nas demonstrações financeiras da Companhia e devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/ptbr>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (https://b3.com.br/pt_br/) e no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.embraer.com.br/> “Informações Financeiras” e “Central de Resultados”).

2.6 - Eventos subsequentes as DFs

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes a 31 de dezembro de 2025 foi aprovada pelo Conselho de Administração em 05 de março de 2026. Os eventos subsequentes reportados nas demonstrações financeiras referentes ao ano de 2025 foram:

Liquidação antecipada do empréstimo da Eve

Em janeiro/2026, o empréstimo com vencimento em 2028, remunerado a SOFR 3M + 3,90% a.a. e cujo valor contábil na data de reporte era de R\$275.120 foi liquidado antecipadamente. Não incidiram custos adicionais para realizar a liquidação antecipada. O pagamento antecipado foi realizado como condição para a contratação do novo crédito sindicalizado.

Obtenção de crédito sindicalizado

Em janeiro/2026, a Companhia, por meio da sua subsidiária EVE UAM, LLC., celebrou um contrato de crédito sindicalizado com o Banco do Brasil S.A., New York Branch, Citibank N.A., Itaú Unibanco S.A., Miami Branch e MUFG Bank Ltd., tendo o Banco Itaú Chile como agente administrativo. O acordo resultou na liberação de um financiamento no valor de US\$150 milhões, remunerado a SOFR + 3,10% a.a. e vencimento final previsto para 2031. O contrato está sujeito a cláusula restritiva, que exige o cumprimento de um índice mínimo de cobertura do serviço de dívida.

2.7 - Destinação Dos Resultados

A política de destinação de resultados da Companhia não sofreu alteração no último exercício social, e segue as determinações descritas em seu estatuto social, conforme abaixo:

2025

a) Regras sobre retenção de lucros

De acordo com a Lei nº 6.404/76 e o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

(i) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social;

(ii) importância destinada à formação de reserva para contingência e a reversão desta reserva formada em exercícios anteriores, de acordo com o artigo 51, I, b do Estatuto Social;

(iii) montante destinado à Reserva para Investimentos, que não excederá 80% do capital social, a cuja constituição poderá ser destinada, por proposta do Conselho de Administração, parcela de até 75% do lucro líquido ajustado de cada exercício, com a finalidade de:

(i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76; e

(ii) reforço de capital de giro; podendo ainda

(iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia.

A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder de 30% do capital social.

a.(i) Valores das retenções de lucros (em milhões de Reais)

Lucro do exercício: R\$1.952,9 milhões

- Reserva legal: R\$97,6 milhões
- Reserva de investimento e capital de giro: R\$1.330,4 milhões
- Dividendos: R\$524,9 milhões

a.(ii) percentuais em relação aos lucros totais declarados

- Reserva legal: 5,0%
- Reserva de investimento e capital de giro: 68,1%
- Dividendos: 26,9%

b) Regras sobre distribuição de dividendos

Os acionistas terão direito de receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, um percentual equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, o qual será diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

(a) a importância destinada à constituição da reserva legal; e (b) a importância destinada à formação de reserva para contingência e a reversão desta reserva formada em exercícios anteriores;

O pagamento de dividendo determinado acima poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar.

Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

O dividendo previsto não será obrigatório no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do parágrafo 1º do art. 51 do Estatuto Social da Companhia serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

O Conselho de Administração poderá pagar ou creditar, em cada exercício social, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício, juros sobre capital próprio, nos termos da legislação do imposto de renda. Os juros sobre capital próprio serão imputados ao valor dos dividendos declarados pela companhia.

Os dividendos são distribuídos anualmente após aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Quando sua situação econômico-financeira permitir, a Embraer pode antecipar trimestralmente a distribuição de dividendos através de Juros Sobre Capital Próprio (JCP).

O Conselho de Administração poderá deliberar o levantamento de balanço semestral e declarar Dividendos intermediários. Poderá ainda levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.

O Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Salvo pelo disposto na Lei nº 6.404/76 e em nosso estatuto social, não possuímos restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Embraer dispõe da Política de Destinação de Resultados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de outubro de 2018, foi arquivada na CVM na categoria de mesmo nome e está disponível no website <https://ri.embraer.com.br/> na seção Governança, Políticas e Códigos.

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*) tais como:

- (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
- (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e
- (iii) responsabilidades, indicando respectivos passivos;
- (iv) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
- (v) Contratos de construção não terminada e
- (vi) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia não evidenciados em suas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

2.10 - Plano de negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Embraer realiza investimentos contínuos na atualização e no aprimoramento de seus produtos, processos e capacidades industriais, com o objetivo de manter a competitividade de seu portfólio, elevar a eficiência operacional e atender às demandas técnicas, regulatórias e operacionais de seus clientes, em todos os segmentos de atuação. Esses investimentos contemplam tanto a ampliação de capacidade produtiva quanto o desenvolvimento e a evolução tecnológica de suas plataformas.

No segmento de Aviação Comercial, os investimentos estão direcionados principalmente à ampliação e modernização das capacidades industriais e de suporte, bem como à melhoria contínua da eficiência operacional e do desempenho dos produtos em serviço, de forma a sustentar a competitividade da família E-Jets no mercado global e atender ao crescimento da base instalada de aeronaves.

Na Aviação Executiva, estão previstos investimentos da ordem de US\$90 milhões entre 2024 e 2027, destinados às unidades de Gavião Peixoto (SP, Brasil) e Melbourne (FL, Estados Unidos). Esses investimentos têm como foco a ampliação da capacidade produtiva até 2027, em linha com a expansão recente da carteira de pedidos desse segmento.

No segmento de Defesa & Segurança, os investimentos estão concentrados na ampliação das capacidades e na evolução tecnológica da plataforma KC-390 Millennium, com o objetivo de aumentar sua competitividade e ampliar o espectro de missões atendidas. Dentre os aprimoramentos, destaca-se o desenvolvimento de pacotes tecnológicos voltados às necessidades de clientes membros e aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), permitindo a operação da aeronave em todo o conjunto de missões requeridas pela Aliança.

Adicionalmente, a Embraer anunciou a expansão das capacidades do A-29 Super Tucano para o combate a sistemas aéreos não tripulados (UAS), oferecendo aos operadores uma solução acessível, eficaz e versátil para esse tipo de ameaça emergente.

No segmento de Serviços & Suporte, a Companhia prevê investimentos de aproximadamente US\$105 milhões entre 2021 e 2026, concentrados na OGMA, em Portugal, para a implantação de uma nova linha de indução de motores PW1100 e PW1900. A operação teve início em 2024, com expectativa de atingir capacidade plena em 2030, com potencial de geração de receita anual estimada em US\$650 milhões.

Adicionalmente, estão previstos investimentos de cerca de US\$70 milhões entre 2025 e 2027, na unidade de Fort Worth (TX, Estados Unidos), destinados à ampliação da capacidade de manutenção, reparo e revisão (MRO) para atender clientes da Aviação Comercial na América do Norte, com aumento superior a 50% da capacidade instalada até 2027.

No âmbito dos investimentos em novos negócios e inovação, a Eve Air Mobility, controlada da Embraer, segue executando seu plano de desenvolvimento tecnológico voltado à viabilização comercial de sua aeronave elétrica de decolagem e pouso vertical (eVTOL). Em 2025, foram direcionados investimentos para o avanço da campanha de testes em voo, com a realização do primeiro voo do protótipo não tripulado em escala real, na unidade de testes da Embraer em Gavião Peixoto (SP), marcando o início da fase de validação da arquitetura da aeronave.

Os investimentos do programa contemplam a execução de uma campanha com centenas de voos de teste, a produção de seis protótipos certificáveis e o avanço dos processos regulatórios e de certificação junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), autoridade certificadora primária, bem como a outras autoridades internacionais, incluindo a *Federal Aviation Administration* (FAA) e a *European Union Aviation Safety Agency* (EASA). A expectativa é alcançar a certificação de tipo ao final de 2027, criando as condições para o início da operação comercial.

No que se refere aos investimentos contínuos em sustentabilidade, a Embraer seguiu fomentando o uso de SAF (*Sustainable Aviation Fuel*) ao longo de 2025. No Brasil, foi realizada a primeira aquisição nacional de um lote composto por 100% de SAF, viabilizada pela Vibra, permitindo avanços em estudos e operações com combustível renovável puro.

Nos Estados Unidos, observou-se a adoção crescente de SAF em voos de demonstração, entregas e operações de produção na unidade de Melbourne (Flórida). Em 2025, a Embraer atingiu 3% de sua meta de utilização de SAF, representando avanço relevante em volume e reforçando o compromisso da Companhia com a redução de emissões e com o objetivo da indústria de alcançar emissões líquidas de carbono zero até 2050.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos consistem principalmente em recursos associados ao desenvolvimento de aeronaves para os mercados de Aviação Comercial e Aviação Executiva e de investimentos na capacidade industrial no Brasil e no exterior. Geralmente tais investimentos são provenientes de operações de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras e órgãos de financiamento, como o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e são caracterizados como contribuições de parceiros de risco e adiantamentos de clientes. As principais captações de recursos financeiros efetuadas pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 estão descritas no Item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, nenhum tipo de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que influenciasse materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços indicando (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Embraer desenvolve atividades contínuas de pesquisa e desenvolvimento voltadas à atualização, evolução tecnológica e ampliação das capacidades de seus produtos e serviços, com foco na manutenção da competitividade, no aumento da eficiência operacional e

no atendimento às exigências técnicas e regulatórias em todos os segmentos de atuação.

Na Aviação Comercial e na Aviação Executiva, as pesquisas e projetos em andamento concentram-se na melhoria contínua de desempenho, eficiência operacional, confiabilidade e suporte em serviço das aeronaves em produção, bem como na evolução de sistemas, processos industriais e capacidades produtivas. No segmento de Defesa & Segurança, as atividades de desenvolvimento estão direcionadas à ampliação das capacidades operacionais das plataformas existentes, com destaque para o KC-390 Millennium e A-29 Super Tucano.

No âmbito de novos negócios, a Eve Air Mobility, controlada da Embraer, segue executando seu plano de desenvolvimento tecnológico para a viabilização comercial de uma aeronave elétrica de decolagem e pouso vertical (eVTOL). Em 2025, a Companhia avançou na campanha de testes em voo com a realização do primeiro voo de seu protótipo não tripulado em escala real, além de direcionar investimentos para a produção de protótipos certificáveis e para o avanço dos processos regulatórios e de certificação junto às autoridades aeronáuticas competentes.

Adicionalmente, a Companhia desenvolve pesquisas e iniciativas relacionadas à sustentabilidade, incluindo estudos e testes operacionais voltados à ampliação do uso de combustíveis sustentáveis de aviação (SAF) em suas operações.

Em termos de recursos financeiros, em 2025, a Embraer, em base individual, realizou investimentos em pesquisa no montante de R\$330,8 milhões, em comparação a R\$271,0 milhões em 2024, além de adições líquidas em ativos intangíveis de R\$821,7 milhões, relacionadas principalmente ao desenvolvimento de novos produtos, sistemas e tecnologias. No mesmo período, a Eve realizou investimentos em pesquisa no valor de R\$81,8 milhões e adições líquidas em ativos intangíveis de R\$829,9 milhões, refletindo os investimentos direcionados ao desenvolvimento de sua aeronave eVTOL. Considerando a Embraer e a Eve em base consolidada, os investimentos totais destinados ao desenvolvimento de novos produtos e serviços alcançaram R\$3,2 bilhões em 2025, em comparação a R\$3,0 bilhões em 2024, incluindo despesas de capital, investimentos em pesquisa e adições em ativos intangíveis.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

As questões ambientais, sociais e de governança (ASG) representam oportunidades relevantes inseridas no plano de negócios da Embraer, especialmente no contexto da transição da indústria da aviação para um modelo de baixo carbono. A indústria assumiu o compromisso de alcançar emissões líquidas de carbono zero até 2050, o que demanda o desenvolvimento de novas tecnologias, produtos mais eficientes e soluções sustentáveis em escala.

Nesse contexto, a Embraer identifica oportunidades de negócio na evolução contínua de aeronaves mais eficientes, na introdução gradual de novas tecnologias de propulsão em plataformas menores e na ampliação de soluções voltadas à redução de emissões, alinhadas às demandas de clientes, reguladores e investidores. As aeronaves regionais são vistas como plataformas iniciais para a introdução dessas tecnologias, o que posiciona a Companhia de forma estratégica nesse processo de transformação do setor.

A atual família E2 representa uma oportunidade imediata nesse contexto, por ser a aeronave de corredor único mais eficiente em consumo de combustível em operação comercial, com redução de até 30% nas emissões por assento em comparação à geração anterior, contribuindo para a renovação de frotas e a redução das emissões de operadores.

Adicionalmente, a Embraer desenvolve estudos e conceitos de produtos de baixa emissão, incluindo a família de conceitos Energia, avaliando aplicações de mercado, requisitos tecnológicos e modelos de negócio viáveis, reconhecendo que a viabilização dessas soluções depende de investimentos e cooperação em todo o ecossistema da aviação, incluindo infraestrutura, regulação e cadeia de suprimentos.

No âmbito de novos negócios, a mobilidade aérea urbana representa uma oportunidade relevante, por meio do desenvolvimento de aeronaves elétricas de decolagem e pouso vertical (eVTOL), com potencial de aplicação em grandes centros urbanos, contribuindo para soluções de mobilidade com menor impacto ambiental e baixo nível de ruído.

Complementarmente, a Companhia identifica oportunidades associadas à ampliação do uso de combustíveis sustentáveis de aviação (SAF),

tanto no apoio ao desenvolvimento da cadeia desse combustível quanto em sua adoção operacional, contribuindo para a redução de emissões nos curto e médio prazos.

Por fim, os compromissos ambientais assumidos pela Embraer, incluindo crescimento neutro em carbono, neutralidade das operações e uso de energia elétrica proveniente de fontes renováveis, impulsionam ganhos de eficiência operacional, inovação tecnológica e fortalecimento do posicionamento competitivo da Companhia no longo prazo.

Em 2025, as metas evoluíram e ganharam ações concretas em diversas frentes, tais como: a Embraer tem implementado diversas ações para evoluir em sua jornada de sustentabilidade. Em transição e eficiência energética, 2025 consolidou mudanças importantes:

- Biometano nas operações: após Gavião Peixoto (SP) tornar-se pioneira na operação 100% com biometano, a Embraer expandiu a iniciativa para Botucatu (SP) em 2025, e o projeto segue em planejamento para ampliação a outros sites em 2026.
- Energia renovável: Brasil e OGMA, Portugal, já operam 100% com energia elétrica de origem renovável (solar e eólica) e em 2025 a Companhia avançou nos Estados Unidos com o projeto solar em Melbourne, Flórida, onde mais de 1.900 painéis entraram em operação, com potencial para suprir grande parte do Centro de Atendimento ao Cliente da unidade. Além disso, a Embraer aderiu ao programa SolarTogether (Florida Power Light), com potencial de compensar cerca de 10 GWh no primeiro ano. No total, 80% da meta corporativa de ser 100% suprida por energia renovável até 2030 já foram atingidos.

Este também foi um ano de avanço na gestão das emissões de gases de efeito estufa e na preparação para transparência climática: a Embraer integrou a avaliação de riscos físicos e de transição climática ao seu processo de ERM (na sigla em inglês, *Enterprise Risk Management*) e se prepara para divulgar informações alinhadas ao IFRS S1/S2 e às recomendações da TCFD (na sigla em inglês, *Task Force on Climate-related Financial Disclosures*), dentro do prazo estabelecido pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

Principais eventos ocorridos no exercício e impactos nas demonstrações financeiras:

Atual cenário das tarifas impostas pelos EUA

Em julho/2025, o governo dos Estados Unidos anunciou novas tarifas incidentes sobre determinados produtos importados do Brasil, com alíquotas que podiam atingir até 50%. Os produtos relacionados às operações da Companhia, incluindo aeronaves, partes e peças utilizadas nas atividades de Aviação Comercial e Executiva, permaneceram sujeitos à tarifa geral previamente divulgada de 10%, não sendo aplicável a eles a alíquota máxima. A Administração avaliou que o impacto financeiro das referidas tarifas tende a ser inferior à alíquota nominal de 10%, uma vez que parcela relevante dos componentes empregados na fabricação das aeronaves é de origem norte-americana, reduzindo a base sujeita às tarifas aplicáveis exclusivamente a produtos brasileiros. Portanto, não é esperado que essas tarifas afetem substancialmente as metas de crescimento da Companhia.

No quarto trimestre de 2025, foram concluídas análises específicas sobre os possíveis efeitos das tarifas nas estruturas de custos, margens e rentabilidade da Companhia. Diante do ambiente regulatório incerto e da possibilidade de revisões adicionais por parte do governo dos Estados Unidos - bem como de eventuais medidas de retaliação por outros países, a Administração manteve o monitoramento contínuo das medidas anunciadas e de seus potenciais desdobramentos, além de prosseguir com a execução das ações necessárias para mitigar os efeitos das tarifas sobre as operações da Companhia.

Em 20 fevereiro de 2026, a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu que as tarifas impostas pelo governo com base no *International Emergency Economic Powers Act* (IEEPA) são inconstitucionais e, portanto, não podem ser aplicadas. Na mesma data, o governo anunciou

a imposição de novas tarifas de 10% com base na Seção 122 do Trade Act of 1974, prevendo isenção específica para aeronaves e suas partes e peças. Neste momento de incertezas, a Companhia seguirá avaliando esta e outras mudanças no cenário para determinar eventuais impactos nas suas operações.

Reforma Tributária

Em 2026 teve início, no Brasil, a transição da Reforma Tributária sobre o Consumo ("RTC"). No primeiro ano, em caráter experimental, as empresas deverão apenas informar os novos tributos, Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS") e Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"), em seus documentos fiscais, sem a obrigatoriedade de recolhimento. A transição ocorrerá gradualmente até 2032.

As mudanças na carga tributária, como a extinção de impostos atuais e a inclusão dos novos, estão previstas para começarem somente em 2027. Embora a RTC já possua dispositivos legais publicados, sua aplicação depende de regulamentação e da edição de normas complementares. Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não há definição oficial das alíquotas, apenas estimativas não oficiais. Somente após a regulamentação será possível realizar um mapeamento completo e diagnóstico dos impactos.

Com base nas legislações já publicadas, especialmente a Lei Complementar 214 de 2025, a Companhia acredita que a RTC trará efeitos positivos para os seus negócios. A simplificação e modernização do modelo de tributação sobre consumo de bens e serviços no Brasil devem proporcionar maior transparência e redução da burocracia.

A Companhia acompanha de forma contínua os debates sobre o tema e está em dia com as obrigações impostas pela RTC até o presente momento.

Conflitos Oriente Médio

A Companhia segue acompanhando atentamente os desdobramentos dos conflitos no Oriente Médio, região cujo ambiente de segurança permanece instável. Embora não tenham sido identificados impactos diretos sobre as operações ou a cadeia de suprimentos até o momento, a Companhia continua monitorando potenciais riscos que possam afetar suas atividades, inclusive no que se refere ao fornecimento de materiais, custos logísticos e eventuais disrupções no transporte.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui ativos ou passivos materiais expostos à região do Oriente Médio, portanto nenhum impacto contábil material foi identificado até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras.

Conflito Rússia – Ucrânia

A Companhia, em conformidade com as sanções internacionais impostas à Rússia, Bielorrússia e a determinadas regiões da Ucrânia pelas legislações aplicáveis, mantém desde março/2022 a suspensão do fornecimento de peças, manutenção e suporte técnico a clientes afetados por referidas sanções.

Embora não tenham sido identificados riscos relevantes à continuidade operacional, a Companhia segue monitorando continuamente os desdobramentos do conflito e suas potenciais implicações na cadeia global de suprimentos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui ativos ou passivos materiais expostos à Rússia, Bielorrússia ou Ucrânia, portanto nenhum impacto contábil material foi identificado até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras.

Modificação do contrato firmado com o Comando da Aeronáutica do Brasil

Em agosto/2025, a Embraer e o Comando da Aeronáutica do Brasil firmaram um acordo mútuo para reduzir de 19 para 18 unidades o número total de aeronaves KC-390 Millennium a serem entregues sob o contrato vigente. Essa modificação contratual não gerou impactos negativos no resultado, tampouco no fluxo de caixa, pois a aeronave reduzida do contrato já foi redirecionada para venda a outro cliente.

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO (INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO A DA RESOLUÇÃO CVM 81/22)

ANEXO II



1. Informar o lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício	R\$1.952.951.226,17
----------------------------	---------------------

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Montante global - Proventos (dividendos e juros sobre capital próprio bruto)	R\$ 524.886.268,51
Montante global - Proventos (dividendos e juros sobre capital próprio líquido)	R\$ 463.825.916,22
Valor por ação do montante global – Proventos (dividendos e juros sobre capital próprio bruto)	R\$ 0,7166543566 ⁽¹⁾
Valor por ação do montante global – Proventos (dividendos e juros sobre capital próprio líquido)	R\$ 0,63328550103 ⁽¹⁾

(1) Valor por ação se refere ao valor por ação dos proventos, desconsideradas as ações em tesouraria, tendo como data-base para referência o dia 06 de março de 2026. Este valor poderá ser alterado em caso de aumento do número de ações em circulação até a data da AGO.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Percentual do lucro líquido distribuído	26,88%, considerando juros sobre capital próprio bruto 23,75%, considerando juros sobre capital próprio líquido
Percentual do lucro líquido ajustado (na forma do art. 202 da Lei das S.A. e art. 51 do Estatuto Social) distribuído	28,29%, considerando juros sobre capital próprio bruto 25,00%, considerando juros sobre capital próprio líquido

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável, tendo em vista não terem sido distribuídos dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Dividendos	R\$ 7.646.097,51
Valor por ação ordinária	R\$ 711.833,14 ⁽¹⁾

(1) Valor por ação se refere ao valor por ação dos proventos, desconsideradas as ações em tesouraria, tendo como data-base para referência o dia 06 de março de 2026. Este valor poderá ser alterado em caso de aumento do número de ações em circulação até a data da AGO.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

O pagamento dos dividendos será efetuado aos acionistas, em dinheiro, até o dia 25 de maio de 2026. A Companhia divulgará aviso aos acionistas com maiores detalhes sobre os procedimentos para pagamento.

Com relação aos titulares de *American Depositary Receipts* – ADR referenciados em ações de emissão da Companhia, e negociados na New York Stock Exchange – NYSE, o pagamento dos dividendos será efetuado conforme procedimentos aplicáveis pelo banco depositário JPMorgan Chase Bank, N.A.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não haverá incidência de atualização e juros sobre os dividendos a serem declarados pela assembleia.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Terão direito aos dividendos declarados todas as ações em circulação na data base de 11 de maio de 2026, passando as ações da Companhia a serem negociadas na B3 e na New York Stock Exchange – NYSE, *ex-direito* aos dividendos, a partir do dia 12 de maio de 2026, inclusive.

Com relação aos titulares de *American Depositary Receipts* – ADR referenciados em ações de emissão da Companhia, e negociados na New York Stock Exchange – NYSE, o pagamento dos dividendos será efetuado conforme procedimentos aplicáveis pelo banco depositário JPMorgan Chase Bank, N.A.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Provento	Montante	Data do Pagamento para B3 ¹
Juros sobre capital próprio declarado em reunião do conselho de administração realizada em 29 de abril de 2025	Montante bruto de R\$ 142.767.683,00 (cento e quarenta e dois milhões, setecentos e sessenta e sete mil, seiscentos e oitenta e três reais). Montante líquido de R\$ 122.830.253,65 (cento e vinte e dois milhões, oitocentos e trinta mil, duzentos e cinquenta e três reais e sessenta e cinco centavos).	Serão pagos até 20/05/2026
Juros sobre capital próprio declarado em reunião do conselho de administração realizada em 07 de agosto de 2025	Montante bruto de R\$ 66.897.483,25 (sessenta e seis milhões, oitocentos e noventa e sete mil, quatrocentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos). Montante líquido de R\$ 57.555.286,07 (cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e oitenta e seis reais e sete centavos).	Serão pagos até 20/05/2026
Juros sobre capital próprio declarado em reunião do conselho de administração realizada em 06 de novembro de 2025	Montante bruto de R\$ 147.898.208,75 (cento e quarenta e sete milhões, oitocentos e noventa e oito mil, duzentos e oito reais e setenta e cinco centavos). Montante líquido de R\$ 127.244.307,72 (cento e vinte e sete milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, trezentos e sete mil e setenta reais e dois centavos).	Serão pagos até 20/05/2026
Juros sobre capital próprio declarado em reunião do conselho de administração realizada em 08 de dezembro de 2025	Montante bruto de R\$ 79.676.796,00 (setenta e nove milhões, seiscentos e setenta e seis mil, setecentos e noventa e seis reais). Montante líquido de R\$ 68.549.971,28 (sessenta e oito milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, novecentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).	Pagos integralmente em 14/01/2026
Dividendos intercalares com base no balanço de 31 de outubro de 2025 declarado em reunião do conselho de administração realizada em 08 de dezembro de 2025	R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais).	Pagos integralmente em 22/12/2025

(1) Com relação aos titulares de *American Depositary Receipts* – ADR referenciados em ações de emissão da Companhia, e negociados na New York Stock Exchange – NYSE, o pagamento dos dividendos será efetuado conforme procedimentos aplicáveis pelo banco depositário JPMorgan Chase Bank, N.A.

7. Fornecer tabela comparativa, indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	Lucro líquido	Lucro por ação ordinária ⁽¹⁾
2022	Não aplicável	Não aplicável
2023	R\$ 783.558.936,00	R\$ 1,0666
2024	R\$ 1.918.850.400,00	R\$ 2,6120
2025	R\$ 1.952.951.226,17	R\$ 2,6665

(1) Para fins de divulgação do lucro por ação, o lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 41 – Lucro por Ação.

b) Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Dividendos	Valor Dividendos	Dividendos por ação ordinária
2022	Não aplicável	Não aplicável
2023	Não aplicável	Não aplicável
2024	R\$ 51.429.524,76	R\$ 0,07000711694

Juros sobre capital próprio	Juros sobre capital próprio	Juros sobre capital próprio por ação ordinária
2022	Não aplicável	Não aplicável
2023	Não aplicável	Não aplicável
2024	Não aplicável	Não aplicável

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

Reserva legal	R\$ 97.647.561,31
---------------	-------------------

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Lucro líquido do exercício	R\$ 1.952.951.226,17
(-) Absorção prejuízos acumulados	R\$ 0,00
Lucro Líquido (base para Reserva legal)	R\$ 1.952.951.226,17
Reserva legal – 5% sobre o lucro líquido	R\$ 97.647.561,31

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

ART. 51 do Estatuto Social - Os acionistas terão direito de receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, um percentual equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com as seguintes normas:

I - O lucro líquido do exercício será diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

a) a importância destinada à constituição da reserva legal; e

b) a importância destinada à formação de reserva para contingência e a reversão desta reserva formada em exercícios anteriores;

II - O pagamento de dividendo determinado nos termos do inciso I poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar;

III - Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

O montante equivalente ao dividendo obrigatório no valor de R\$ 463.825.916,22 (quatrocentos e sessenta e três milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, novecentos e dezesseis reais e vinte e dois centavos), calculado nos termos acima, serão pagos integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia**a) Informar o montante da retenção****b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos****c) Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**a) Identificar o montante destinado à reserva****b) Identificar a perda considerada provável e sua causa****c) Explicar porque a perda foi considerada provável****d) Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar****b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva****Reserva para Investimento e Capital de Giro**

Art. 52 do Estatuto Social - A Companhia manterá Reserva para Investimentos a cuja constituição poderá ser destinada, por proposta do Conselho de Administração, parcela de até 75% do lucro líquido ajustado de cada exercício, com a finalidade de: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76; e (ii) reforço de capital de giro; podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia.

PARÁGRAFO 1º - Observado o limite legal, a reserva não excederá 80% do capital social.

PARÁGRAFO 2º - A Assembleia Geral, por proposta do Conselho de Administração, poderá a qualquer tempo distribuir dividendos à conta de reserva de que trata este artigo ou destinar seu saldo, no todo ou em parte, a aumento do capital social, inclusive com bonificação em novas ações.

b) Identificar o montante destinado à reserva

Destinação de Reserva para Investimento e Capital de Giro	R\$ 1.330.417.396,35
---	----------------------

c) Descrever como o montante foi calculado

A Reserva para Investimento e Capital de Giro foi apurada deduzindo do lucro líquido do exercício:

a – Absorção prejuízos acumulados;

b - Reserva legal;

c – Recomposição reservas de subvenção;

d – Dividendos propostos;

e – Destinação de Reserva para investimento e capital de giro.

Lucro líquido	R\$ 1.952.951.226,17
Absorção prejuízos acumulados	R\$ 0,00
Reserva legal (5% sobre L.L)	(R\$ 97.647.561,31)
Dividendos propostos	(R\$ 524.886.268,51)
Destinação de Reserva para investimento e capital de giro para composição da base de distribuição dos lucros do exercício	R\$ 1.330.417.396,35

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

b) Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

INFORMAÇÕES SOBRE CANDIDATOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AO CONSELHO FISCAL (ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA RESOLUÇÃO CVM 80)

ANEXO III



7.3 - Composição e experiência profissional dos candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal:

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data início do primeiro mandato
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Maurício Augusto Silveira de Medeiros	19/07/1965	Conselho de Administração	29/04/2026	1 ano	
027.838.498-60	Tenente Brigadeiro do Ar	Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2026	Não	25/04/2025

Não.

Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:

(i) Embraer S.A.: membro efetivo do Conselho de Administração, desde setembro de 2025, e membro suplente de abril a setembro de 2025. Atividade Principal da empresa: Aeronáutico;

(ii) Governo Federal: Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, desde fevereiro de 2025, Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, de março de 2022 a fevereiro de 2025;

(iii) Comandante do Primeiro Comando Aéreo Regional de fevereiro de 2021 a fevereiro de 2022; e

(iv) Chefe do Gabinete do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, de fevereiro de 2019 a março de 2021.

Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor:

Não ocupa.

Formação Acadêmica:

(i) Curso de Formação de Oficiais Aviadores na Academia da Força Aérea;

(ii) Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais;

(iii) Curso de Comando e Estado-Maior na Escola de Comando e Estado-Maior;

(iv) Curso de Interforças de defesa na École de Guerre - Paris/França; e

(v) Curso de Pós-graduação em Gestão Administrativa pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Declarações: O Sr. Maurício Augusto Silveira de Medeiros declarou que nenhum dos seguintes eventos ocorreu nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra em processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Maurício Augusto Silveira de Medeiros declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data início do primeiro mandato
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Walcyr Josué de Castilho Araújo	11/04/1965	Conselho de Administração	29/04/2026	1 ano	
062.996.628-16	Tenente Brigadeiro do Ar	Conselho de Administração (Suplente)	29/04/2026	Não	29/04/2026

Não.

Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:

- (i) Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, desde setembro de 2025;
- (ii) Chefe de Operações Conjuntas do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, 2024/2025;
- (iii) Chefe de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, 2023/2024; e
- (iv) Chefe do Estado-Maior do Comando Geral de Apoio, 2021/2023.

Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor:

Não ocupa.

Formação Acadêmica:

- (i) Curso de Formação de Oficiais Aviadores na Academia da Força Aérea;
- (ii) Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais;
- (iii) Curso de Comando e Estado-Maior na Escola de Comando e Estado-Maior;
- (iv) Especialização em Análise de Sistemas pelo ITA;
- (v) MBA em gestão administrativa pela UFF; e
- (vi) Curso de altos estudos de política e estratégia – ESG.

Declarações: O Sr. Walcyr Josué de Castilho Araújo declarou que nenhum dos seguintes eventos ocorreu nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra em processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Walcyr Josué de Castilho Araújo declarou à Companhia que é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável, Chefe de Operações Conjuntas do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, 2024/2025; Chefe de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto, em decorrência dos cargos ocupados nos últimos anos, conforme detalhados acima.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data início do primeiro mandato
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Alexandre Navarro Garcia	26/09/1966	Conselho Fiscal	29/04/2026	1 ano	
385.346.061-53	Administrador	45 - C.F.(Efetivo) Eleito p/Minor.Ordinaristas	29/04/2026	Não	25/04/2024

Não.

Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:

- (i) Embraer S.A.: Membro efetivo do Conselho Fiscal desde abril de 2024. Atividade Principal da empresa: Aeronáutico;
- (ii) Faculdade Miguel Arraes: Diretor-Geral (Reitor) desde agosto 2021. Atividade principal: Formação ensino superior (em processo de reconhecimento junto ao MEC/INEP);
- (iii) Infraero: Membro do Conselho Fiscal desde abril de 2021. Atividade principal: Administração de aeroportos e operação e exploração da infraestrutura aeroportuária;
- (iv) Rigoleão: Membro do Conselho de Administração em abril 2021 a setembro 2021. Atividade Principal: Administração e operação do Aeroporto Internacional Tom Jobim/RJ;
- (v) FGV: Membro da Câmara de Mediação e Arbitragem, desde 2018. Atividade principal: Mediação e Arbitragem;
- (vi) Finep: Superintendente de Conformidade, Integridade e Gestão de Riscos da FINEP, desde setembro de 2024. Atividade Principal: Agência de Inovação;
- (vii) Laboratório de Responsabilidade Social e Sustentabilidade (LARES/UFRJ): Professor de pós-graduação. Atividade principal: Educação.

Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor:

- (i) Fundação João Mangabeira: Vice-presidente, desde 2019. Atividade principal: Pesquisa, educação política, produção de Planos e Programas de Governo.

Formação Acadêmica: Graduação em administração e mestrado acadêmico (Me.) em Estudos Comparados sobre as Américas, pós-graduação em Gestão Pública (ENAP), em Assessoria Parlamentar e Processo Legislativo, ambos Universidade de Brasília (UNB), e em Direito Legislativo (UFMS), com especialização em Mediação e Arbitragem (FGV). É certificado em “Aprimoramento em Governança, Integridade e Mercado de Capitais para Administradores de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista” (IBGC) e “Prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo”, “Prevenção e combate à corrupção” e “Gestão de risco para administradores, diretores e conselheiros do Banco” (BRB).

Declarações: O Sr. Alexandre Navarro Garcia declarou que nos últimos 5 anos não foi parte de nenhum dos eventos a seguir: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Alexandre Navarro Garcia declarou à Companhia que é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável, ocupando o cargo de Superintendente da FINEP desde setembro de 2024.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data início do primeiro mandato
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Carla Alessandra Trematore	30/10/1975	Conselho Fiscal	29/04/2026	1 ano	Sim
248.855.668-86	Contadora	Presidente C.F. eleito p/Minor.Ordinaristas	29/04/2026	Não	26/04/2022

Não.

Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:

(i) Embraer S.A.: Membro efetivo do Conselho Fiscal desde abril de 2023, Vice-Presidente desde abril de 2024 e membro suplente de abril de 2022 a abril de 2023. Atividade Principal da empresa: Aeronáutico;

(ii) RUMO S.A.: Membro Independente do Comitê de Auditoria, desde novembro de 2025, membro efetivo do Conselho Fiscal desde abril de 2023 a novembro de 2025, e membro suplente do Conselho Fiscal de julho de 2020 a abril de 2023. Atividade Principal da empresa: Operadora logística;

(iii) Hypera S.A.: Membro efetivo do Comitê de Auditoria desde junho de 2025. Atividade Principal da empresa: Operadora logística;

(iv) Natura &Co Holding S.A.: Membro efetivo do Conselho Fiscal de abril de 2024 a abril de 2025. Atividade Principal da empresa: Desenvolvimento, fabricação e comercialização de cosméticos, perfumaria e produtos de higiene pessoal;

(v) Americanas S.A.: Membro independente do Comitê de Auditoria desde setembro de 2024. Atividade Principal da empresa: Varejo de diversas categorias, como eletrônicos, eletrodomésticos, moda, alimentos e utilidades domésticas;

(vi) Allied Brasil.: Membro independente do Conselho de Administração desde setembro de 2023 e Membro Independente do Comitê de Auditoria desde junho de 2021. Atividade Principal da empresa: Varejo de eletrônicos de consumo;

(vii) Cosan S.A.: Membro independente do Comitê de Auditoria desde agosto de 2023, membro efetivo do Conselho Fiscal de abril de 2022 a abril de 2023 e membro suplente de abril de 2018 a março de 2022; Atividade Principal da empresa: Energia;

(viii) Agrogalaxy Participações S.A.: Membro Independente do Comitê de Auditoria, desde dezembro de 2022. Atividade Principal da empresa: Varejo de insumos agrícolas e serviços do agro;

(ix) CI&T.: Membro Independente do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria, desde setembro de 2022. Atividade Principal da empresa: Soluções digitais;

(x) BR Advisory Partners Participações.: Membro independente do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria desde abril e fevereiro de 2022, respectivamente; Atividade Principal da empresa: Banco de investimentos;

(xi) Localiza.: Membro do Conselho Fiscal, desde maio de 2021. Atividade Principal da empresa: Aluguel de carros;

(xii) ISA CTEEP.: Membro do Conselho Fiscal, desde abril 2019. Atividade Principal da empresa: Transmissora de energia elétrica;

(xiii) Ânima Educação.: Membro do Conselho Fiscal, desde outubro de 2018. Atividade Principal da empresa: Educação superior;

(xiv) Comgás.: Membro do Conselho Fiscal, desde abril de 2018. Atividade Principal da empresa: Concessionária de gás natural canalizado;

(xv) Grupo Oncoclínicas.: Membro Independente do Comitê de Auditoria, de junho de 2021 a maio de 2024. Atividade Principal da empresa: Gestão e administração de serviços oncológicos;

(xvi) BRB – Banco de Brasília.: Membro do Conselho de Administração de dezembro 2020 a março 2021. Atividade Principal da empresa: Instituição financeira;

Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor:

(i) Associação de Apoiadores do Instituto Gerando Falcões: Membro do Conselho Fiscal desde outubro de 2025. Atividade Principal: Entidade sem fins lucrativos que atua como gestora e governança de fundos de doação majoritários criados para financiar os projetos e programas do Instituto Gerando Falcões.

Formação Acadêmica:

(i) Bacharelado em Ciência da Computação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP concluído em 1996.

(ii) Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, concluído em 2018.

Declarações: A Sra. Carla Alessandra Trematore declarou que nos últimos 5 anos não foi parte de nenhum dos eventos a seguir: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Carla Alessandra Trematore declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data início do primeiro mandato
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Raphael Manhães Martins	08/02/1983	Conselho Fiscal	29/04/2026	1 ano	Sim
096.952.607-56	Advogado	C.F.(Efetivo) Eleito. Vice-presidente do Conselho Fiscal	29/04/2026	Não	25/04/2024

Não.

Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:

(i) Embraer S.A.: Membro do Conselho Fiscal desde abril de 2024. Atividade Principal da empresa: Aeronáutico;

(ii) Vale S.A.: Membro do Conselho Fiscal desde 2015, exercendo a presidência desde 2024. Atividade Principal da empresa: Mineração;

(iii) Americanas S.A.: Membro do Conselho Fiscal desde 2023. Atividade principal: Varejo;

(iv) Light S.A.: Membro do Conselho de Administração, de 2023 a 2025. Atividade principal: Energia elétrica;

(v) Oi S.A.: Membro do Conselho de Administração, de 2021 a 2024. Atividade principal: Telecomunicações;

(vi) Cielo S.A.: Membro do Conselho Fiscal de 2022 a 2023. Atividade principal: Meios de pagamento; serviços financeiros;

(vii) Bradespar S.A.: Membro do Conselho Fiscal de 2022 a 2023. Atividade principal: Holding;

(viii) Companhia Paranaense de Energia - Copel S.A.: Membro do Conselho Fiscal de 2021 a 2023. Atividade principal: Energia elétrica;

Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor:

O Sr. Raphael Manhães Martins não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organização de terceiro setor.

Formação Acadêmica:

(i) Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ);

(ii) Mestrando em Economia e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV);

Declarações: O Sr. Raphael Manhães Martins declarou que nos últimos 5 anos não foi parte de nenhum dos eventos a seguir: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Raphael Manhães Martins declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data início do primeiro mandato
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Magali Rogéria de Moura Leite	24/07/1971	Conselho Fiscal	29/04/2026	1 ano	
019.732.628-70	Contadora	48 - C.F. (Suplente) Eleito	29/04/2026	Não	28/03/2023

Não.

Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:

(i) Embraer S.A.: Membro suplente desde abril de 2024 e membro independente e Vice-Presidente do Conselho Fiscal, de abril de 2023 a abril de 2024. Atividade Principal da empresa: Aeronáutico;

(ii) Terra Santa S.A.: Membro do Conselho de Administração, desde abril de 2023. Atividade Principal da empresa: Agronegócio;

(iii) Via Varejo S.A.: Membro do Conselho Fiscal, desde abril 2021. Atividade Principal da empresa: Varejo e banco digital;

(iv) Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. (Espaço Laser) CEO desde março de 2024 e CFO de março de 2023 a março de 2024. Atividade Principal da empresa: Depilação a laser;

(v) Comerc Energia: Membro do Comitê de Auditoria, desde agosto de 2021. Atividade Principal da empresa: Energia renovável;

(vi) Tecnisa.: Membro do Conselho Fiscal de setembro de 2020 a setembro de 2022. Atividade Principal da empresa: Construção civil;

(vii) Eletrobrás - Furnas.: Conselheira de Administração de novembro de 2018 a outubro de 2021. Atividade Principal da empresa: Energia;

Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor:

(i) IBEF SP: Presidente biênio 2023-2025.

Formação Acadêmica:

(i) FIPECAFI: Graduação em Ciências Contábeis;

(ii) UFRJ: Pós-Graduação em Análise Econômica;

(iii) IBMEC: MBA em Gestão Empresarial;

(iv) Universidade de Chicago: Certificação em M&A Executive Program;

(v) Stanford: Certificação em Executive Program Strategy & Organization;

Declarações: A Sra. Magali Rogéria de Moura Leite declarou que nos últimos 5 anos não foi parte de nenhum dos eventos a seguir: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Magali Rogéria de Moura Leite declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data início do primeiro mandato
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Leonardo José da Silva Neves Gonzaga	25/02/1977	Conselho Fiscal	29/04/2026	1 ano	
071.082.207-33	Contador	48 - C.F. (Suplente) Eleito	29/04/2026	Não	14/11/2024

Não.

Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:

(i) Embraer S.A.: Membro suplente do Conselho Fiscal desde novembro de 2024. Atividade Principal da empresa: Aeronáutico;

(ii) Tupy S.A.: Membro efetivo do Comitê de Finanças e Investimento de novembro de 2024 a março de 2025. Atividade Principal da empresa: Metalurgia;

(iii) Brasileira Participações S.A.: membro suplente do Conselho Fiscal em 2024. Atividade Principal da empresa: Energia Elétrica;

(iv) Energisa S.A.: Membro suplente do Conselheiro Fiscal de abril 2023 a abril de 2024. Atividade Principal da empresa Setor elétrico;

Formação Acadêmica:

- (i) Contador formado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ;
- (ii) MBA em Finanças Corporativas pelo IBMEC;
- (iii) Certificação CFG pela ANBIMA; e
- (iv) Certificação de Conselheiro Fiscal pelo IBGC.

Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor: O Sr. Leonardo José da Silva Neves Gonzaga não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organização de terceiro setor.

Declarações: O Sr. Leonardo José da Silva Neves Gonzaga declarou que nos últimos 5 anos não foi parte de nenhum dos eventos a seguir: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Leonardo José da Silva Neves Gonzaga declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data início do primeiro mandato
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Patrícia Leisnock	09/07/1973	Conselho Fiscal	29/04/2026	1 ano	
133.012.558-41	Diretora Financeira	45 - C.F. (Suplente) Eleito	29/04/2026	Não	14/11/2024

Não.

Principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos:

- (i) Embraer S.A.: Membro suplente do Conselho Fiscal desde novembro de 2024. Atividade Principal da empresa: Aeronáutico;
- (ii) Monte Rodovias S.A: Membro do Conselho de Administração de julho de 2021 a junho de 2023. Atividade Principal da Empresa: Concessões rodoviárias.

Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organização de terceiro setor:

- (i) Instituto Serendipidade: Membro do Conselho de Administração de março de 2020 a julho de 2023.

Formação Acadêmica:

- (i) Ciências Contábeis pela FEAO (1998);
- (ii) MBA em Gestão de Saúde pelo INSPER (2005);
- (iii) Formação em Governança, Riscos e Compliance pela KPMG Risk University em 2020;
- (iv) Formação de Mediadores Organizacionais pela Concadora e Instituto EcoSocial em 2024.

Declarações: A Sra. Patrícia Leisnock declarou que nos últimos 5 anos não foi parte de nenhum dos eventos a seguir: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Patrícia Leisnock declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

7.4 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração:

Não aplicável, considerando que os candidatos acima não ocupam tais cargos.

7.5 - Existências de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre (a) administradores do emissor, (b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor, (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor, e (d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas ou indiretas do emissor:

Não existe relação para os candidatos acima.

7.6 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social, (b) controlador direto ou indireto do emissor; (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não existe relação para os candidatos acima.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (CONFORME ART. 13, INCISO II, DA RESOLUÇÃO CVM 81/22)

ANEXO IV



8. Remuneração dos Administradores

8.1- Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui atualmente em vigor a Política de Remuneração da Administração, que abrange todos os membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento, e Diretoria Estatutária. A última revisão da referida política foi aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2018.

A Política supracitada encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.embraer.com.br/governanca/politicas/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.gov.br/cvm) e tem como objetivo atrair, reter e incentivar profissionais altamente qualificados, alinhados aos princípios e valores da Companhia e aos interesses de longo prazo de seus acionistas.

Para tanto, a Companhia pauta suas práticas de remuneração no acompanhamento do ambiente externo, realizando comparações anuais com mercados de referência, compostos por empresas concorrentes nos segmentos em que atua, multinacionais brasileiras, companhias de capital aberto ou organizações que adotem estratégias de remuneração compatíveis com aquelas praticadas pela Companhia.

(b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.

Uma vez determinada pela Assembleia Geral a remuneração global anual, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração dos membros do próprio Conselho de Administração, da Diretoria (incluindo a Diretoria Estatutária e a Diretoria Não Estatutária) e, quando instalado, do Conselho Fiscal, bem como aprovar a remuneração dos comitês de assessoramento.

O Comitê de Pessoas e ESG, nos termos de seu regimento interno revisado pelo Conselho de Administração em 12 de agosto de 2021, tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração na definição e aprovação da política salarial e de recursos humanos da Companhia, especialmente no que se refere aos critérios de remuneração e benefícios, bem como à remuneração individual dos administradores.

Adicionalmente, cabe ao Comitê de Pessoas e ESG a administração dos programas de incentivo de longo prazo, observadas as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.

Os valores da remuneração pagos pela Companhia aos membros da Diretoria (incluindo a Diretoria Estatutária e a Diretoria Não Estatutária), do Conselho de Administração e dos comitês de assessoramento são definidos com base em critérios que consideram a complexidade, o nível de responsabilidade, a sofisticação e os desafios inerentes aos negócios da Companhia.

Para a fixação da remuneração individual, a Companhia realiza comparações periódicas com as práticas de mercado, por meio de estudos e pesquisas conduzidos por consultorias externas especializadas, que abrangem, entre outros, empresas concorrentes nos segmentos em que

a Companhia atua, multinacionais brasileiras, companhias de capital aberto ou organizações que adotem estratégias de remuneração compatíveis com aquelas praticadas pela Companhia, observadas as diretrizes estabelecidas em sua estratégia de remuneração.

iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

O Conselho de Administração, com base em recomendação do Comitê de Pessoas e ESG, avalia anualmente a adequação da Política de Remuneração da Companhia e de suas métricas, considerando pesquisas e dados de mercado atualizados, bem como a realidade econômico-financeira da Companhia, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na referida política.

Na referida avaliação, busca-se privilegiar a retenção dos executivos e o alinhamento de seus interesses aos dos acionistas. Nesse contexto, quanto maior o impacto da posição ocupada nos resultados da Companhia, maior tende a ser o peso atribuído às parcelas variáveis da remuneração, compreendidas pelos Incentivos de Curto Prazo (ICP) e pelos Incentivos de Longo Prazo (ILP), que refletem, respectivamente, a lucratividade e a valorização da Companhia.

O Incentivo de Longo Prazo (ILP) constitui apenas um valor de referência para o exercício vigente, sendo que a aquisição do direito ao seu efetivo recebimento ocorre em data futura, de acordo com as condições e critérios previstos em política específica.

(c) Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

São considerados como elementos da remuneração:

- **Remuneração fixa:** Compreende salário ou honorários, benefícios diretos e indiretos e remuneração pela participação em comitês, entre outros. Tem como objetivo recompensar o desempenho no curto prazo, considerando as responsabilidades e atribuições do cargo.

- **Remuneração variável:** inclui bônus, participação nos resultados, entre outros instrumentos, e tem como objetivo incentivar e recompensar o desempenho no curto e médio prazo, em linha com os resultados operacionais e financeiros da Companhia.
- **Remuneração baseada em ações:** consiste em programa de incentivo de longo prazo, que abrange phantom shares, com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos dos acionistas e estimular a criação de valor no médio e longo prazo.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração recebem honorário fixo mensal e podem, de forma opcional, aderir a seguro de vida em grupo e seguro saúde, desde que assumam integralmente os custos correspondentes. Não há previsão de remuneração variável para os membros desse órgão.

A adoção de remuneração exclusivamente fixa para o Conselho de Administração tem como objetivo manter alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa e de mercado, preservando a independência dos conselheiros no exercício de suas atribuições.

Comitês de Assessoramento

Os membros dos comitês de assessoramento (Auditoria, Riscos e Ética, Pessoas e ESG e Estratégia e Inovação) recebem honorário fixo mensal específico pela participação em cada comitê, limitado à participação em até dois comitês. Não há previsão de remuneração variável para os membros dos Comitês de Assessoramento.

A adoção de remuneração exclusivamente fixa em razão da participação em comitês tem como objetivo manter alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa e de mercado.

Os membros do Conselho de Administração indicados para compor os Comitês de Assessoramento podem acumular as remunerações correspondentes aos cargos exercidos, observadas as regras aplicáveis.

Diretoria

Os membros da Diretoria Estatutária e da Diretoria Não Estatutária recebem:

- **Remuneração Fixa Mensal:** definida anualmente com base em referências de mercado, sendo que o Conselho de Administração poderá atualizar tais valores sempre que entender necessário ao longo de cada exercício, conforme as diretrizes detalhadas anteriormente.
- **Benefícios Diretos e Indiretos:** compreendem seguro de vida em grupo, seguro saúde e previdência privada, oferecidos nos mesmos moldes daqueles concedidos aos empregados da Companhia.
- **Incentivos de Curto Prazo (“ICP”):** os membros da Diretoria fazem jus à remuneração variável e são elegíveis à participação nos planos de incentivo de curto prazo, como forma de recompensa pelo atingimento de metas que sustentem a estratégia de curto prazo da Companhia.
- **Incentivos de Longo Prazo (“ILP”):** os membros da Diretoria são elegíveis à participação nos planos de incentivo de longo prazo, que, por meio do mecanismo de phantom shares, têm como objetivo recompensar os executivos pelo atingimento de metas associadas aos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia.

Os valores planejados de ILP são definidos com base em referências de mercado, observadas as condições estabelecidas nos respectivos instrumentos de incentivo, os quais estão descritos detalhadamente no item 8.4.

As parcelas de remuneração variável, tanto de curto prazo (ICP) quanto de longo prazo (ILP), atuam no alinhamento dos interesses dos executivos com os objetivos dos acionistas e com a sustentabilidade da Companhia.

Tanto a remuneração fixa quanto a remuneração variável dos membros da Diretoria são estabelecidas de acordo com padrões de mercado, com base em pesquisas conduzidas por consultorias externas especializadas.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal recebem remuneração fixa mensal, cujo montante anual é aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, observados os limites previstos no artigo 162, §3º, da Lei nº 6.404/76.

Atualmente, não são oferecidos benefícios diretos ou indiretos aos membros do Conselho Fiscal.

ii. Objetivos dos elementos da remuneração e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

As práticas de remuneração da Companhia têm como objetivo refletir sua estratégia e postura corporativa, por meio da adoção de modalidades de remuneração compatíveis com as práticas de mercado, visando atrair, reter e reconhecer profissionais qualificados. Essas práticas buscam alinhar os objetivos individuais aos objetivos empresariais, considerando as necessidades técnicas, as condições econômico-financeiras da Companhia e um modelo de parceria e compartilhamento da riqueza gerada, estimulando o engajamento dos profissionais na busca pelo alcance e superação dos resultados previamente pactuados.

A Companhia busca manter a remuneração de seus administradores competitiva em relação ao mercado, de forma a reter e atrair profissionais capazes de contribuir para o atingimento de seus objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazo.

Uma parcela relevante da remuneração variável de curto prazo está diretamente vinculada ao atingimento de metas objetivas e mensuráveis, bem como à performance da Companhia, conforme metas definidas pelo Conselho de Administração. Dessa forma, a remuneração variável de curto prazo está associada tanto à permanência dos profissionais quanto à geração de resultados positivos, evidenciando o alinhamento de interesses entre administradores e acionistas.

Para informações adicionais sobre a remuneração variável de longo prazo, vide o item 8.4.

A Política de Remuneração da Administração encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.embraer.com.br/governanca/politicas/>).

iii. Proporção de cada elemento na remuneração total

De acordo com a estrutura da Política de Remuneração da Companhia, a proporção de cada elemento que compõe a remuneração total pode variar em função dos resultados da Companhia, refletindo seu desempenho econômico-financeiro e o atingimento das metas estabelecidas.

A tabela abaixo mostra a proporção de cada elemento na remuneração total do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025:

Órgão	Honorários	Participação em Comitês	Benefícios Diretos Indiretos	Remuneração Variável	Benefícios Motivados pela cessação do cargo	Remuneração Baseada em ações	Total Geral
Conselho Administração	80,20%	19,80%	-	-	-	-	100,00%
Diretoria Estatutária	11,05%	-	1,31%	12,52%	-	75,12%	100,00%
Diretoria Não Estatutária	14,18%	-	1,34%	15,96%	-	68,51%	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	-	-	-	-	-	100,00%

A tabela abaixo mostra a proporção de cada elemento na remuneração total do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024:

Órgão	Honorários	Participação em Comitês	Benefícios Diretos Indiretos	Remuneração Variável	Benefícios Motivados pela cessação do cargo	Remuneração Baseada em ações	Total Geral
Conselho Administração	74,36%	25,64%	-	-	-	-	100,00%
Diretoria Estatutária	10,86%	-	1,25%	21,32%	-	66,57%	100,00%
Diretoria Não Estatutária	15,23%	-	1,54%	20,58%	-	62,64%	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	-	-	-	-	-	100,00%

A tabela abaixo mostra a proporção de cada elemento na remuneração total do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023:

Órgão	Honorários	Participação em Comitês	Benefícios Diretos Indiretos	Remuneração Variável	Benefícios Motivados pela cessação do cargo	Remuneração Baseada em ações	Total Geral
Conselho Administração	77,41%	22,59%	-	-	-	-	100,00%
Diretoria Estatutária	23,90%	-	2,77%	38,57%	-	34,76%	100,00%
Diretoria Não Estatutária	16,72%	-	1,48%	43,02%	-	38,77%	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	-	-	-	-	-	100,00%

iv. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores da remuneração pagos pela Companhia aos membros da Diretoria (incluindo a Diretoria Estatutária e a Diretoria Não Estatutária), do Conselho de Administração e dos comitês de assessoramento são definidos e periodicamente avaliados com base em comparações com as práticas de mercado, considerando a complexidade, a sofisticação e os desafios inerentes aos negócios da Companhia.

Para esse fim, são utilizados estudos e pesquisas conduzidos por consultorias externas especializadas, que abrangem, entre outros, empresas concorrentes nos segmentos em que a Companhia atua, multinacionais brasileiras, companhias de capital aberto ou organizações que adotem estratégias de remuneração compatíveis com aquelas praticadas pela Companhia, em conformidade com as diretrizes estabelecidas em sua estratégia de remuneração.

Os valores de remuneração total são planejados anualmente, com base nas referências de mercado e levando em consideração a realidade econômico-financeira da Companhia, buscando privilegiar a retenção dos executivos e o alinhamento de seus interesses aos dos acionistas. Nesse contexto, quanto maior o impacto da posição ocupada nos resultados da Companhia, maior tende a ser o peso atribuído às parcelas variáveis da remuneração, compreendidas pelos Incentivos de Curto Prazo (ICP) e pelos Incentivos de Longo Prazo (ILP), que refletem, respectivamente, a lucratividade e a valorização da Companhia.

O ILP constitui um valor de referência para o exercício vigente, sendo que a aquisição do direito ao seu efetivo recebimento ocorre em data futura, de acordo com as condições e critérios previstos em política específica.

v. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os principais indicadores de desempenho considerados para a determinação da remuneração variável de curto prazo são:

- a avaliação anual do Plano de Ação, instrumento celebrado individualmente com

cada Diretor Estatutário e Não Estatutário, que estabelece os resultados esperados para o exercício e as ações planejadas para seu atingimento; e

- o desempenho global da Companhia.

Dessa forma, tanto o Incentivo de Curto Prazo (ICP) quanto o Incentivo de Longo Prazo (ILP) variam em função dos resultados econômicos e do desempenho operacional da Companhia, observadas as características próprias de cada plano.

No caso do ICP, o montante a ser efetivamente distribuído aos executivos em cada exercício está diretamente vinculado ao atingimento das metas previstas nos respectivos Planos de Ação individuais, sendo sua apuração proporcional ao grau de alcance dos resultados ali definidos.

O conteúdo dos Planos de Ação é revisado anualmente no âmbito do ciclo de Planejamento Empresarial e aprovado pelo Conselho de Administração, incluindo a definição dos indicadores de desempenho aplicáveis a cada exercício.

O ILP está relacionado à valorização das ações da Companhia e ao cumprimento de metas de performance estabelecidas especificamente nos respectivos planos de incentivo. Para mais informações sobre a estrutura e os critérios do ILP, vide o item 8.4.

Para os exercícios de 2024 e 2025, dentre as metas previstas nos Planos de Ação da Diretoria que compõem a remuneração variável, foram incluídas metas relacionadas a meio ambiente e diversidade, no contexto ASG, o que também ocorrerá para o exercício de 2026.

A título exemplificativo, algumas das metas relacionadas a ASG que, em conjunto com outras, compõem as prioridades individuais dos Diretores Estatutários e Não Estatutários, incluem:

- redução do consumo relativo de gás natural em unidades produtivas;
- aumento da participação de mulheres em posições de liderança e em programas de especialização em Engenharia; e
- fortalecimento da diversidade em programas de nível básico.

As metas são revisadas anualmente, podendo novas metas ser incorporadas às prioridades individuais dos executivos em função dos

desafios estratégicos identificados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria para os exercícios subsequentes. Dentre os programas de remuneração variável aos quais a Diretoria Estatutária e Não Estatutária é elegível, apenas o Incentivo de Curto Prazo (ICP) é impactado pelas metas supracitadas.

Assim, cada executivo é avaliado anualmente com base no grau de atingimento de seu Plano de Ação, sendo a remuneração variável de curto prazo diretamente influenciada por esse resultado, reforçando o alinhamento entre desempenho individual, resultados corporativos e interesses da Companhia.

vi. Razões que justificam a composição da remuneração Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento

A composição da remuneração do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento tem como principal objetivo atrair e reter membros com reputação, experiência e perfil adequados, assegurando uma remuneração compatível com as práticas de mercado e proporcionando condições adequadas para o pleno desempenho de suas atribuições.

Os valores referenciais de remuneração são definidos com base em pesquisas especializadas conduzidas por consultorias externas, que consideram empresas de porte e complexidade similares à Embraer.

Para fins de comparabilidade, são consideradas empresas semelhantes em termos de região de atuação, número de empregados, faturamento, ramo de atividade, processos de desenvolvimento de produtos ou de produção, bem como escala e atuação global, entre outros fatores relevantes.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Os valores de remuneração total da Diretoria Estatutária e da Diretoria Não Estatutária são planejados anualmente com base em pesquisas de mercado, que consideram empresas de porte, complexidade e desafios equivalentes aos da Embraer. Essas pesquisas têm por objetivo subsidiar a definição não apenas dos níveis

de remuneração praticados, mas também da proporcionalidade entre seus componentes, compreendendo a remuneração fixa e variável, bem como os incentivos de curto e longo prazo.

A Companhia prioriza a retenção de seus executivos e busca manter e atrair diretores e profissionais-chave altamente qualificados, promovendo o alinhamento de seus interesses aos dos acionistas. Adicionalmente, a política de remuneração visa assegurar que os executivos que efetivamente contribuam para o desempenho da Companhia e para a valorização de seus valores mobiliários participem dos resultados decorrentes de sua atuação.

Conselho Fiscal

A remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal, conforme disposto no artigo 162, §3º, da Lei nº 6.404/76, é estabelecida em valor equivalente, no mínimo, a 10% da remuneração média mensal de cada Diretor da Companhia, não sendo computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

vii. Existência de membros não remunerados e as razões para esse fato

Não há membros do Conselho de Administração, dos comitês de assessoramento, da Diretoria ou do Conselho Fiscal que exerçam seus cargos sem a devida remuneração na Companhia.

(d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não se aplica, uma vez que as subsidiárias e controladas da Companhia não remuneram os administradores nem os membros do Conselho Fiscal da Embraer. Adicionalmente, a Companhia não possui controlador direto ou indireto.

(e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2- Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	4,00	5,00	20,00
Nº de membros remunerados	11,00	4,00	5,00	20,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	12.584.874,03	10.110.793,65	1.306.368,89	24.002.025,57
Benefícios direto e indireto	0,00	935.481,46	0,00	935.481,46
Participações em comitês	3.000.909,87	0,00	0,00	3.000.909,87
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	21.417.901,02	0,00	21.417.901,02
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	64.598.506,97	0,00	64.598.506,97
Observação	O número de membros corresponde à média anual apurada mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP. A participação em comitês refere-se à remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração que participam dos comitês. Não estão incluídos os valores de remuneração pela participação de membros externos em Comitês de Assessoramento. O número de membros corresponde à média anual apurada mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP. Remuneração baseada em ações refere-se ao custo das outorgas para a Companhia relativo aos Incentivos de Longo prazo. Os valores de remuneração baseada em ações são calculados de acordo com a Resolução CVM 97/22. Tais valores incluem provisões para pagamentos futuros e, portanto, não refletem os valores efetivamente pagos aos executivos em cada exercício. O número de membros corresponde à média anual apurada mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.			
Total da remuneração	15.585.772,90	97.062.683,10	1.306.368,89	113.954.824,89

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,0	4,0	5,0	20,0
Nº de membros remunerados	11,0	4,0	5,0	20,0
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	11.464.448,96	8.892.919,07	1.170.343,63	21.527.711,65
Benefícios direto e indireto	-	1.057.372,91	-	1.057.372,91
Participações em comitês	2.830.751,84	-	-	2.830.751,84
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		10.069.400,00		10.069.400,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		60.438.432,58		60.438.432,58
Observação	O número de membros corresponde à média anual apurada mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP. A participação em comitês refere-se à remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração que participam dos comitês. Não estão incluídos os valores de remuneração pela participação de membros externos em Comitês de Assessoramento. O número de membros corresponde à média anual apurada mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP. Remuneração baseada em ações refere-se ao custo das outorgas para a Companhia relativo aos Incentivos de Longo prazo. Os valores de remuneração baseada em ações são calculados de acordo com a Resolução CVM 97/22. Tais valores incluem provisões para pagamentos futuros e, portanto, não refletem os valores efetivamente pagos aos executivos em cada exercício. O número de membros corresponde à média anual apurada mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.			
Total da remuneração	14.295.200,80	80.458.124,56	1.170.343,63	95.923.668,98

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,0	4,00	5,00	20,0
Nº de membros remunerados	11,0	4,00	5,00	20,0
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	11.009.345,97	7.835.461,44	1.129.736,49	19.974.543,90
Benefícios direto e indireto	0,00	899.940,29	0,00	899.940,29
Participações em comitês	3.795.318,36	0,00	0,00	3.795.318,36
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	15.377.746,40	0,00	15.377.746,40
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em a��es (incluindo opções)	0,00	48.017.417,27	0,00	48.017.417,27
Observa��o	O número de membros corresponde � média anual apurada mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP. A participa��o em comitês refere-se � remunera��o fixa dos membros do Conselho de Administra��o que participam dos comitês. Não estão incluídos os valores de remunera��o pela participa��o de membros externos em Comitês de Assessoramento. O número de membros corresponde � média anual apurada mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP. Remunera��o baseada em ações refere-se ao custo das outorgas para a Companhia relativo aos Incentivos de Longo prazo. Os valores de remunera��o baseada em ações são calculados de acordo com a Resolu��o CVM 97/22 Tais valores incluem provisões para pagamentos futuros e, portanto, não refletem os valores efetivamente pagos aos executivos em cada exercício. O número de membros corresponde � média anual apurada mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.			
Total da remunera��o	14.804.664,33	72.130.565,39	1.129.736,49	88.064.966,22

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,67	4,08	4,67	20,42
Nº de membros remunerados	11,67	4,08	4,67	20,42
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	10.992.648,62	7.360.133,34	969.088,93	19.321.870,89
Benefícios direto e indireto	0,00	853.065,72	0,00	853.065,72
Participações em comitês	3.207.767,22	0,00	0,00	3.207.767,22
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	11.876.632,00	0,00	11.876.632,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	10.704.885,85	0,00	10.704.885,85
Observação	O número de membros corresponde à média anual apurada mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP. A participação em comitês refere-se à remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração que participam dos comitês. Não estão incluídos os valores de remuneração pela participação de membros externos em comitês de assessoramento. O número de membros corresponde à média anual apurada mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP. Remuneração baseada em ações refere-se ao custo das outorgas para a Companhia relativo aos Incentivos de Longo prazo. Os valores de remuneração baseada em ações são calculados de acordo com a Resolução CVM 97/22. Tais valores incluem provisões para pagamentos futuros e, portanto, não refletem os valores efetivamente pagos aos executivos em cada exercício. O número de membros corresponde à média anual apurada mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.			
Total da remuneração	14.200.415,84	30.794.716,91	969.088,93	45.964.221,68

8.3- Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	4,00	5,00	20,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Esclarecimento	O Conselho de Administração da Companhia não possui remuneração variável.		O Conselho Fiscal da Companhia não possui remuneração variável.	

EM RELAÇÃO AO BÔNUS

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	21.417.901,02	0,00	21.417.901,02
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	14.717.236,95	0,00	14.717.236,95

EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	4,00	5,00	20,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Esclarecimento	O Conselho de Administração da Companhia não possui remuneração variável.		O Conselho Fiscal da Companhia não possui remuneração variável.	

EM RELAÇÃO AO BÔNUS

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	15.547.950,00	0,00	15.547.950,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	9.423.000,00	0,00	9.423.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	10.069.400,00	0,00	10.069.400,00

EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	4,00	5,00	20,00
Nº de membros remunerados	0	4,00	0	4,00

Esclarecimento	O Conselho de Administração da Companhia não possui remuneração variável.	O valor realizado para o bônus da Diretoria Estatutária foi superior ao valor máximo anteriormente previsto em razão de uma variação relevante na cotação das ações da Companhia ao longo do exercício de 2024.	O Conselho Fiscal da Companhia não possui remuneração variável.
----------------	---	---	---

EM RELAÇÃO AO BÔNUS

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	16.086.678,30	0,00	16.086.678,30
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	9.749.502,00	0,00	9.749.502,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	15.377.746,40	0,00	15.377.746,40

EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,67	4,08	4,67	20,42
Nº de membros remunerados	0	4,08	0	4,08
Esclarecimento	O Conselho de Administração da Companhia não possui remuneração variável.		O Conselho Fiscal da Companhia não possui remuneração variável.	

EM RELAÇÃO AO BÔNUS

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	13.636.500,00	0,00	13.636.500,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	9.091.000,00	0,00	9.091.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	11.876.632,00	0,00	11.876.632,00

EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4- Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia possui atualmente em vigor um plano de remuneração baseado em ações, denominado “Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Embraer”, aprovado pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2014, conforme posteriormente alterado, sendo a última modificação aprovada em 18 de março de 2021 (o “ILP”).

Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Embraer (ILP)

a. Termos e condições gerais

São elegíveis para participar do ILP os diretores e empregados da Companhia, bem como os diretores (ou cargos equivalentes) e empregados de suas controladas. Compete ao Conselho de Administração a administração do ILP, com o Assessoramento do Comitê de Pessoas e ESG em suas diversas etapas, incluindo a definição dos Participantes em cada exercício.

As Ações Virtuais atribuídas a cada Participante são divididas em duas classes, sendo 50% na forma de “Ações Virtuais Restritas” e 50% na forma de “Ações Virtuais de Performance”.

Os demais termos e condições do Programa encontram-se descritos nos itens a seguir.

b. Número máximo de ações abrangidas

Não aplicável, uma vez que o ILP não prevê a efetiva entrega de ações da Companhia aos participantes, sendo estruturado com base em ações virtuais (*phantom shares*).

c. Número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, uma vez que não há outorga de opções de compra de ações no âmbito do ILP.

d. Condições de aquisição de ações

Caberá ao Conselho de Administração definir, anualmente, os Participantes do ILP. As condições para a efetiva aquisição dos direitos

vinculados às Ações Virtuais estão atreladas a critérios temporais (*vesting*) e a critérios de performance dos Participantes, conforme devidamente descrito no item “f” abaixo.

e. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Conforme descrito acima, os valores de ILP fixados para os Participantes são convertidos em “Ações Virtuais” com base na cotação média das ações de emissão da Companhia negociadas na B3 (EMBJ3), calculada de forma ponderada pelo preço de fechamento e pelo volume de negociação, considerando os 30 últimos pregões imediatamente anteriores ao 10º dia que antecede a Data de Concessão.

Uma vez observadas as condições para o recebimento dos valores do ILP, conforme descritas no item “f” abaixo, a Companhia procederá ao pagamento dos valores devidos, mediante a conversão das Ações Virtuais em moeda nacional (R\$), com base na cotação média das ações de emissão da Companhia negociadas na B3 (EMBJ3), calculada de forma ponderada pelo preço de fechamento e pelo volume de negociação, considerando os 10 últimos pregões anteriores ao 15º dia dos respectivos meses de aniversário.

f. Critérios para fixação do prazo de exercício

Ações Virtuais Restritas: o Participante terá o direito de receber, em dinheiro, o valor correspondente à totalidade das Ações Virtuais Restritas, em regra, após o terceiro aniversário da Data de Concessão, observadas as condições previstas no regulamento do ILP.

Ações Virtuais de Performance: o Participante terá o direito de receber, em dinheiro, o valor correspondente a um percentual das Ações Virtuais de Performance, em regra, após o terceiro aniversário da Data de Concessão, condicionado ao atingimento das metas corporativas de desempenho estabelecidas pela Companhia. Tais metas são revisadas anualmente pela Diretoria e aprovadas pelo Conselho de Administração.

O percentual de atingimento das metas poderá variar entre 75% e 125%, sendo o número de Ações Virtuais efetivamente elegíveis ao pagamento ajustado proporcionalmente. Caso o nível de

atingimento das metas seja inferior a 75% no respectivo período de apuração, não haverá pagamento ao Participante relativamente às Ações Virtuais de Performance concedidas.

O prazo de exercício das Ações Virtuais da Companhia, sejam elas Restritas ou de Performance, ocorre, via de regra, após o terceiro aniversário da Data de Concessão, ressalvadas eventuais outorgas que prevejam condições específicas de vesting.

O prazo máximo para pagamento do benefício está alinhado aos objetivos de longo prazo do ILP, conforme mencionado nos itens “b” e “c” acima.

g. Forma de liquidação

O ILP será liquidado exclusivamente em dinheiro, não havendo entrega de ações da Companhia.

h. Restrições à transferência das ações

Não aplicável, uma vez que o ILP não envolve a entrega efetiva de ações da Companhia, sendo estruturado como pagamento em dinheiro, cujo valor está atrelado à valorização das ações da Companhia, utilizadas como referência para a atribuição de determinado número de Ações Virtuais aos Participantes do ILP.

i. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Nas hipóteses de dissolução e liquidação da Companhia, o ILP, bem como todos os direitos a ele vinculados que ainda não tenham sido adquiridos ou auferidos, serão automaticamente extintos, sem que seja devido qualquer pagamento ou indenização aos Participantes.

j. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de desligamento do Participante em decorrência de morte ou invalidez permanente, antes da aquisição do direito ao recebimento do ILP, ressalvada eventual deliberação diversa do Conselho de Administração:

- i. todas as Ações Virtuais Restritas a ele atribuídas serão convertidas em valor monetário com base na cotação média

das ações de emissão da Companhia negociadas na B3 (EMBJ3), calculada de forma ponderada pelo preço de fechamento e pelo volume de negociação, considerando os 10 últimos pregões anteriores à data do respectivo desligamento, sendo o pagamento realizado conjuntamente com as demais verbas rescisórias aplicáveis; e

- ii. em relação às Ações Virtuais de Performance, o Participante fará jus ao recebimento de uma quantidade proporcional (pro rata), calculada com base no período efetivamente trabalhado entre a Data de Concessão e a data do desligamento, mantidas as demais condições previstas no ILP.

No caso de falecimento, o pagamento será efetuado aos sucessores legais do Participante, nos termos da legislação aplicável.

Na hipótese de desligamento por iniciativa do Participante, este não fará jus ao recebimento de quaisquer valores no âmbito do ILP, ressalvada eventual deliberação diversa do Conselho de Administração.

Na hipótese de desligamento por iniciativa da Companhia, o Participante fará jus, em regra, ao recebimento parcial do ILP, calculado de forma pro rata por ano completo, a ser pago no terceiro aniversário da Data de Concessão (vesting), observadas as condições estabelecidas no regulamento do Plano.

8.5- Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A última outorga do Plano de Opções de Compra de Ações da Embraer S.A., destinado a Diretores Estatutários e Empregados, aprovado em 19 de abril de 2010, foi concedida em 20 de março de 2013, tendo expirado em 20 de março de 2020, ocasião em que o Programa de Stock Options da Companhia foi definitivamente extinto.

Dessa forma, não houve remuneração baseada em ações, sob a forma de opções de compra de ações, atribuída aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária nos três últimos exercícios sociais.

8.6- Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A última outorga do Plano de Opções de Compra de Ações da Embraer S.A., destinado a Diretores Estatutários e Empregados, aprovado em 19 de abril de 2010, foi concedida em 20 de março de 2013 e expirou em 20 de março de 2020, ocasião em que o Programa de Stock Options da Companhia foi extinto.

Dessa forma, não houve outorga de opções de compra de ações para os três últimos exercícios sociais.

8.7- Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A última outorga do Plano de Opções de Compra de Ações da Embraer S.A., destinado a Diretores Estatutários e Empregados, aprovado em 19 de abril de 2010, foi concedida em 20 de março de 2013 e expirou em 20 de março de 2020, ocasião em que o Programa de Stock Options da Companhia foi extinto.

Dessa forma, não houve opções de compra de ações em aberto detidas pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social, tampouco houve outorgas nos três últimos exercícios sociais.

8.8- Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A última outorga do Plano de Opções de Compra de Ações da Embraer S.A., destinado a Diretores Estatutários e Empregados, aprovado em 19 de abril de 2010, foi concedida em 20 de março de 2013 e expirou em 20 de março de 2020, ocasião em que o Programa de Stock Options da Companhia foi extinto.

Dessa forma, não houve exercício de opções de compra de ações relativas à remuneração baseada em ações pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária nos três últimos exercícios sociais.

8.9- Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

No Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP), não há entrega efetiva de ações da Companhia, sendo a remuneração integralmente liquidada em dinheiro nas datas de vencimento, de acordo com as regras aplicáveis a cada outorga. Dessa forma, não há qualquer efeito de diluição do capital social da Companhia, ainda que sejam realizadas todas as outorgas previstas aos beneficiários do Plano.

8.10- Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Outorga prevista para o exercício social a ser encerrado 31/12/2026

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP)		
Nº total de membros ⁽¹⁾	11,00	4,00
Nº de membros remunerados ⁽²⁾	0,00	4,00
Data de outorga	N/A	23/04/2026
Quantidade de ações outorgadas ⁽³⁾	N/A	N/A ³
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A ³
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga ⁽³⁾	N/A	N/A ³
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 11.167.773,45

- (1) O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente nos termos do item 8.2.
- (2) Corresponde ao número de diretores estatutários, conforme aplicável, a quem será atribuída remuneração baseada em ações a ser reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP.
- (3) Não aplicável, uma vez que, na data de divulgação deste material, ainda não havia sido finalizado período de definição do valor justo, tampouco a definição da quantidade de ações a serem outorgadas e dos respectivos prazos. A Companhia divulgará tempestivamente as informações aplicáveis a este item quando de sua definição, por meio da atualização anual do Formulário de Referência, em conformidade com a regulamentação vigente.

Outorga realizada no exercício social encerrado 31/12/2025

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP)		
Nº total de membros ⁽¹⁾	11,00	4,00
Nº de membros remunerados ⁽²⁾	0,00	4,00
Data de outorga	N/A	13/03/2025
Quantidade de ações outorgadas ⁽³⁾	N/A	159.880, sendo 79.940 ações virtuais restritas e 79.940 ações virtuais de performance
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	<u>Ações virtuais restritas:</u> 100% a partir de 13/03/2028 <u>Ações virtuais de performance:</u> 100% a partir de 13/03/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$62,98
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 10.069.242,40

(1) O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente nos termos do item 8.2.

(2) Corresponde ao número de diretores estatutários, conforme aplicável, a quem será atribuída remuneração baseada em ações a ser reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP.

Outorga realizada no exercício social encerrado 31/12/2024

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP)		
Nº total de membros ⁽¹⁾	11,00	4,00
Nº de membros remunerados ⁽²⁾	0,00	4,00
Data de outorga	N/A	14/03/2024
Quantidade de ações outorgadas	N/A	402.874, sendo 201.437 ações virtuais restritas e 201.437 ações virtuais de performance
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	<u>Ações virtuais restritas:</u> 100% a partir de 14/03/2027 <u>Ações virtuais de performance:</u> 100% a partir de 14/03/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 22,95
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 9.245.958,30

(1) O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente nos termos do item 8.2.

(2) Corresponde ao número de diretores estatutários, conforme aplicável, a quem será atribuída remuneração baseada em ações a ser reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP.

Outorga realizada no exercício social encerrado em 31/12/2023

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP)		
Nº total de membros	11,67	4,08
Nº de membros remunerados	0,00	4,08
Data de outorga	N/A	09/03/2023
Quantidade de ações outorgadas	N/A	555.856, sendo 277.928 ações virtuais restritas e 277.928 ações virtuais de performance
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	<u>Ações virtuais restritas:</u> 100% a partir de 09/03/2026 <u>Ações virtuais de performance:</u> 100% a partir de 09/03/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 16,35
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 9.088.245,60

- (1) O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente nos termos do item 8.2.
- (2) Corresponde ao número de diretores estatutários, conforme aplicável, a quem será atribuída remuneração baseada em ações a ser reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP.

8.11- Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros		4,00	
Nº de membros remunerados		2,00	
Nº de ações		332.816	
Preço médio ponderado de aquisição		17,53	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		72,61	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		18.329.964,78	
Esclarecimento		No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, apenas dois (2) dos quatro (4) membros eram elegíveis na outorga em 11/03/2022 e no vesting 11/03/2025 na condição de Diretores Estatutários da Companhia.	

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros		4,00	
Nº de membros remunerados		4,00	
Nº de ações		364.223	
Preço médio ponderado de aquisição		12,37	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		27,28	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		5.430.085,29	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros		4,08	
Nº de membros remunerados		4,08	
Nº de ações		850.095	
Preço médio ponderado de aquisição		11,06	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		18,15	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		6.027.173,55	

Esclarecimento

8.12- Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

A última outorga do Plano de Opções de Compra de Ações da Embraer S.A., destinada a Diretores Estatutários e Empregados, foi concedida em 20 de março de 2013, tendo expirado em 20 de março de 2020, ocasião em que o Programa de Stock Options da Companhia foi extinto.

Dessa forma, são apresentados a seguir apenas os itens aplicáveis ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) destinado aos diretores e empregados da Companhia, bem como os diretores (ou cargos equivalentes) e empregados de suas controladas, estruturado na modalidade de ações virtuais (phantom shares). Para mais informações sobre o referido Plano, vide o item 8.4 deste Anexo.

(a) Modelo de precificação

Os valores de ILP fixados para os Participantes são convertidos em “Ações Virtuais” com base na cotação média das ações de emissão da Companhia negociadas na B3 (EMBJ3), calculada de forma ponderada pelo preço de fechamento e pelo volume de negociação, considerando os 30 últimos pregões imediatamente anteriores ao 10º dia que antecede a Data de Concessão.

Uma vez observadas as condições para o recebimento dos valores do ILP, a Companhia procederá ao pagamento dos valores devidos, mediante a conversão das Ações Virtuais em moeda nacional (R\$), com base na cotação média das ações de emissão da Companhia negociadas na B3 (EMBJ3), calculada de forma ponderada pelo preço de fechamento e pelo volume de negociação, considerando os 10 últimos pregões anteriores ao 15º dia dos respectivos meses de aniversário.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável, visto que a Companhia conta com um Plano de ILP que prevê a entrega de ações, e não a outorga de opções.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, visto que a Companhia conta com um Plano de ILP que prevê a entrega de ações, e não a outorga de opções.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável, visto que a Companhia conta com um Plano de ILP que prevê a entrega de ações, e não a outorga de opções.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, visto que a Companhia conta com um Plano de ILP que prevê a entrega de ações, e não a outorga de opções.

8.13- Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Em 31 de dezembro de 2025, a posição acionária em valores mobiliários emitidos pela Embraer S.A., no Brasil ou no exterior, detidos por membros dos órgãos de administração, técnicos ou consultivos da Companhia, era a seguinte, agrupada por órgão:

- Conselho de Administração: os membros eram titulares de 250 *American Depositary Receipts (ADRs)* e 1 ação ordinária de emissão da Embraer S.A.
- Conselho Fiscal: os membros eram titulares de 1.200 ações ordinárias de emissão da Embraer S.A.
- Órgãos Técnicos ou Consultivos: os membros eram detentores de 1.300 bonds emitidos pela Embraer S.A.
- Diretoria Estatutária: os membros eram titulares de 600 ações ordinárias de emissão da Embraer S.A.

Nenhum dos membros da administração detinha, na referida data, cotas ou outros valores mobiliários conversíveis em ações de sociedades controladas pela Companhia.

8.14 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

O plano de previdência conferido pela Companhia não abrange o conselho de administração da Companhia. Abaixo, descrevemos as informações relativas ao plano de previdência conferido aos diretores estatutários da Companhia.

a. Órgão	Diretoria Estatutária.
b. Número de membros	4 diretores, sendo que todos participam do Plano.
c. Número de membros remunerados	4 diretores, sendo que todos participam do Plano.
d. Nome do plano	Plano de Aposentadoria Complementar Embraer Prev.
e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Dois membros possuem elegibilidade para aposentadoria em 31 de dezembro de 2025.

f. Condições para aposentadoria programada	i- 55 anos de idade; ii- 120 contribuições mensais; iii- Rompimento do vínculo empregatício; iv- Requerimento Formal à Entidade. ou, i- 60 anos de idade ii- 60 contribuições mensais; iii- Rompimento do vínculo empregatício; iv- Requerimento Formal à Entidade.
---	--

Observações importantes:

- 1) No caso de Participante fundador, a carência a que se refere o item “ii” acima será de 60 contribuições mensais.
- 2) Ao Participante não fundador, que conte com pelo menos 60 anos de idade, terá a carência de que trata o item “ii” acima reduzida para 60 contribuições mensais, para o gozo de Renda Mensal de Aposentadoria Antecipada.
- 3) Considera-se Participante fundador o empregado que estava vinculado à Patrocinadora em 31 de dezembro de 1998 e que tenha se inscrito no Plano de Aposentadoria Complementar em até 60 dias contados a partir do início de seu funcionamento, desde que mantenha o referido vínculo na data de sua inscrição ao Plano.

g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Reserva Patronal de Poupança Total vinculada aos quatro Diretores Estatutários que participam do Plano Embraer Prev, atinente às contribuições previdenciárias realizadas pela Patrocinadora Embraer S.A., devidamente atualizada pela rentabilidade do Plano, posicionada em 31 de dezembro de 2025: R\$ 5.020.613,77.

Salienta-se que o valor acima se encontra líquido da Contribuição Administrativa do Plano.

h. Valor total acumulado das contribuições normais realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Contribuições da Patrocinadora Embraer S.A., vertidas aos quatro Diretores Estatutários que Participam do Plano Embraer Prev, relativas ao exercício de 2025: R\$ 676.275,48.

As contribuições administrativas para o custeio do Plano foram fixadas em 0% para o exercício de 2026.

O Resgate pode ser realizado para os Participantes do Plano que rescindirem o seu contrato de trabalho com a Companhia, sendo calculado da seguinte forma: 100% do saldo de contribuição de Participante e % do saldo de conta da Companhia, de acordo com o tempo de serviço ininterrupto, considerado sempre o último período de vínculo empregatício, e referidos saldos atualizados pela rentabilidade do Plano:

- Até 03 anos: 0%;
- De 03 anos e 1 dia até 5 anos: 15%;
- De 05 anos e 1 dia até 9 anos: 25%;
- De 09 anos e 1 dia até 12 anos: 35%;
- De 12 anos e 1 dia até 15 anos: 45%;
- De 15 anos e 1 dia até 20 anos: 65%;
- Acima de 20 anos: 75%.

i. Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Observações importantes:

- 1)** Os Participantes que já tiverem cumprido o tempo necessário para se aposentar e antes de requerer o Benefício, poderão optar pelo resgate de seu saldo total, desde que rescindido o seu contrato de trabalho e optado pelo cancelamento da inscrição no Plano.
- 2)** Há possibilidade de saque à vista de até 25% do saldo total, quando do requerimento formal a um benefício pelo Plano Embraer Prev, e transformação do saldo remanescente em benefício calculado mensalmente a partir de opção de percentual entre 0% e 2% do saldo remanescente ou por um período mínimo de 5 anos e máximo de 30 anos.
- 3)** O Resgate será assegurado sob a forma de pagamento único, ou a critério do Participante, em até doze parcelas mensais e consecutivas.

8.15- Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Valores anuais de remuneração

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	4,00	4,0	4,08	11,0	11,00	11,67	5,00	5,00	4,67
Nº de membros remunerados	4,00	4,0	4,08	11,0	11,00	11,67	5,00	5,00	4,67
Valor da maior remuneração Real	47.136.962,79	40.070.930,20	15.251.305,87	2.357.485,69	2.632.586,75	2.531.320,00	286.447,79	273.997,77	237.333,36
Valor da menor Remuneração Real	5.344.407,92	4.023.530,54	5.950.382,30	591.986,96	563.609,92	816.552,00	220.973,96	211.369,68	196.800,00
Valor médio da remuneração Real	20.114.531,14	18.032.641,35	7.541.563,32	1.299.563,71	1.345.878,58	1.217.178,50	234.068,73	225.947,30	207.661,91

Diretoria Estatutária

Observação

31/12/2025

O membro de maior remuneração exerceu atividade na Companhia pelo período de 12 meses. O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Os valores de remuneração baseada em ações são calculados de acordo com a Resolução CVM nº 97/22. Tais valores incluem provisões para pagamentos futuros e, portanto, não refletem os valores efetivamente pagos aos executivos em cada exercício.

31/12/2024

O membro de maior remuneração exerceu atividade na Companhia pelo período de 12 meses. O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Os valores de remuneração baseada em ações são calculados de acordo com a Resolução CVM nº 97/22. Tais valores incluem provisões para pagamentos futuros e, portanto, não refletem os valores efetivamente pagos aos executivos em cada exercício.

31/12/2023

O membro de maior remuneração exerceu atividade na Companhia pelo período de 12 meses. O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Os valores de remuneração baseada em ações são calculados de acordo com a Resolução CVM nº 97/22. Tais valores incluem provisões para pagamentos futuros e, portanto, não refletem os valores efetivamente pagos aos executivos em cada exercício.

A remuneração da Diretoria Estatutária leva em consideração a outorga do ILP novembro 2020: incentivo de longo prazo extraordinário concedido em novembro de 2020 para pagamento em novembro de 2023, como incentivo para a recuperação da grave crise decorrente da pandemia do Covid-19.

Para efeito de cálculo e pagamento, é importante observar a valorização da ação EMBJ3 na ocasião do pagamento em comparação ao do momento da outorga.

Conselho de Administração

Observação

31/12/2025

O membro de maior remuneração exerceu atividade na Companhia pelo período de 12 meses. O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.

31/12/2024

O membro de maior remuneração exerceu atividade na Companhia pelo período de 12 meses. O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.

31/12/2023

O membro de maior remuneração exerceu atividade na Companhia pelo período de 12 meses. O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Os valores de remuneração baseada em ações são calculados de acordo com a Resolução CVM nº 97/22. Tais valores incluem provisões para pagamentos futuros e, portanto, não refletem os valores efetivamente pagos aos executivos em cada exercício.

Conselho Fiscal	
Observação	
31/12/2025	O membro de maior remuneração exerceu atividade na Companhia pelo período de 12 meses. O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2024	O membro de maior remuneração exerceu atividade na Companhia pelo período de 12 meses. O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2023	O membro de maior remuneração exerceu atividade na Companhia pelo período de 12 meses. O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Os valores de remuneração baseada em ações são calculados de acordo com a Resolução CVM nº 97/22. Tais valores incluem provisões para pagamentos futuros e, portanto, não refletem os valores efetivamente pagos aos executivos em cada exercício.

8.16- Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

A Embraer não detém nenhum arranjo contratual, apólice de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Não obstante, mantém apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O) na qual os antigos executivos são elegíveis em relação a assuntos praticados durante sua administração.

8.17- Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui acionista controlador, diretos ou indiretos.

8.18- Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não se aplica, pois os membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, não receberam qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocuparam, nos exercícios sociais encerrados em 31/12/2023, em 31/12/2024, e em 31/12/2025, assim como não há previsão para o exercício social corrente a ser encerrado em 31/12/2026.

8.19- Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025, não houve valores reconhecidos no resultado de sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Embraer S.A., independentemente do órgão ao qual estivessem vinculados.

Da mesma forma, não há previsão de reconhecimento de tais valores no resultado de sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia para o exercício social corrente, a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026.

Em relação a valores reconhecidos no resultado de controladores, o item não é aplicável à Companhia, tendo em vista que a Embraer S.A. não possui acionista controlador direto ou indireto.

8.20 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Os valores de remuneração da administração, para os anos de 2023, 2024 e 2025 e a projeção para 2026, informados no Item 8, são líquidos de encargos que são ônus da Companhia, conforme orientação do Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP. Adicionalmente não são incluídos os valores de remuneração pela participação de membros externos em comitês de assessoramento. Caso fossem considerados os encargos e todas as demais linhas de remuneração, o valor total por órgão, seria:

2026 (Prevista)

- Conselho da Administração e Diretoria Estatutária: R\$ 136.637 mil
- Conselho Fiscal: R\$ 1.568 mil
- **Total Geral: R\$ 138.205 mil**

2025

- Conselho da Administração e Diretoria Estatutária: R\$ 117.451 mil
- Conselho Fiscal: R\$ 1.404 mil
- **Total Geral: R\$ 118.855 mil**

2024

- Conselho da Administração e Diretoria Estatutária: R\$ 107.591 mil
- Conselho Fiscal: R\$ 1.343 mil
- **Total Geral: R\$ 108.934 mil**

2023

- Conselho da Administração e Diretoria Estatutária: R\$ 56.218 mil (conforme Demonstrações Financeiras da Companhia).
- Conselho Fiscal: R\$ 1.162,91 mil
- **Total Geral: R\$ 57.381 mil**

Vale esclarecer, ainda, que em sede de Assembleia Geral, a Companhia aprova a remuneração da Administração para o período compreendido entre os meses de maio do ano corrente e abril do ano seguinte.

Esclarecimentos adicionais ao item 8.10 e 8.11 Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Esclarecemos que o Programa ILP não envolve a entrega efetiva de ações, mas sim o pagamento em dinheiro atrelado à valorização das ações da Companhia, que servem de base para um determinado número de Ações Virtuais atribuído aos participantes do ILP. Sendo assim, informamos abaixo o número de Ações Virtuais de fato atribuídas aos participantes em cada exercício e o valor de mercado destas ações utilizado para o pagamento realizado aos participantes, que é calculado com base na cotação média (ponderada pelo volume de negociação) das ações EMBJ3 nos dez últimos pregões anteriores ao 15º dia dos meses de aniversário de pagamento do incentivo.

Em 2025, a Companhia pagou o total de Ações Virtuais Restritas e de Performance da outorga de 2022. Foram efetuados pagamentos da terceira parte, ou seja, 34% do total de Ações Restritas da outorga concedida em 2020, concluindo o pagamento desta outorga, em 2025.

Em 2024, a Companhia pagou o total de Ações Virtuais Restritas e de Performance da outorga de 2021. Foram efetuados pagamentos da terceira parte, ou seja, 34% do total de Ações Restritas da outorga concedida em 2019, concluindo o pagamento desta outorga, em 2024. Também, foram pagos em 2024, os 33% relativos a segunda parte do total de Ações Restritas das outorgas concedidas 2020.

Em 2023, a Companhia pagou o total de Ações Virtuais de Performance da outorga de 2020. Foram efetuados pagamentos da terceira parte, ou seja, 34% do total de Ações Restritas da outorga concedida em 2018, concluindo o pagamento desta outorga, em 2023. Também, foram pagos em 2023, os 33% relativos a segunda parte do total de Ações Restritas das outorgas concedidas 2019 e os 33% relativos a primeira parte do total de Ações Restritas da outorga concedida em 2020. E, em novembro de 2023, foi paga a totalidade das Ações Restritas da outorga extraordinária concedida em 2020.



embraer.com

